

20 anos

DE ASSOCIATIVISMO MUNICIPAL
na LEZÍRIA DO TEJO



CULT

COMUNIDADE URBANA DA LEZÍRIA DO TEJO

Índice

20 anos do Mais Puro Poder Local - Presidente da Junta da CULT	4
20 Anos de Grandes Transformações - Presidente da Assembleia da CULT	5
Os Primeiros Passos da Associação de Municípios da Lezíria do Tejo	7
Os Fundadores	10
20 Anos a Alargar Horizontes - Primeiro Administrador Delegado	20
Um Trabalho Enriquecedor - Administrador Executivo	21
CONTRATUALIZAÇÃO 1994/2006	24
Gestão Rigorosa dos Fundos Comunitários - Os Projectos e as Obras	26
PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO	74
Território da CULT - Dinâmicas Demográficas e Urbanas da Lezíria do Tejo	76
PDILT - Plano de Desenvolvimento Integrado da Lezíria do Tejo - Uma Oportunidade de Afirmação da Lezíria	80
Agenda XXI da Lezíria do Tejo - Impulso Decisivo para um Desenvolvimento Sustentável	82
Carta Educativa da Lezíria do Tejo	88
Estudo Integrado - Mobilidade e Sistema de Transportes nos Concelhos da CULT	90
Águas do Ribatejo - Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Águas Residuais dos Municípios da Lezíria do Tejo	92
Turismo - Sinalização Turística para a Lezíria do Tejo	95
Ruído - Mapas de Ruído dos Municípios da CULT	96
MODERNIZAÇÃO E INOVAÇÃO	98
Inovação - Projecto Ribatejo Digital - A Lezíria à Distância de um Clique	100
Internet Gratuita para Todos - Espaços Internet da Lezíria do Tejo	106
Modernização - Projecto Lezíria em Rede - Uma Região Interligada	109
Investimento 1998/2007 - Cartografia Digital e Sistemas de Informação Geográfica	111
Cooperação Transfronteiriça - Projecto eAtlasudoe - Um Atlas para a Sociedade da Informação	115
Formação - Actividade Formativa na CULT - Qualificar os Recursos Humanos	116
SINERGIAS / SERVIÇOS COMUNS	118
Espaços Verdes - Manutenção	120
Elevadores - Inspecções	121
Segurança em Obra - Coordenação	122
Combustíveis - Licenciamentos	124
Ruído Ambiente - Medições Acústicas	124
Telecomunicações Móveis - Melhores Tarifários	125
Seguros - Mais Económicos	126
Comunicações Telefónicas no Pré-escolar e no Ensino Básico	127
CRONOLOGIA 1986 / 2007	128
A CULT VISTA POR DENTRO	150
Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo - Organização e Competências	152
Quem é quem - Junta da Comunidade Urbana	153
Quem é quem - Assembleia da Comunidade Urbana	154
Organigrama da CULT	158
A Equipa CULT	159
Contactos	160

20 Anos do Mais Puro Poder Local



JOSÉ JOAQUIM GAMEIRO DE SOUSA GOMES

Presidente da Junta da CULT

Esta Associação com dois nomes diferentes por força de imperativos legais mas com um só espírito, o do interesse pelo desenvolvimento local e regional, tem tido resultados que a todos nos orgulha, mantendo-se à frente no ranking nacional do desenvolvimento.

Há vinte anos ainda eu não era Presidente de Câmara, mas pude constatar o entusiasmo e visão com que o meu antecessor na Câmara de Almeirim, Alfredo Calado e outros, como Ladislau Teles Botas, João Benavente, Renato Campos, António Moreira, Armindo Pinhão e os ainda presentes, António José Ganhão, Sérgio Carrinho ou Silvano Sequeira, viram que o Associativismo no poder local era a via necessária para a defesa dos interesses comuns e viria a ser a via indispensável para concretizar estratégias de desenvolvimento que só em conjunto poderiam ter o êxito que tiveram.

Vejamos a gestão de grandes fatias dos Fundos Comunitários ganha através de uma contratualização exemplar e eu diria mesmo, única. Ou projectos titulados pela Comunidade Urbana, como

o Ribatejo Digital, ou ainda a prestação de serviços encontrando economias de escala como os da área dos seguros, da fiscalização de elevadores, da medição de ruído, das comunicações telefónicas, etc.

Comemorar vinte anos é apenas a vontade de festejar um passado em que conseguimos ser exemplo de solidariedade e de vontade de vencer, mas também é um momento de reflexão para projectar o futuro.

Um futuro necessariamente diferente, mas em que deve continuar a prevalecer a solidariedade cada vez mais sólida porque mais necessária nos desafios que se avizinham.

Hoje cabe-nos recordar e agradecer a todos os autarcas que fundaram e viveram a Associação até hoje, mas não podemos esquecer todos os trabalhadores que através dos tempos têm contribuído para a valorização dos objectivos.

A todos o nosso mais vivo reconhecimento. •

20 Anos

de grandes transformações

Como Presidente da Assembleia da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, não queria deixar de me associar vivamente às comemorações dos 20 anos da AMLT/CULT.

Começando por relembrar os fundadores, realço, naturalmente, a figura de Ladislau Telles Botas. Pretendo com esta referência homenagear todos os autarcas que após o 25 de Abril de 1974 foram os principais obreiros do apego hoje inegável dos portugueses à democracia representativa.

A eles, das freguesias mais recônditas às cidades sedes de concelho, coube inventar literalmente, o poder local democrático.

As escolas, as sedes das associações, mas talvez sobretudo as estradas, a electricidade ou a água canalizada foram a prova viva de que a democracia valia a pena e de que se tinha definitivamente deixado para trás 50 anos de obscurantismo e atraso.

Talvez o mais gratificante da generosidade desses primeiros anos de

liberdade, em que tudo parecia poder ser possível e tantas vezes se tornou mesmo possível, resida hoje, justamente ainda, no “amor à camisola” de muitos dos nossos autarcas.

As associações de municípios como a AMLT surgem da vontade de muitos desses autarcas, pouco mais de uma década depois, fruto da consciência progressiva da necessidade de se planificar os investimentos à escala supra municipal, gerindo melhor os recursos, mas também das exigências da aplicação do primeiro pacote de fundos que a então CEE punha finalmente à nossa disposição.

Mais uma vez, foi preciso inovar com coragem.

Vencendo barreiras e ultrapassando obstáculos muitas vezes, à partida, injustificáveis. Mas que sempre foram voluntariamente ultrapassados.

Ver como em duas décadas a velha lezíria rural se transformou numa das mais pujantes regiões de Portugal obriga-nos a reconhecer que muito



IDÁLIA MONIZ

Presidente da Assembleia da CULT

se deveu à visão do associativismo municipal.

Para lá das rivalidades locais, das disputas partidárias e (porque não assumi-lo?) dos protagonismos pessoais, foi possível dar um salto de gigante que se reflectiu de forma inegável na qualidade de vida dos ribatejanos.

Sem perder a alma mas antes ganhando uma renovada alma, as margens do Tejo souberam acolher as águas da modernidade que lhe chegaram da Europa.

E é bom lembrar que não foi fácil ao longo de todos os QCAs ter capacidade de gestão e concertação para se chegar até aqui. Foi preciso negociar não só entre nós, mas também com as outras regiões, com Lisboa, com Bruxelas e muito com a sociedade civil, nomeadamente com os empresários que foram parte fundamental nesta aventura.

Quis o destino que o início do QREN coincidissem com esta comemoração.

É bom que por respeito à memória feliz destes 20 anos sejamos capazes de uma vez mais começar de novo.

O potencial humano da Lezíria é desta vez o grande desafio, e tenho a confiança de que seremos mais uma vez homens e mulheres à altura deste repto.

Na Presidente da Assembleia da CULT reside também a Presidente da Junta

de Freguesia, a Vereadora, a Governante, ou tão só a mulher do Ribatejo que é também cidadã europeia e que crê, plenamente, que enquanto não tivermos uma verdadeira regionalização administrativa, é no associativismo intermunicipal que recai a responsabilidade principal do progresso dos nossos territórios regionais.

Da minha parte, como sei que da de todos, quero continuar a assomar às Portas do Sol para me rever no espectáculo de uma lezíria tão ancestral quanto audaciosa.

De uma parceria institucional que honra o trabalho dos seus antecessores.

Dos homens e das mulheres da lezíria, do bairro e da charneca que honram os seus antepassados, mas que em consciência têm os olhos permanentemente postos no futuro.

Pelo desenvolvimento dos nossos territórios.

E pelo bem-estar das nossas gentes.

Bem hajam por todo este esforço colectivo. •

História

Os Primeiros Passos da Associação de Municípios da Lezíria do Tejo

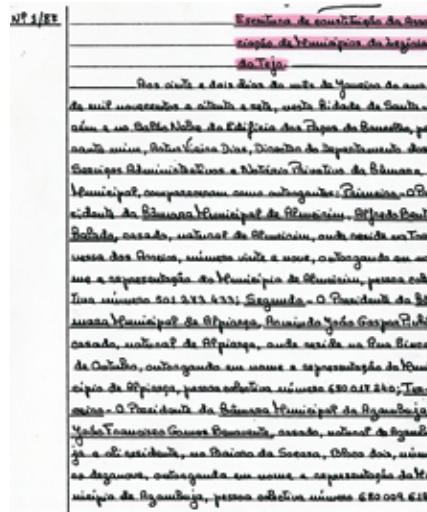
Em Abril de 1986, por sugestão da Câmara Municipal de Benavente, foram iniciados os contactos para a formação de uma Associação de Municípios abrangendo a área geográfica da Lezíria do Tejo.

O objecto da futura Associação de Municípios era o de:

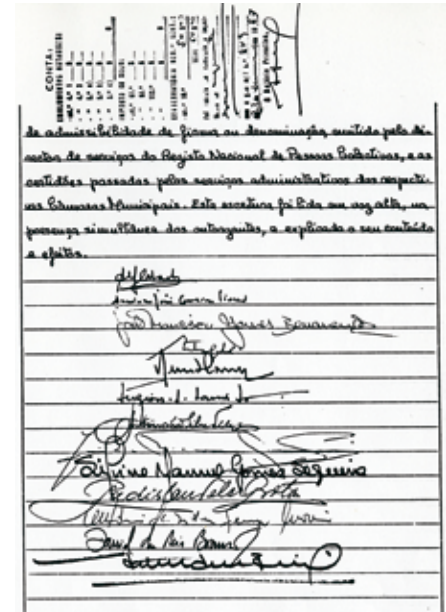
- Promover estudos, elaborar e gerir projectos e planos comuns nos domínios da cultura, da educação, da informação, saúde, segurança social, urbanismo, defesa do meio ambiente e das infra-estruturas com vista ao desenvolvimento económico, social e cultural das populações da sub-região da Lezíria do Tejo.

Objectivo alargado que tinha como principal exigência a produção de um plano de desenvolvimento económico, social e cultural, devidamente estruturado com base nas concretas condições da sub-região.

Após discussão dos estatutos em reuniões inter-municípios, foi a sua versão final aprovada em reunião de 2 de Setembro de 1986, sendo esta remetida a todos os Municípios interessados



Reproduções da primeira e última página da Escritura de Constituição da AMLT



para deliberação final dos Executivos e Assembleias Municipais, para que se cumprissem os princípios legais do Decreto-Lei nº266/81 de 15 de Setembro.

A AMLT foi constituída no dia 22 de Janeiro de 1987, sendo a sua escritura publicada no Diário da República em 27 de Março de 1987.

Da AMLT faziam parte os Municípios de

Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Santarém e Vila Franca de Xira. Os 12 Municípios associados afirmaram na altura que os Municípios não são "ilhas isoladas" numa região e num País e que muitos dos problemas que afectam as populações locais só poderão ser resolvidos através da cooperação intermunicipal. O mesmo lema manteve-se até à

actualidade. Hoje em dia fazem parte da CULT 11 Municípios, tendo Vila Franca de Xira passado para a Área Metropolitana de Lisboa.

O NASCIMENTO DA CULT

A Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (CULT) nasceu da extinta Associação de Municípios da Lezíria do Tejo (AMLT).

Em 2003, a AMLT optou por criar a CULT, no âmbito da Lei nº 11/2003 de 13 de Maio, a qual estabelece o regime de criação, o quadro de atribuições e competências das Comunidades Intermunicipais de direito público e o funcionamento dos seus órgãos, conjugada com a Lei nº 10/2003 de 13 de Maio, que estabelece o regime de criação das Áreas Metropolitanas.

A escritura pública para a constituição da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (CULT) foi assinada a 29 de Março de 2004.

A área geográfica da CULT, com 4 267 km², corresponde à NUT III da Lezíria do Tejo, onde residem 240 842 habitantes (de acordo com os Censos 2001).



Maqueta, fase de construção e aspecto actual da sede da CULT

Os Fundadores

Ladislau Botas*

Os primeiros passos da Associação

Em Abril de 1986 desenvolveram-se os primeiros contactos para a formação de uma Associação de Municípios abrangendo a área da Lezíria do Tejo. Após muitas reuniões, foi criada em Janeiro de 1987 a AMLT, da qual fui, com muito orgulho, o seu primeiro presidente.

Recordo-me que nos primórdios houve muitas reuniões nos Ministérios, pois havia uma grande vontade dos Municípios associados em elaborar um Plano Integrado de Desenvolvimento Regional.

Havia entendimento unânime na AMLT que tal Plano constituiria um instrumento essencial a uma correcta e integrada base de captação e aplicação dos fundos da União Europeia (na altura CEE) e da Administração Central, tendo em vista a resolução de estrangulamentos existentes e a exploração das enormes potencialidades da Lezíria do Tejo.

Houve empenho, dinamismo e visão estratégica dos então fundadores, mas reconhece-se também que a AMLT continuou e continua a ser dirigida por autarcas de indiscutível valor, os quais estão à altura de encontrar as melhores soluções para o desenvolvimento



integrado da região. •

* Ex-Presidente da Câmara Municipal de Santarém



João Elias Melancia Godinho,
Golegã (falecido)



Alfredo Bento Calado,
Almeirim (falecido)

António José Ganhão*

Desatar os nós e estabelecer os laços



Há 20 anos compreendemos que os Municípios não são “ilhas” nas quais, o poder que é pertença das populações, possa ser exercido de forma isolada, isto é, com dispensa de relações de complementaridade e intermunicipalidade. As “fronteiras” entre Municípios não existem senão nas demarcações de estremas, de acordo com os limites definidos nas cartas geográficas. Os fluxos dos movimentos diários entre as populações eram e são demonstrativos das interdependências e do necessário reforço de complementaridade, bem como da necessidade de pensarmos o futuro, de

modo a conjugar interesses comuns às populações que devemos servir.

A criação da AMLT, enquanto Associação Intermunicipal, a quem cumpre o dever de definir objectivos comuns aos Municípios associados, sem os substituir na sua acção directa e mais próxima das populações, corresponde a uma necessidade sentida pelos autarcas que a fundaram.

Qualquer estratégia de desenvolvimento para um Município não pode deixar de se inserir numa estratégia sub-regional, que tenha em conta as potencialidades e os estrangulamentos existentes.

Estes 20 anos demonstram que valeu a pena termos conseguido ultrapassar algumas barreiras e dificuldades que se nos colocavam (o nosso Francisco Pereira foi autor do slogan “Desatar os Nós” e “Estabelecer os laços” que serviu para objectivar o pensamento que a todos unia ...), porquanto o balanço é francamente positivo. Apesar das dificuldades a que a nossa acção esteve sujeita (não aceitação do Plano de Desenvolvimento Integrado que elaborámos e que deveria servir de base

ao financiamento comunitário numa operação de desenvolvimento intermunicipal), foi possível contratualizar três quadros comunitários de apoio e com as respectivas verbas, resolver muitas das carências sentidas pelas populações, bem como transformar a Lezíria do Tejo numa Sub-Região que, em muitos aspectos, tem sido considerada exemplo de boa aplicação dos financiamentos comunitários.

O carácter intermunicipal dos investimentos municipais, as economias de escala, a diversidade na acção complementar, na procura de tornar a sub-região atractiva ao investimento, objectivando a melhoria de condições e qualidade de vida e bem estar das populações que constituem a base do discurso dos dias que vivemos, substanciam uma prática da AMLT há já longos anos, não porque tivéssemos a capacidade de nos antecipar aos tempos de hoje, mas tão só porque tivemos o bom senso de pensarmos o próximo futuro, de forma colectiva, aberta e com a consciência de que precisamos de gerir cada vez melhor, para melhor servirmos as populações.

Os últimos tempos de vida da AMLT, ora

conhecida por CULT, têm-nos proporcionado alguns momentos difíceis e necessariamente dolorosos, mas sempre úteis e importantes para a reflexão contínua a que nos obriga a participação activa e reflectida num órgão colegial onde, por vezes, as vontades são divergentes.

No histórico da nossa Associação sempre soubemos divergir de modo responsável e enfrentamos os problemas de modo a encontrarmos as melhores soluções para os mesmos.

O estudo e análise aprofundados do que é concreto deve sempre sobrepor-se ao que é circunstancialmente artificial. Com vontade, humildade, trabalho e solidariedade, saberemos manter a nossa Associação como instituição insubstituível no processo da construção duma sub-região (Lezíria do Tejo) mais desenvolvida em prol do bem estar das suas gentes. •

* Presidente da Câmara Municipal de Benavente

João Benavente*

Uma saudação aos Autarcas



A AMLT nasceu, como praticamente todas as Associações existentes no território nacional, da necessidade dos Municípios encontrarem uma estrutura que permitisse a gestão integrada dos fundos comunitários, e constituísse um parceiro junto do poder central e dos seus organismos desconcentrados.

O Associativismo Municipal, teve pois, um papel importante e decisivo no desenvolvimento socio-económico, no bem-estar e na melhoria da qualidade de vida das nossas populações.

É importante realçar que, apesar de cada um procurar defender os interesses dos seus Municípios existiu sempre na

AMLT um debate sério, transparente, e acima de tudo solidário. Facilmente eram ultrapassadas as barreiras político-partidárias ou os interesses particulares de cada Município, tendo sempre em vista o desenvolvimento sustentado da nossa área geográfica e do nosso Ribatejo.

O Município de Azambuja, pela sua situação geoestratégica (charneira entre Ribatejo, Oeste e Área Metropolitana de Lisboa) teve sempre uma posição privilegiada no associativismo municipal pois fazia parte das três estruturas: AMLT; AMO e AML, e podemos reconhecer a importância do trabalho associativo.

Também pelo conhecimento desta temática, e pese embora o reconhecimento da bondade do Associativismo Municipal, somos da opinião de que cada vez é mais notória a necessidade duma estrutura supra municipal, que são como todos sabemos as Regiões. Urge, pois, promover a Regionalização do nosso país.

Gostaria de saudar todos os Autarcas que há 20 anos pensaram e criaram a AMLT, com quem tive o privilégio de trabalhar e com quem muito aprendi.

Saudações Autárquicas. •

* Ex-Presidente da Câmara Municipal de Azambuja

Renato Campos*

O Espírito da AMLT deve prevalecer na CULT

Todos sabemos que a dinâmica incontestável que o Poder Local democrático teve na primeira década da sua existência, baseou-se muito na circunstância de desenvolver a sua diversificada actividade, em prol da satisfação das necessidades mais prementes das populações, na vanguarda do próprio processo legislativo.

Ou seja, na ausência de uma legislação adaptada ao grande dinamismo que as autarquias manifestavam no exercício da sua actividade, muito dele transmitido pelo idealismo de uma revolução que tinha, pela primeira vez, possibilitado que o povo escolhesse livremente os seus eleitos locais, os autarcas foram, decididamente, intervindo na vida comunitária nas áreas e acções julgadas mais prioritárias sem se preocuparem com o suporte institucional que legalizava toda essa actividade.

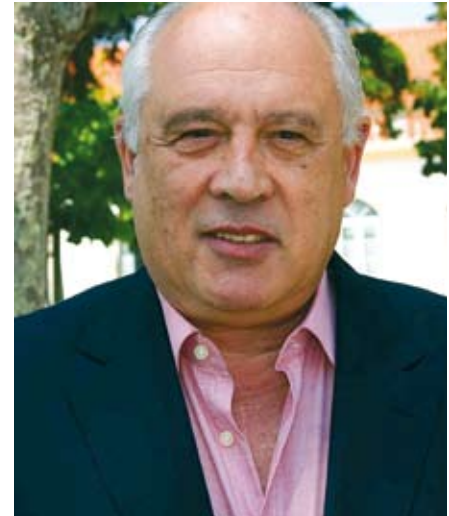
Só depois verificando a dinâmica imparável dessa actividade, é que o legislador, face a um Código Administrativo desactualizado com os novos ideais de Abril e reconhecendo as boas experiências e as vantagens da celeridade (e a poupança!) do intervencionismo autárquico, elaborava e publicava a legislação que repunha a legalidade da diversificada actividade autárquica, em matéria de atribuições e competências.

Só assim foi possível avançar tão depressa e construir, progressivamente, a grande obra que o Poder Local Democrático, reconhecidamente, fez neste país.

Também em matéria de associativismo municipal, as coisas passaram-se da mesma maneira. Rapidamente, na ausência das regiões, os autarcas aperceberam-se que havia vantagens em através do livre associativismo, participarem em projectos comuns tendo em vista a resolução de muitos problemas que transcendiam o seu espaço territorial ou que, por efeitos de economias de escala, ficariam mais económicos ou adquiriam maior eficiência se fossem resolvidos no âmbito alargado de uma Associação de Municípios.

Mais uma vez, porém, não havia na altura suporte legal que viabilizasse e desse cobertura a tais iniciativas. Apesar disso, recorro que os Presidentes dos Municípios da Lezíria do Tejo encetaram com muito entusiasmo um processo de associativismo, livremente discutido, que foi dos primeiros a ganhar forma no país.

Pode-se dizer, mesmo, que a Associação dos Municípios da Lezíria do Tejo apareceu antes da lei possibilitar o associativismo municipal, e que, curiosamente, toda essa legislação que surgiu depois



pouco veio alterar o que os Presidentes de então tinham livremente acordado!

Foi desta maneira ousada, com “arranques” intempestivos feitos com muita “garra autárquica” que nasceu, há cerca de 20 anos, a AMLT que com muitas limitações, sobretudo financeiras, preparou as primeiras candidaturas municipais ao FEDER, requalificou muitos funcionários municipais, representou dignamente a região em vários eventos e, principalmente, juntando numa “mesma mesa” autarcas de vários Partidos, ajudou a criar um espírito colectivo de solidariedade institucional e de muita generosidade e amizade pessoal.

Mais recentemente, por via legislativa no mínimo controversa, foi criada a Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo – CULT -, processo que, na nossa opinião, não veio acrescentar nada de novo à antiga

Associação (que afinal se manteve em simultâneo!).

Não acompanhamos de perto esse novo processo, mas parece-me pelas notícias que nos chegavam, que a vida dessa nova figura de associativismo não tem sido fácil, quer pela falta de suporte legislativo consentâneo com as promessas justificativas da sua criação, quer também, porque tendo sido dado mais preponderância política, a CULT e os seus órgãos passaram a estar condicionados por estratégias político partidárias em prejuízo dos valores do associativismo de matriz exclusivamente autárquica. Foi pena, pois, talvez se tenham perdido as principais virtualidades da camaradagem e solidariedade do associativismo municipal.

Neste virar do vinténio, faço votos para que o velho e autêntico espírito associativo municipal, que fez escola quando da criação da AMLT, volte de novo a imperar na forma e nas decisões da CULT (gostaria que voltasse a ser apenas AMLT), acabando com posições egocêntricas não consentâneas com a generosidade e solidariedade institucional, que caracterizam a essência dos valores autárquicos. •

***Ex- Presidente da Câmara Municipal do Cartaxo**

Sérgio Carrinho*

A coesão do território

Ao passar os 20 anos de existência da Associação de Municípios da Lezíria do Tejo, agora Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, quero referenciar a importância desta estrutura pelo fortíssimo contributo para a efectiva melhoria de coesão do território em que esta se insere.

A todos os que acreditaram no projecto até hoje fica uma palavra de grande satisfação e de absoluta confiança no imenso trabalho, que em conjunto e com respeito pelas diversidades existentes, há para fazer e que terá que ser feito, para este território e suas populações. •

*** Presidente da Câmara Municipal de Chamusca**



António Moreira*

A convivência democrática entre Municípios

Após a revolução do 25 de Abril de 1974, viveram-se alguns anos de grande tensão e divisão política entre as várias tendências e partidos políticos. Estas divisões eram notórias mesmo a nível dos Municípios.

No entanto, foi no Poder Local e também a nível dos Municípios que a evolução para uma convivência democrática mais racional se deu mais cedo.

Os Municípios entenderam que as questões de ordem política que os dividia não podiam ser entrave ao desenvolvimento e progresso das populações. Por via disso, e porque se aproximava uma fase crucial para o desenvolvimento do País e, particularmente, da região, devido à adesão à CEE.

Entenderam os Municípios, representados pelos seus autarcas e após várias reuniões, criar uma associação onde, em conjunto, pudessem ter uma maior força, representatividade e participação.

É assim que nasce nesta região a Associação de Municípios, representativa da Lezíria do Tejo. Em boa hora ela foi criada, dado que é hoje bem evidente o caminho já trilhado no aproveitamento dos fundos canalizados, tanto do primeiro como do segundo QCA.



Não ficámos completamente satisfeitos com os resultados obtidos. Queríamos mais!

Mas não tenho dúvidas que os resultados teriam sido significativamente inferiores se os Municípios não se tivessem organizado na sua Associação. •

* Ex-Presidente da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos

António Teles*

A motivação inicial

Recordo que no texto de apresentação propunhamos como objectivo da Associação promover estudos, elaborar e gerir projectos e planos comuns, com vista ao desenvolvimento económico, social e cultural das populações da sub-região da Lezíria; considerando como principal exigência a produção de um plano devidamente estruturado e com base nas concretas condições locais.

Tudo isto porque tardava a Regionalização prevista na Constituição da República e nós não podíamos esperar mais, sem pressionar a Administração Central (organizadamente e oferecendo colaboração efectiva), no sentido de obtermos as grandes realizações que há muito a região necessita (continua a necessitar), para o aproveitamento das suas potencialidades e resolução dos estrangulamentos que têm impedido o pleno desenvolvimento como, por exemplo, ainda se podem referir os casos da regularização do Vale do Tejo e do Sorraia, das acessibilidades (IC10, IC13, etc) e da unidade hospitalar, que sirva o sul da região, entre outros. •

* Ex-Presidente da Câmara Municipal de Coruche



Silvino Sequeira*

O espírito pioneiro

Quando em 1987, já lá vão uns bons anos, o Poder Local deste País dava os primeiros passos da vivência democrática, Autarcas do Distrito de Santarém criaram a Associação de Municípios da Lezíria, estando eles longe de sonhar que a novel Associação iria ser tão determinante para as suas populações.

Na altura tomavam corpo as palavras de Gedeão “o Sonho Comanda a Vida”. E foi pulando de sonho em sonho que as obras foram aparecendo. Era o tempo em que as populações que, pouco ou nada tinham, viam, em escasso tempo, desejos de incontáveis décadas concretizados. Por muito pouco, aos olhos de hoje, mas tanto nesses tempos de nada, as pessoas deitavam foguetes, dançavam, juntavam a sua alegria à alegria dos Autarcas.

Como eram bons esses tempos de ilusões tornados realidade.

Quantas e quantas dessas realidades passavam pela solidariedade e amizade, sempre tão juntas, dos que davam corpo à Associação de Municípios da Lezíria.

Tempo de um Poder Local que hoje é só saudade.

Nesse ano de 87 já escorriam os

primeiros, então, Escudos dos Fundos Comunitários e na minha terra – Rio Maior – canalizados para o saneamento básico – ETAR e rede de saneamento de Rio Maior.

Passaram os anos e os primeiro, segundo e terceiro Quadros Comunitários de Apoio inundaram, de “Euros”, as obras de infraestruturas de carácter Social, Cultural, Religioso e Desportivo de redes de início de abastecimento de água e saneamento. “Euros” esses que viabilizaram, também, Paços do Concelho, Edifícios de Exposições, Áreas de Desenvolvimento Industrial, Escolas do Pré-Primário, Básico, Secundário, Superior e Profissional, etc.

Muitos destes investimentos só foram possíveis pela arrojada decisão de avançar, com espírito pioneiro com a Contratualização entre a Administração Central e a Associação de Municípios da Lezíria de obras apoiadas pelos Fundos Comunitários mas geridas, e bem, pelos Autarcas.

Pioneirismo que se repetiu na preparação de Planos de Desenvolvimento Territorial e nas Áreas das Novas Tecnologias.

Muito mais haveria a aditar aos 20 anos da Associação de Municípios da Lezíria.



Mas permitam-me que saúde, como seu fundador, com saudade, os outros fundadores presidentes Alfredo Bento Calado, de Almeirim, Armindo Pinhão, de Alpiarça, João Benavente, de Azambuja, António José Ganhão, de Benavente, Renato Campos, do Cartaxo, Sérgio Carrinho, de Chamusca, António da Silva Teles, de Coruche, José Elias Melancia Godinho, da Golegã, António Moreira, de Salvaterra de Magos, Ladislau Teles Botas, de Santarém e Daniel Branco, de Vila Franca de Xira.

Valeu a pena terem sonhado o que sonharam. •

* Ex-Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior

Armindo Pinhão*

O relógio não pára

Colaborei no início do percurso da actual CULT, sob o nome de Associação de Municípios.

Desde sempre que qualquer organismo, constituído por entidades públicas, com o objectivo principal de promover o desenvolvimento integrado da sua região, deve funcionar com base em consensos e não individualmente porque as fronteiras entre territórios e pessoas são cada vez mais ténues.

Foi assim no passado, terá de ser assim no presente e no futuro porque tudo o que se passa na Lezíria não é indiferente aos territórios vizinhos.

Podem surgir atrasos em determinados projectos devido a causas diversas, mas não há outra alternativa do que fazer o caminho...caminhando.

Na diversidade de opiniões, está a força de uma região, charneira do País e que não pode continuar dependente de desconfianças, quer entre instituições quer entre pessoas.

O relógio não pára e o desenvolvimento também não! Pelo reforço do Associativismo! •

* Ex-Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça



Daniel Branco*

As razões da adesão

Fui eleito para a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira nas primeiras eleições livres para o Poder Local, de 1976, que constituíram passo importante para a construção do novo Portugal Democrático. Mantive-me em funções na Câmara, a tempo inteiro, de 1977 a 1998.

No período inicial, foi possível estabelecer uma riquíssima ligação directa aos problemas locais e às populações, contando, na maioria dos casos, com a exaltante participação popular na resolução dos problemas.

Durante a primeira década de trabalho autárquico democrático foi pouca a capacidade de intervenção e pouco o tempo disponível para a reflexão de questões para além do “nosso” Município.

Na segunda metade dos anos 80 surgiu com maior relevância, sobretudo devido aos prometimentos de apoios comunitários dessa Europa para onde estávamos a ser encaminhados, a necessidade de os Municípios começarem, também, a analisar as questões do desenvolvimento regional.

Estando inscrita na Constituição da República Portuguesa, desde a sua primeira versão de 2 de Abril de 1976, a obrigação do Estado promover a Regio-

nalização Administrativa do Continente, a verdade é que quem exerceu o poder em Portugal desde então, não conseguiu ou não o quis fazer.

Compreendendo os Municípios que, faltando as Regiões Administrativas, teriam também que procurar analisar, em conjunto, o essencial dos problemas e das carências regionais, foi-se organizando um movimento alargado fomentado por muitos eleitos locais, que, tendo levado à constituição da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, permitiu que avançassem diversas outras Associações de Municípios, entre elas a da Lezíria do Tejo.

Embora Vila Franca de Xira tenha características fortemente urbanas e uma elevada densidade habitacional nas zonas onde vive a sua população, a parte do território que designamos por “Lezíria Grande de Vila Franca de Xira” possui mais de metade da área total do Concelho e um potencial agrícola ímpar em Portugal.

Em todo esse território eram necessários avultados investimentos em infra-estruturas viárias de interligação e de acessos às várias propriedades e também na indispensável melhoria da rede de águas.



Foram estas as razões que nos levaram a aderir à Associação de Municípios da Lezíria do Tejo, como uma etapa que pensámos (e continuamos a pensar) seria transitória até à imprescindível Regionalização Administrativa do Continente português. Sem que a mesma seja concretizada, pese o trabalho positivo que a AMLT e a actual Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo possam ter feito, não deixamos de fingir que nos preocupamos com o Desenvolvimento Regional. •

* Ex-Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Primeiro Administrador Delegado

Francisco Pereira

20 Anos a alargar horizontes

A AMLT – Associação de Municípios da Lezíria do Tejo “nasceu” oficialmente no primeiro dia de Primavera de 1987, um ano e poucos meses depois da integração plena de Portugal na Comunidade Económica Europeia, hoje União Europeia.

Foi no Verão de 1989 que fui contactado pelo Dr. Renato Campos, na altura Presidente da Câmara Municipal do Cartaxo e membro do Conselho de Administração da AMLT para ser “Secretário-Geral” da Associação, dado que se estava a entrar numa fase em que Portugal iria receber elevados montantes financeiros para o seu desenvolvimento e seria necessário assegurar alguma coordenação e apoio técnico à apresentação e acompanhamento das candidaturas dos Municípios da Lezíria.

Tratada da minha requisição ao Ministério da Educação e “acertadas as coisas” com o Presidente Ladislau Botas, que na altura dirigia a C.M. de Santarém e a Associação, lá subi ao segundo andar do nº 120 da Rua Serpa Pinto, em Santarém, nos primeiros dias de Setembro, para iniciar um trabalho intenso e profícuo com os Municípios da nossa Região, sobre os quais não sabia, praticamente, nada.

Hoje, não tenho quaisquer dúvidas em afirmar que o trabalho no seio da AMLT me permitiu alcançar a primeira “licenciatura” sobre o poder local e o desenvolvimento regional. Desse tempo (1989/93), para além da aprendizagem sobre os meandros dos fundos comunitários e de outras matérias interessantes, ficaram-me, principalmente, os afectos com autarcas e técnicos dos diversos Municípios, muitos dos quais ainda se mantêm hoje no activo, a dar o seu contributo para a qualidade de vida da população da Lezíria e para a coesão e competitividade da nossa Região.

Na AMLT tive como primeira colega de trabalho a Manuela Espírito Santo, funcionária destacada pela Câmara de Santarém para apoio administrativo e que, passados poucos meses, foi substituída pela Maria João Faria, requisitada à Câmara de Coruche, mantendo-se, ainda hoje, ao serviço da Associação.

Nos cerca de quatro anos que estive na AMLT, eu e a Maria João constituímos a “estrutura” organizativa e funcional da “casa”. A quantidade e diversidade de projectos que acompanhávamos na altura, pouco tinham a ver, obviamente,



com o universo da CULT dos nossos dias. E quando, pontualmente, alguma tarefa estava para além das capacidades da nossa reduzida estrutura, pudemos contar sempre com uma “mãozinha” dos Municípios associados.

Desses anos guardo, também, a memória de frequentes reuniões de autarcas, muitas vezes acompanhados de técnicos, para partilhar preocupações e problemas e tentar chegar a consensos, principalmente sobre os critérios de distribuição das verbas do FEDER.

Algumas dessas reuniões envolveram, também, os Municípios do Médio Tejo, pelo que, muitas vezes, tinha de ter um trabalho técnico prévio com o meu “homólogo” da AMMT, António Mor, um homem de Abrantes com o seu “quartel-general” em...Constância, sede da sua Associação.

Outro dos amigos desse tempo, que as circunstâncias da vida só raramente me permitem reencontrar!

Nem sempre essas reuniões eram tranquilas e isentas de emoções à flor da pele. No entanto, mesmo que tardassem, os consensos e as soluções acabavam por aparecer.

Para além da actividade quotidiana da AMLT desses primeiros anos (muito centrada, portanto, à volta dos projectos a candidatar aos apoios comunitários, através do POVT-Programa Operacional do Vale do Tejo), destaco duas iniciativas que procuraram a mediação e a resolução dos principais problemas que, na perspectiva dessa época, constituíam fortes estrangulamentos ao desenvolvimento da nossa Região.

Uma dessas iniciativas de vulto foi a realização em Santarém, em Outubro de 1992, do seminário “Vale do Tejo: Preparar o Futuro”, que contou, também, com o apoio e empenhamento da AMMT e a participação de diversas entidades e agentes económico-sociais. No auditório do Instituto da Juventude, fizeram-se ouvir intervenções de bom nível político e técnico, principalmente as relacionadas com os problemas da bacia hidrográfica do Tejo.

Em síntese, foram quatro as conclusões deste seminário:

a) Regionalizar para desenvolver melhor;

b) Dotar o Vale do Tejo com um plano integrado de desenvolvimento regional;

c) Desatar nós, reforçar laços – aprofundar o diálogo e a concertação entre os agentes de desenvolvimento da região;

d) Passar das palavras aos actos – agir, desde já!

Estas conclusões foram acompanhadas de uma listagem de intenções de projectos, de âmbito municipal e intermunicipal, dos Municípios do Vale do Tejo, que atingia o montante de 130 779 000 contos (652 322 900 euros) e que procurava marcar claramente posição no PDR e QCA para o período de 1994/97, cujos documentos iriam ser apresentados pelo Governo português em Bruxelas, na Primavera de 1993.

Da leitura dos documentos aprovados no Seminário constata-se que também houve a preocupação de fazer a explicitação de um vasto conjunto de projectos de âmbito regional que se deveriam concretizar nos anos futuros, (regularização do Tejo e Sorraia, despoluição do Alviela, Almonda e Nabão, construção de infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias e aeroportuárias, construção de pólos universitários, projectos de apoio à reconversão da base produtiva regional, etc., etc.).

Alguns destes projectos concretizaram-se, principalmente os que respeitam à rede viária, mas uma boa parte deles

continua a fazer parte do mundo onírico do desenvolvimento do Vale do Tejo. Como, por exemplo, os respeitantes ao desassoreamento e regularização do rio Tejo.

A este propósito, vem-me à memória uma descida do Tejo, de barco, de Vila Franca de Xira até ao Terreiro do Paço, para entregar ao Ministro do Planeamento e Administração do Território, Professor Valente de Oliveira, uma jaqueta de forçado onde estava inscrito “está na hora de pegar de caras os problemas do tejo!” ou uma campanha da AMLT, através da emissão de milhares de autocolantes, intitulada “Tejo. Um Rio. Uma Riqueza”.

AMLT/CULT, 1987/2007: vinte anos de vida de uma instituição, simultaneamente jovem e madura, sempre a contribuir para alargar os horizontes do desenvolvimento do Vale do Tejo e com a vontade firme de reforçar a vocação que inspirou o seu lema inicial: Uma Ponte para os Caminhos de Futuro! •

Administrador Executivo

António Torres

Um trabalho enriquecedor

A AMLT / CULT assinala este ano 20 anos de existência e por isso está de parabéns.

O meu primeiro contacto com os Municípios da Lezíria do Tejo ocorreu em 1989, era eu responsável, na CCRLVT, pelo Programa Operacional do Vale do Tejo – POVT 1989-1993. Nessa altura, a minha função era receber e analisar as candidaturas dos Municípios do Vale do Tejo ao primeiro grande “pacote” de fundos comunitários (QCA), que vieram para Portugal. Não havia, nesse tempo, contratualização e recordo-me que no âmbito das duas Associações de Municípios - Associação de Municípios da Lezíria do Tejo (AMLT) e Associação de Municípios do Médio Tejo (AMMT) – a principal tarefa consistia no acompanhamento do POVT, pelo que havia a necessidade de reunirem frequentemente, para se tentar chegar a consensos quanto aos critérios de repartições de verbas.

O POVT terminou e em 1994, e com o arranque do QCA II – Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, fui desafiado pelas Associações de Municípios da Lezíria do Tejo e Médio Tejo, a ser o responsável pela gestão do

Contrato Programa das duas Associações, que pretendiam contratualizar as verbas FEDER. Aceitei assim o desafio que me foi proposto e em Outubro de 1994 passei a trabalhar na antiga sede da AMLT, na Rua Serpa Pinto, nº120, 2º Andar, em Santarém.

Nessa altura, a AMLT dispunha de escassos recursos. Ainda assim, conseguimos estruturar a montagem para a gestão de aproximadamente 50 milhões de Euros de FEDER e, em simultâneo, receber e apreciar candidaturas, pois os Municípios queriam ver os seus primeiros projectos aprovados.

A contratualização para as duas Associações de Municípios decorreu até 1999. A partir dessa data, a minha actividade centrou-se fundamentalmente na Associação de Municípios da Lezíria do Tejo. Seguiram-se novos desafios, como a construção do Centro de Serviços da Lezíria do Tejo (hoje a sede da CULT), a contratualização do QCA III, a criação de Espaços Internet em todas as sedes de Concelho (foi a primeira NUT III do País a fazê-lo), o Projecto Ribatejo Digital (projecto piloto para o país) e mais recentemente a elaboração das cartas educativas.



Estes são apenas alguns exemplos de todo o trabalho enriquecedor que tive oportunidade de concretizar com a equipa da AMLT / CULT.

Hoje em dia podemos afirmar que a AMLT / CULT, como Associação de âmbito regional, tem desempenhado um papel fundamental no processo de desenvolvimento da Região. A CULT / AMLT tem assumido, ao longo de 20 anos de existência, uma intervenção cada vez maior na perspetivação e definição de estratégias integradas de desenvolvimento em todos os Municí-

pios associados, com a efectivação de uma série de projectos e iniciativas, muitos deles pioneiros em todo o País.

Com base nas máximas “Competitividade, Solidariedade e Identidade”, ao longo de 20 anos a CULT / AMLT tem trabalhado com afinco no fortalecimento da Região, na promoção dos equipamentos colectivos (ensino, desporto, cultura e sociais) na óptica da quantidade, qualidade e acessibilidade, na melhoria dos níveis quantitativos e qualitativos no domínio do saneamento básico, na salvaguarda do património construído e paisagístico, no aumento das acessibilidades regionais, intermunicipais e municipais e, consequentemente, na promoção da criação de novos postos de trabalho e na melhoria da qualidade de vida das populações. Em suma, tem sido um forte parceiro na busca do efectivo desenvolvimento sustentado da Região.

Novos tempos se avizinham para a Lezíria do Tejo. Espera-se que estes tragam boas novas, no que toca à descentralização. No passado, com a criação das Comunidades Urbanas, julgava-se que a Lei 10/2003, de 13 de Maio, iria trazer a tão almejada descen-

tralização, da Administração Central para as Comunidades Urbanas. No entanto, na prática o que aconteceu foi um movimento “de baixo para cima”, ou seja, uma delegação de competências das Autarquias para as Comunidades Urbanas. É, assim, fundamental que a nova lei das Associações de Municípios (que está para breve) ponha em prática de forma efectiva e que proceda de facto à transferência de competências da Administração Central para as Associações de Municípios.

Os novos tempos da Lezíria do Tejo trarão também o Quadro de Referência Estratégico Nacional - QREN 2007/2013, que se apresenta aos Municípios com novas regras e novas formas de actuação. Vivemos num tempo de incertezas. O QREN e a nova contratualização deverá ser muito diferente dos anteriores, apelando aos projectos supramunicipais, ao trabalho em rede dos diversos actores e às parcerias público-privadas. A coesão entre todos e o empenho conjunto será, assim, fulcral para ultrapassar eventuais barreiras e ir mais além.

Perante a dimensão e complexidade dos problemas seremos sempre poucos para reflectir e implementar soluções.

Estou certo que a AMLT / CULT saberá manter e reforçar o objectivo por que sempre se bateu: trabalhar por uma Lezíria cada vez melhor!

A todos que comigo trabalharam e trabalham, durante estes 13 anos, o meu muito obrigado. •





Contratualização

1994/1999 e 2000/2006

20 anos
de associativismo municipal

Gestão rigorosa dos Fundos Comunitários

Os projectos e as obras

A AMLT e a CULT apresentam uma experiência significativa na gestão de recursos financeiros do FEDER afectos a programas operacionais regionais.

Com efeito, desde 1994 que, no quadro do QCA - Quadro Comunitário de Apoio II (1994-99) e III (2000-06), a Associação de Municípios tem vindo a desempenhar um papel relevante na gestão dos recursos comunitários aplicados na sub-região da Lezíria.

No quadro do QCA 1994-99, foram aprovados 66 projectos de investimento municipais, no âmbito do Plano de Acção contratualizado entre o PORLVT e a AMLT, num montante total de apoio comunitário de cerca de 25 milhões de euros. A distribuição por sector deste conjunto de projectos elegíveis ao Subprograma A do Programa Operacional Regional foi a seguinte:

- 19 projectos de reabilitação de redes;
- 11 projectos de construção de rede viária nova;
- 6 projectos de saneamento básico;
- 14 projectos de abastecimento de água;

- 6 projectos de equipamentos desportivos;
- 7 projectos de reabilitação urbana;
- 3 projectos de outros equipamentos.

Tendo os resultados sido considerados positivos por ambas as partes contraentes, a CULT viria mais tarde a contratualizar um novo Plano de Acção, no âmbito do PORLVT - Programa Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo 2000-06, referente a projectos elegíveis às Medidas 1.1 (Acessibilidades e Equipamentos), 1.2 (Valorização Ambiental e Patrimonial) e 1.3 (Capacidade Institucional Regional), envolvendo um montante global de apoios comunitários de cerca de 70 milhões de euros.

A repartição sectorial dos 172 projectos aprovados foi a seguinte:

- 23 projectos de reabilitação de rede viária;
- 13 projectos de construção de nova rede viária;
- 11 projectos de apoio à actividade económica;

- 26 projectos de reabilitação urbana;
- 44 projectos de distribuição de água e saneamento básico;
- 10 projectos de escolas;
- 8 projectos de equipamentos culturais;
- 17 projectos de equipamentos desportivos;
- 20 projectos de outros equipamentos.

De uma forma global, os projectos postos em prática pela AMLT/CULT, no âmbito dos QCA II e III poderão resumir-se da seguinte forma:

Acessibilidades

Nos Programas 1994-1999 e 2000-2006, os projectos de acessibilidades contribuíram para melhorar a mobilidade e as acessibilidades internas e externas da região, garantindo um melhor acesso da população residente e não residente aos equipamentos e infra-estruturas existentes e a melhoria das condições de mobilidade nos centros urbanos.

Equipamentos

Os equipamentos que foram execu-

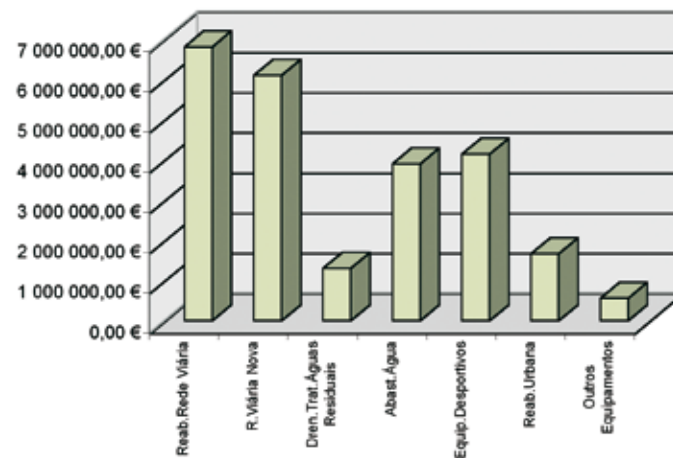
tados nos diversos domínios (escolares, culturais, desportivos e sociais) contribuíram para o alcance de quatro objectivos:

- Melhorar a qualidade de vida das populações;
- Reforçar o sistema urbano;
- Aumentar a equidade de acesso aos equipamentos;
- Fixar a população na Lezíria do Tejo;
- Tornar a região mais atractiva como espaço de vida e de trabalho e como espaço de lazer, assegurando um nível elevado de serviços que satisfazem as necessidades da população.

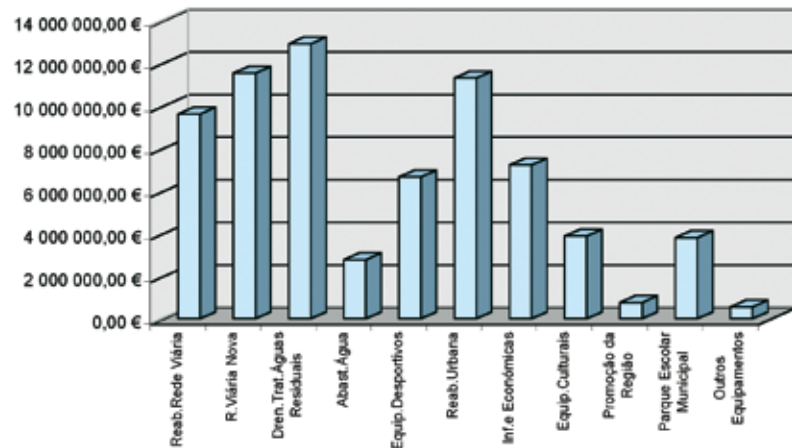
Ao nível dos equipamentos devemos assinalar também que até 2007, com excepção de casos pontuais, praticamente todos os Municípios têm nas sedes de Concelho:

- Piscina municipal;
- Pavilhão desportivo;
- Biblioteca.

Investimento FEDER QCA II



Investimento FEDER QCA III



Ambiente e Saneamento Básico

Neste âmbito pretendeu-se melhorar os níveis e a qualidade de atendimento em infra-estruturas de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais, recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, tendo em conta as exigências da legislação existente sobre a matéria a nível nacional e comunitário.

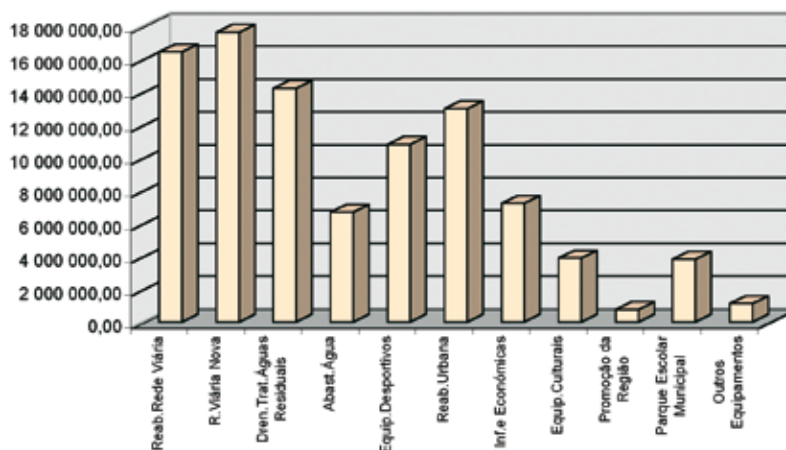
Tendo em conta a especificidade da Sub Região da Lezíria do Tejo - 4000 Km² e 55 hab/km², com 19% da população a viver em aglomerados urbanos com menos de 300 habitantes e três concelhos com áreas superiores a 700 km² - os investimentos realizados permitiram alcançar uma taxa de cobertura em termos de drenagem de águas residuais na ordem dos 70% e atingir os 97% no que toca a população servida com sistemas de abastecimento de água.

Reabilitação Urbana

As intervenções nesta área visaram fundamentalmente a realização de arranjos urbanísticos e a valorização ambiental, incluindo a construção de pequenos equipamentos, melhorando significativamente a paisagem e o espaço urbano para usufruto da população.

Nesta área, o objectivo foi preservar, recuperar e valorizar o património paisagístico, ambiental e patrimonial construído, através da requalificação da paisagem urbana e da valorização do património construído existente, envolvendo a recuperação de conjuntos

Investimento FEDER QCA II + QCA III



e elementos com reconhecido valor arquitectónico e histórico, bem como tratamento de espaços exteriores e zonas envolventes.

Parque escolar

No período de 2000 a 2006 realizaram-se investimentos nas escolas do primeiro ciclo e jardins-de-infância, melhorando e dotando as escolas de melhores condições. Por um lado, foi ampliada a rede pré-escolar, com a construção de novos edifícios, equipados com todas as infra-estruturas necessárias para a melhoria das condições de habitabilidade, funcionalidade e conforto das crianças e professores. Com o objectivo de criar idênticas condições nos edifícios mais antigos, estes foram também recuperados e ampliados. Assim, poder-se-á afirmar que as escolas do primeiro ciclo e jar-

dins-de-infância da Lezíria do Tejo são actualmente locais onde as crianças têm melhores condições para aprender, com novas salas de aula, salas polivalentes, bibliotecas, ginásios, refeitórios, salas com computadores, oficinas de artes, instalações sanitárias dignas e recreio completo.

Infra-estruturas económicas

Na Lezíria do Tejo foram infra-estruturados espaços que permitiram a atracção de novas indústrias e empresas e a criação de postos de trabalho. O objectivo foi construir na Lezíria importantes pólos de desenvolvimento económico, por forma a modernizar e diversificar o tecido produtivo da região, tanto mais que a posição geográfica da Lezíria é ideal para a construção de pólos industriais. Esta área de investimento foi fundamental para a fixação da população e

para o aumento da actividade industrial. Foi mais uma forma de tornar a Lezíria do Tejo uma região atractiva, como espaço de vida e de trabalho.

Capacidade Institucional

No âmbito da capacidade institucional contribuiu-se para melhorar a visibilidade e a notoriedade da Região, reforçando a sua competitividade dentro do quadro regional e nacional, através da criação e apoio a estruturas de oferta de serviços, de acções de divulgação da Região, e da sensibilização e envolvimento dos agentes económicos, sociais e institucionais para as dinâmicas da Região.

Associações de Municípios são aposta ganha

A experiência de contratualização com Associações de Municípios, introduzida no QCA 1994-99, tem merecido apreciações muito positivas por parte de avaliadores independentes ao longo de todos estes anos. Basta reportarmos ao Estudo de Avaliação Intercalar do QCA III que salienta como vantagens, designadamente:

- a “produção de reflexão estratégica territorial” por parte dos eleitos locais, enquadradora dos respectivos projectos de investimento;
- a concertação de investimentos municipais e inter-municipais entre autarquias locais, conduzindo a uma “maior qualidade dos investimentos, por via do aumento da racionalidade na sua defini-

ção e concretização” e à “maximização dos resultados”;

- “os ganhos de eficiência” face a uma “gestão de proximidade que assegura celeridade na tramitação dos processos”;
- o “robustecimento institucional das entidades supra-municipais” que contratualizam, bem como a “institucionalização de relações entre as autarquias locais”;
- a “forte taxa de absorção” dos recursos comunitários e o “bom nível de preparação” dos projectos candidatos a financiamento, face à possibilidade de programação atempada dos investimentos.

Estas conclusões conduzem, aliás, os avaliadores a recomendarem a prossecução desta experiência de descentralização em Portugal, embora reconhecendo que algumas melhorias poderão ser introduzidas nas modalidades de contratualização.

A experiência adquirida pela AMLT/CULT ao longo dos anos na gestão de vultosos recursos do FEDER, os resultados obtidos até ao momento – reconhecidos aliás pelo Governo, ao renovar a sua confiança na Associação em 2000 – e as conclusões da recente avaliação independente efectuada, militam inequivocamente no sentido de dar continuidade a este tipo de gestão descentralizada na Lezíria do Tejo

– agora no quadro da nova figura de Subvenção Global –, através da organização representativa das respectivas autarquias locais.

Os critérios definidos para a adopção de uma tal modalidade de gestão no artigo 61º do Decreto-Lei nº 312/2007 parecem estar plenamente cumpridos em termos de potenciais ganhos de eficácia e eficiência. Por outro lado, a experiência anterior dá garantias de capacidade técnica e administrativa por parte da CULT para assegurar uma gestão rigorosa dos recursos comunitários e o pleno respeito pelas legislações nacional e comunitária aplicáveis. •



ALMEIRIM

O Concelho de Almeirim abrange uma área de 222,1 Km² e tem cerca de 22.000 habitantes. Fazem parte do Concelho as freguesias de Almeirim, Fazendas de Almeirim, Benfica do Ribatejo e Raposa.

A sua localização geográfica é um ponto forte no desenvolvimento do Concelho, encontrando-se a 76km de Lisboa e a 7km de Santarém. Presentemente, os dois troços de estradas que mais servem a população de Almeirim são a EN 114 e a EN 118. A A13 que atravessa parte do concelho e a construção da ponte Salgueiro Maia vieram reforçar a localização privilegiada de Almeirim em matéria de acessibilidades, nomeadamente com a ligação à A1.

A sua excelente e apreciada culinária, onde pontifica a sopa da pedra, tal como o melão e o vinho, gozam de justa fama e são uma marca de Almeirim. O Concelho tem incorporado novas infra-estruturas sociais e culturais que têm contribuído para melhorar a qualidade de vida.



Segue-se o quadro das obras financiadas pelos Fundos Comunitários e coordenadas pela CULT, no Concelho de Almeirim. •



QCA II – 1994/1999

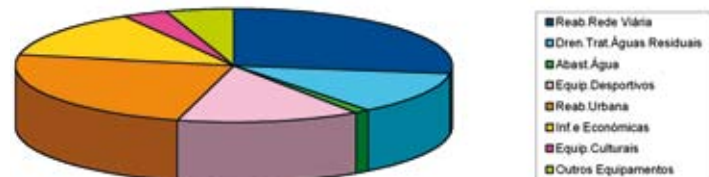
Descrição Projecto	Investimento elegível	Feder	Data de Aprovação
Reabilitação Urbana das Fazendas de Almeirim	198.182,38	148.636,79	29-12-1994
Reabilitação Urbana do Concelho de Almeirim - 2ª Fase	363.060,03	262.936,32	26-05-1997
Reabilitação Urbana do Concelho de Almeirim - 3ª fase	272.189	204.138	08-09-1997
Ampliação da Rede de Esgotos de Benfica e Azeitada	217.480,87	163.106,91	19-09-1995
3ª Fase da Ampliação do Abastecimento ao Concelho de Almeirim	139.491,06	102.368,29	19-09-1995
Piscinas Municipais de Almeirim	1.488.457,82	1.116.344,61	29-12-1994
Centro de Apoio ao Desenvolvimento Social e Económico de Almeirim	790.918,89	402.564,82	26-05-1997

valores em euros

QCA III – 2000/2006

Descrição Projecto	Investimento elegível	Feder	Data de Aprovação
Reconstrução da Rede Viária Concelhia 3ª fase	1.049.259,1	682.018,41	21-03-2002
Auditório Municipal e Posto de Turismo	433.314,09	281.654,15	21-03-2002
Reconstrução da Rede Viária - 2ª Fase	986.562,24	641.265,45	19-07-2001
Reconstrução da Rede Viária Concelhia	1.006.743,64	654.383,36	29-12-2000
Infra-estruturas do Loteamento Industrial	1.737.722,67	1.129.519,73	29-12-2000
Reconstrução da Rede de Acessibilidades Concelhia	384.515,69	249.935,19	29-12-2000
Reabilitação Urbana do Concelho de Almeirim - 2ª Fase	171.169	111.259,85	26-11-2007
Reabilitação e Reforço de Sistemas de Saneamento Básico do Concelho de Almeirim	846.000	549.900	30-12-2006
Infra-estruturas de Saneamento Básico - Águas e Esgotos	465.364,75	302.487,08	09-09-2005
Reabilitação Urbana do Concelho de Almeirim	1.497.095,5	748.547,75	09-09-2005
Reabilitação Urbana na Freguesia de Fazendas de Almeirim	724.089,03	470.657,87	12-05-2003

valores em euros

**Contratualização - FEDER 1994/2006**

Almeirim

Ortofotomapas da Sede de Concelho em 1998 e em 2006

1998



32 |

2006





ALPIARÇA

A vila de Alpiarça é sede de um Concelho com uma única freguesia, com cerca de 8.000 habitantes e 95,4 km² de superfície.

Habitada pelo homem desde tempos remotos, foram aqui recolhidos importantes achados arqueológicos do paleolítico inferior, com importantes estações arqueológicas já consideradas Património Arqueológico Nacional. Imagem de marca é ainda a Casa Museu José Relvas, e a sua impressionante colecção de arte; tal como o complexo desportivo e de lazer associado à barragem dos Patudos.

Essencialmente agrícola, Alpiarça é uma região vinhateira por excelência. Famosos são os seus vinhos licorosos, aguardentes e passas de uva moscatel.



Na gastronomia, são especialidades regionais o pão-de-ló, o carneiro guisado e a miga fervida.

Segue-se o quadro das obras financiadas pelos Fundos Comunitários e coordenadas pela CULT, no Concelho de Alpiarça. •



QCA II – 1994/1999

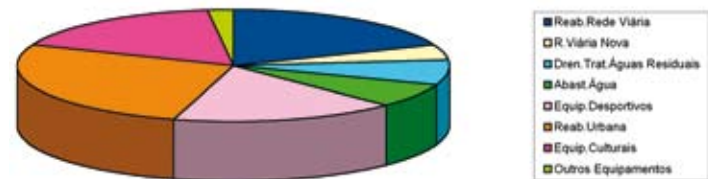
Descrição Projecto	Investimento elegível	Feder	Data de Aprovação
Beneficiação das Acessibilidades	1.098.712,10	824.034,08	29-11-1994
Infra-estruturas de Apoio à Requalificação da Área da Feira	105.745,15	79.308,87	24-02-1997
Sistema de Tratamento de Águas Residuais	249.398,95	187.049,21	29-11-1994

valores em euros

QCA III – 2000/2006

Descrição Projecto	Investimento elegível	Feder	Data de Aprovação
Arruamento de Acesso a Zona Desportiva com Ciclovia	398.958	199.479	29-11-2001
Valorização Urbana de Alpiarça – 2ª fase	1.041.277,9	676.830,63	19-07-2001
Valorização Urbana de Alpiarça - 1ª fase	542.081,31	352.352,85	19-02-2001
Divulgação da História de Alpiarça	66.721,01	43.368,65	29-12-2000
Complexo Desportivo dos Patudos (1ª fase)	976.054,36	634.435,33	29-12-2000
Valorização do Estádio Municipal	217.333,74	108.666,87	30-12-2006
Remodelação da Rede de Águas do Concelho de Alpiarça - 1ª Fase	152.024	98.815,6	07-10-2005
Ampliação da Rede de Esgotos de Alpiarça	181.045	117.679,25	07-10-2005
Valorização Urbana de Alpiarça	202.000	131.300	07-10-2005
Taça da Comunidade Europeia de Pesca Desportiva	10.000	6.500	31-08-2004
Reforço do Abastecimento de Água ao Concelho	422.160	211.080	21-03-2002
Biblioteca Municipal de Alpiarça	1.144.267,31	743.773,75	07-03-2001

valores em euros

**Contratualização - FEDER 1994/2006**

Alpiarça

Ortofotomapas da Sede de Concelho em 1998 e em 2006

1998



36 |

2006





AZAMBUJA

O Município de Azambuja abrange uma área de 262,7 km², e conta com uma população de cerca de 22.000 habitantes distribuídos por 9 freguesias: Azambuja, Alcoentre, Aveiras de Baixo, Aveiras de Cima, Maçussa, Manique do Intendente, Vale do Paraíso, Vila Nova da Rainha e Vila Nova de São Pedro.

Azambuja apresenta uma grande diversidade topográfica e paisagística. A sul, tem as extensas e férteis lezírias e o rio Tejo como limite, a norte é uma região mais acidentada, mas também com várzeas de forte aptidão agrícola.

Entre as actividades tradicionais do Concelho destacam-se a pesca na Vala e no Rio Tejo, a criação de toiros e cavalos na Lezíria e a agricultura. Mas a Azambuja é um Concelho cada vez mais industrializado, beneficiando da proximidade que tem à capital do País, que faz deste território um importante pólo logístico.

Segue-se o quadro das obras financiadas pelos Fundos Comunitários e



coordenadas pela CULT, no Concelho de Azambuja. •



QCA III – 2000/2006

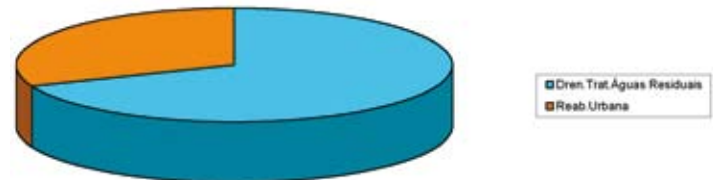
Descrição Projecto	Investimento elegível	Feder	Data de Aprovação
Rede de Esgotos do Vale do Brejo e Tagarro e Rede de Abastecimento de Água a Vila Nova da Rainha	830.856,14	415.428,06	31-05-2004
Ampliação da Rede de Saneamento do Concelho	676.472	338.236	18-05-2005
Beneficiação e Reabilitação da Rede Urbana Concelhia – 1ª Fase	526.289,98	263.144,99	31-08-2004
Requalificação Urbana da Rua Pedro Alves Jaleco	360.777,88	180.388,94	07-10-2005
Construção da Rede de Águas Residuais e Pluviais de Aveiras de Cima	243.442,13	121.721,06	07-10-2005
Beneficiação e Reabilitação da Rede Urbana Concelhia – 2ª Fase	169.520	84.760	01-03-2007
Ampliação da Rede de Saneamento do Município de Azambuja – 2ª Fase	602.496	301.248	30-12-2006

valores em euros

39



Contratualização - FEDER 2000/2006



Azambuja

Ortofotomapas da Sede de Concelho em 1998 e em 2006

1998



40 |

2006







BENAVENTE

A 40 Km de Lisboa, com 521,5 km², o Concelho de Benavente, actualmente com mais de 23.000 habitantes, procura conciliar o desenvolvimento com a preservação do património natural. Integram este Concelho as freguesias de Benavente, Samora Correia, Santo Estêvão e Barrosa.



As características de Benavente evoluíram consideravelmente. De uma economia centrada na agricultura e nos serviços complementares, surgiram investimentos nas áreas da metalomecânica e da distribuição, tendo esta última crescido consideravelmente mercê da posição estratégica do Concelho e da nova rede de acessibilidades que cruzam o seu território.

genos e despoletou uma nova etapa de desenvolvimento do Concelho, que permitiu a diversificação da base económica e a criação de emprego nos sectores terciário e secundário. Destaque ainda para a componente turística, com relevo para o forte investimento no golfe em Santo Estêvão.

Atravessado pela A13, com ligação à Auto Estrada do Norte, e ainda à A10, o Concelho de Benavente beneficia de excelentes acessibilidades.

Segue-se o quadro das obras financiadas pelos Fundos Comunitários e coordenadas pela CULT, no Concelho de Benavente. •

O forte investimento municipal em infraestruturas valorizou os recursos endó-



QCA II – 1994/1999

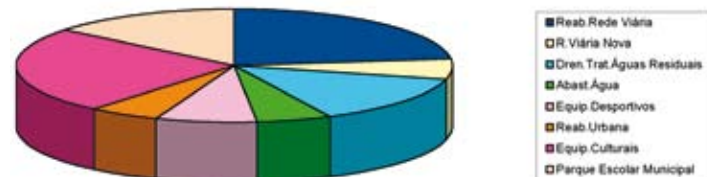
Descrição Projecto	Investimento elegível	Feder	Data de Aprovação
Recuperação / Beneficiação EM 515 - 2º troço / Est. Lig. Desp. da Murt. - E.N. 118 / Lig. E.N. 10 - E. Font	598.557,48	448.918,11	21-08-1995
Estrada de ligação da E.N. 118-1 à E.N 119 (2ª Fase) / Benavente	619.930,97	464.949,47	29-08-1996
Beneficiação e Reabilitação da Rede Viária Municipal - 1ª Fase	359.134,49	269.350,86	16-12-1996
Depósito Elevado de 400 m3 - Loteamento Industrial da Murteira	182.574,99	136.930	29-11-1994
Concepção e Execução de uma ETAR no Loteamento Industrial da Murteira - S.C.	171.810,94	128.859,45	22-02-1996
Beneficiação e Reabilitação da Rede Viária Municipal – 2ª Fase	505.781,07	379.335,80	09-10-1998
Construção de dois Depósitos Elevados de 400m3 e Furo de Captação de Água Benavente/Porto Alto	428.217,99	321.161	14-07-1998

valores em euros

QCA III – 2000/2006

Descrição Projecto	Investimento elegível	Feder	Data de Aprovação
Beneficiação e Requalificação do Cine-Teatro de Benavente - 2ª Fase	418.355,44	271.931,04	12-05-2004
Remodelação, Ampliação e Construção da Rede Pública de Águas Residuais	300.875,31	195.568,95	29-11-2001
Complexo Desportivo e de Lazer dos Camarinhais, Instalações do Parque de Campismo	219.832,33	142.891,01	29-11-2001
Beneficiação e Reabilitação da Rede Urbana Concelhia - 1ª Fase	650.762,39	422.995,55	23-08-2001
Beneficiação e Reabilitação da Rede Viária Municipal - 1ª Fase	873.225,22	567.596,39	23-08-2001
Beneficiação e Reabilitação do Cine-Teatro de Benavente	1.033.167,48	671.558,86	23-08-2001
Construção de ETAR em Benavente	801.401,37	520.910,89	15-05-2001
Construção Integrada da Rede de Escolas Pré-primárias e Primárias do Concelho	914.043,07	594.127,99	02-08-2001
Ampliação e Construção da Rede Pública de Águas Residuais na Freguesia de Samora	114.714	74.564,1	26-01-2006
Construção Integrada da Rede de Escolas Pré-primárias e Remodelação da Escola Pré-primária	837.372,51	544.292,13	26-01-2006
Remodelação e Ampliação da Rede Pública de Águas Residuais - 2ª Fase - Samora Correia	285.305,16	185.448,35	31-05-2004
Beneficiação e Reabilitação da Rede Viária Municipal - 2ª fase	274.104,36	178.167,83	12-05-2004
Centro Cultural de Samora Correia	1.565.763,5	1.017.746,27	18-09-2002
Construção do Pavilhão Desportivo da Barrosa	710.230,08	461.649,55	26-01-2006

valores em euros

**Contratualização - FEDER 1994/2006**

Benavente

Ortofotomapas da Sede de Concelho em 1998 e em 2006

1998



44 |

2006







CARTAXO

O Concelho do Cartaxo, localizado aproximadamente a 60 km de Lisboa, tem cerca de 23.000 habitantes, 158,2 km² e é composto por oito freguesias: Ereira, Lapa, Pontével, Valada, Vale da Pedra, Vale da Pinta, Vila Chã de Ourique e Cartaxo.

Coberto por uma boa rede de estradas nacionais e municipais, o Cartaxo tem acesso directo à A1, e é ainda atravessado pelas linhas ferroviárias do Norte e Leste [situa-se no Concelho o importante nó ferroviário do Setil].

O rio Tejo desenha-lhe ainda a fronteira a Sul com Salvaterra e oferece às embarcações de recreio o recuperado embarcadouro de Valada.

O Município do Cartaxo tem investido fortemente na rede de infra-estruturas e equipamentos que cobrem praticamente todas as áreas.

O vinho é a marca de referência desta região onde o rural e o urbano se har-



moniza e confunde.

Segue-se o quadro das obras financiadas pelos Fundos Comunitários e coordenadas pela CULT, no Concelho de Cartaxo. •



QCA II – 1994/1999

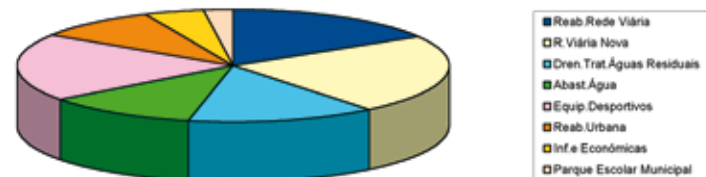
Descrição Projecto	Investimento elegível	Feder	Data de Aprovação
Estrada Municipal 512 - 1ª fase e 2ª fase	349.158,53	261.868,90	06-12-1994
Circular Urbana do Cartaxo - 2ª Fase (sectores A e B)	498.797,90	374.098,42	20-04-1995
Vias Estruturantes dos Centros Urbanos	344.165,56	258.122,92	19-09-1995
Beneficiação da Rede Viária Municipal	478.845,98	359.134,49	19-11-1996
Modernização dos Sistemas de Abastecimento de Água do Concelho do Cartaxo	698.317,06	523.737,79	06-12-1994
Arranjos urbanísticos da R. Batalhoz, Praça 15 de Dezembro e Largo Vasco da Gama	295.507,83	221.630,87	26-05-1997
Casa Municipal de Desporto e Lazer - 1ª fase	274.448,58	205.833,94	09-10-1997
Complexo de Dinamização Turística - Complemento das 2ª e 3ª fases	267.894,37	200.920,78	20-12-1994

valores em euros

QCA III – 2000/2006

Descrição Projecto	Investimento elegível	Feder	Data de Aprovação
Infra-estruturas de Suporte à Actividade Económica	544.990,69	354.243,94	23-08-2001
Rede Colectora de Águas Residuais do Concelho	526.040,49	341.926,31	19-07-2001
Vias Estruturantes dos Aglomerados Urbanos	494.412,51	321.368,13	07-03-2001
Beneficiação da Rede Viária Municipal Estruturante	892.884,94	580.375,21	07-03-2001
Memória Viva 2000	764.307,02	496.799,56	19-02-2001
Reforço e Melhoria da Qualidade do Abastecimento de Água às Freguesias e Cidade do Cartaxo	560.119,3	364.077,54	19-02-2001
Circular Urbana do Cartaxo - 2ª fase-Sector C	875.069,69	568.795,29	29-12-2000
Reforço da Rede de Águas e de Saneamento Doméstico e Pluvial no Cartaxo	514.449	327.704,01	18-12-2006
Alteração e Ampliação da Escola do 1º Ciclo de Vale da Pedra	178.042	115.727,3	18-12-2006
Casa Municipal de Desporto e Lazer - 3ª Fase	616.707,69	400.860	18-12-2006
Ampliação das Instalações da Escola Básica do 1º ciclo de Pontével	87.312	56.752,8	30-05-2006
Reforço e Melhoria do Saneamento Básico do Cartaxo e Freguesias	704.095,15	457.661,84	18-03-2003
Casa Municipal de Desporto e Lazer - 2ª Fase	1.184.322,75	728.358,48	18-03-2003
Beneficiação da Rede Viária Municipal Estruturante - 2ª Fase	534.403,31	347.362,16	07-10-2002

valores em euros

**Contratualização - FEDER 1994/2006**

Cartaxo

Ortofotomapas da Sede de Concelho em 1998 e em 2006

1998



48 |

2006







CHAMUSCA

Com cerca de 11.500 habitantes e uma área de 746 km², o que faz deste Município o segundo maior Concelho do distrito, a Chamusca é composta por sete freguesias: Chamusca, Ulme, Vale de Cavalos, Parreira, Chouto, Pinheiro Grande e Carregueira.

Da sua extensa rede viária, destaque para as duas estradas nacionais, EN 118 e EN 243, e o percurso de cerca de 47 km de vias urbanas, 92 km de estradas municipais, 41 km de caminhos municipais e uma rede de cerca de 300 km de vias a classificar no seu considerável território.

É aqui que o Tejo se alarga e começam as grandes Lezírias, logo a seguir à ponte ferroviária da geração de Eiffel. Plantada em plena Lezíria ribatejana, na margem esquerda do Tejo, a Chamusca tem campos muito férteis onde se cria gado e ainda grande produção de arroz e milho.

Mas a aposta forte da autarquia é no



cluster ambiental. Uma eco-indústria que está a trazer novas empresas para a região e a criar emprego especializado.

Segue-se o quadro das obras financiadas pelos Fundos Comunitários e coordenadas pela CULT, no Concelho de Chamusca. •

QCA II – 1994/1999

Descrição Projecto	Investimento elegível	Feder	Data de Aprovação
C.I.C. Chamusca - Beneficiação da E.M. 574 (troço Ulme/Semideiro)	608.533,43	456.400,08	29-11-1994
C.I.C. Chamusca - E.M. 577 -Troço Murta/Salvador e Ligação à E.N. 243 no Gaviãozinho	387.491,15	290.614,62	09-04-1996
C.I.C. Chamusca - E.M. 577 nos Troços Chouto/Parreira/Salvador	490.448,02	367.833,52	24-02-1997
C.I.C. Chamusca - Troço Vale de Cavalos/Parreira	602.647,62	451.985,71	24-02-1997
C.I.C. Chamusca - E.M. 577 - troço Chouto/Semideiro	666.513,70	499.885,28	07-07-1997
Estação de Tratamento de Águas Residuais de Vale de Cavalos	531.219,76	398.414,82	29-11-1994
Modernização do Sistema de Abastecimento de Água da Chamusca	613.107,41	459.826,82	29-11-1994

valores em euros

QCA III – 2000/2006

Descrição Projecto	Investimento elegível	Feder	Data de Aprovação
Centro de Dia - 40 Idosos - Chouto	383.407	249.214,55	19-07-2001
C.E.C. Chamusca-Parreira/Pego da Curva e Pego da Curva/Gorjão	1.059.127	688.432,54	07-03-2001
Requalificação do Parque Escolar Municipal para o Ensino Básico	1.135.825,95	738.286,86	29-12-2000
Rede de Drenagem de Águas Pluviais no Semideiro e Chouto	141.797	75.152,41	01-03-2007
Acessos ao Ecocentro	335.426	218.026,9	11-05-2007
Chamusca XXI - Agro ZAE - Chouto - Fase I	335.406	218.013,9	11-05-2007
Chamusca XXI - Montepio Chamusquense - Centro de Inclusão Social	130.865	85.062,25	11-05-2007
Parque-Eco - 1ª Fase	320.038	208.024,7	30-12-2006
Requalificação da Rede Viária do Chouto - Estrada Foz/Gorjão	236.686,88	153.846,47	05-04-2006
Centro de Dia - 40 Idosos - Parreira	334.164,15	217.206,7	09-09-2005
Requalificação do Parque Escolar Municipal para o Ensino Básico - 3ª Fase	151.272,09	98.326,85	09-09-2005
Rede de Águas Pluviais da Carregueira e Pinheiro Grande	369.898	240.433,7	18-03-2003
Biblioteca Pública Municipal da Chamusca	710.195	397.709,20	18-03-2003
CEC – Chamusca -Troço Pego da Curva/Rosmaninhal	686.475,21	446.208,88	21-03-2002
Requalificação do Parque Escolar Municipal para o Ensino Básico - 2ª fase	426.145,82	276.994,78	21-03-2002
Parque Desportivo Concelhio	541.148,4	351.746,46	02-08-2001
Revitalização Urbana da Vila de Ulme	760.050,15	494.032,59	07-03-2001
Recuperação da EM 586 (E. do Meio) e EM1380 (E. das Gatas) e Circ. Norte-V.Chamusca	1.163.477,79	756.260,56	29-12-2000
C.E.C.Chamusca - EM 1375 Troço Semideiro/Relvão e Aterro/Galega	1.303.632,73	847.361,27	29-12-2000
Modernização Sist. Abastec. Água das Freguesias de Carregueira e Pinheiro Grande, Chamusca, Ulme e Parreira - 1ª fase	685.419,15	445.522,44	29-12-2000

valores em euros

**Contratualização - FEDER
1994/2006**

Chamusca

Ortofotomapas da Sede de Concelho em 1998 e em 2006

1998



52 |

2006





CORUCHE

O Concelho de Coruche está situado na margem sul do rio Tejo, já na zona de transição com o Alentejo, e ocupa uma área de 1.115,7 km², o que o torna o Concelho mais extenso do distrito de Santarém e o 10.º a nível nacional. Com cerca de 21.000 habitantes, o Concelho de Coruche tem oito freguesias: Biscaíno, Branca, Coruche, Couço, Erra, Fajarda, Lamarosa e Santana do Mato.

Esta vasta região do Vale do Sorraia oferece grandes potencialidades agrícolas e tem instaladas algumas importantes unidades agro-industriais, sendo a Zona Industrial do Monte da Barca um factor importante no desenvolvimento económico local. A charneca coruchense é ainda rica no montado de sobreiro, o que faz do Concelho o primeiro produtor mundial de cortiça; sendo de relevar a recente aposta na criação de um museu da cortiça.

Segue-se o quadro das obras financiadas pelos Fundos Comunitários e coordenadas pela CULT, no Concelho de Coruche. •



QCA II – 1994/1999

Descrição Projecto	Investimento elegível	Feder	Data de Aprovação
E.M. 515 - Troço E.N.119 (Biscainho) E.N. 251 (Branca)	447.930,49	335.945,37	06-12-1994
E.M. 590 - Troço E.N. 114 (Santana do Mato)/Brejoeira	498.797,90	374.098,42	24-02-1997
Construção da Rede Viária Concelhia (secundária)	1.479.763,77	1.109.820,33	14-06-1995
Paviment. Est. Lig. E.N. 114 à E.N. 251, troços E.N. 114 /Azerveira/Lamarosa	1.456.170,63	1.092.127,97	30-05-1997
Abastecimento de Água à Branca	403.442,70	302.580,78	29-11-1994
Intervenção Urbanística na Vila de Coruche	392.035,20	294.026,40	14-06-1995

valores em euros

QCA III – 2000/2006

Descrição Projecto	Investimento elegível	Feder	Data de Aprovação
Intervenção Urbanística em Santana do Mato e Fajarda	797.449,18	518.341,96	05-08-2002
Rede Viária Concelhia Secundária - 2ª Fase	430.950,99	280.118,14	29-11-2001
Rede Viária Concelhia Principal	749.461,95	487.150,26	02-08-2001
Rede Viária Concelhia Secundária	1.228.715,89	798.665,32	07-03-2001
Beneficiação da Rede Viária Estruturante do Concelho - 3ª Fase	399.149	159.260,45	01-03-2007
Infra-estruturação da Zona Industrial do Couço	776.000,15	504.400,1	18-12-2006
Concepção e Execução do Relvado Sintético do Estádio de Santana do Mato	267.820	174.083	07-09-2006
Construção do Jardim-de-Infância de Azervadinha	226.807	147.424,55	07-09-2006
Novo Espaço de Mercados e Feiras	392.260	254.969	07-09-2006
Intervenção Urbanística na Vila de Coruche - 2ª Fase	429.267,94	279.024,16	26-01-2006
Estádio Municipal de Coruche	591.534,11	384.497,16	09-09-2005
E.E.A. de Santo Antonino Sul e E.E.A.R. do Bairro da Areia	282.938,38	183.909,94	18-05-2005
Rede de Saneamento Integrado do Concelho	592.224	384.945,6	18-05-2005
Infra-Estruturação da Zona Industrial de Monte da Barca	360.658,39	234.427,94	18-05-2005
Beneficiação da Rede Viária Estruturante do Concelho - 1ª Fase	1.285.088,88	835.307,76	18-05-2005
Intervenção Urbanística na Vila de Coruche	522.185,53	339.420,59	07-12-2004
Rede Viária Concelhia Secundária - 3ª Fase	785.832,99	510.791,44	12-05-2003
Piscinas Descobertas e Arranjos Exteriores Complexo de Piscinas Municipais de Coruche	1.521.874,7	989.218,56	25-03-2003
Reforço do Saneamento Básico do Concelho - 2ª Fase	1.104.622,25	718.004,46	18-07-2002
Reforço de Saneamento Básico do Concelho	350.631,95	227.910,76	18-07-2002
Rede Viária Concelhia Principal - 2ª Fase	1.910.394,74	1.241.756,58	18-07-2002
Beneficiação da Rede Viária Estruturante do Concelho - 2ª Fase	784.275,04	509.778,78	26-01-2006
Interceptor de Cintura	729.441	474.136,55	30-05-2006

valores em euros

Contratualização - FEDER
1994/2006

Coruche

Ortofotomapas da Sede de Concelho em 1998 e em 2006

1998



56 |

2006







GOLEGÃ

Com aproximadamente 76,6 km², é um pequeno e fértil Concelho da margem direita do Tejo, com forte marca distintiva na actividade equestre. A Golegã é conhecida a nível nacional e internacional como a Capital do Cavalo. Tem excelentes acessibilidades e ligação à A23.

A fertilidade dos seus campos, onde se localiza boa parte da reserva natural do Paul do Boquilobo, atraiu desde sempre gentes que se empenharam no cultivo das terras e na criação de gado. Actualmente com cerca de 6.000 habitantes, e uma área de 76,5Km², o Concelho é composto por duas freguesias, Golegã e Azinhaga.

A vila da Golegã tem ainda como pólo de atracção, para além da actividade equestre, o solar de Carlos Relvas, casa-estúdio única dos primórdios da fotografia em Portugal, e a casa museu do escultor Martins Correia.

Segue-se o quadro das obras financiadas pelos Fundos Comunitários e coordenadas pela CULT, no Concelho de Golegã. •



QCA II – 1994/1999

Descrição Projecto	Investimento elegível	Feder	Data de Aprovação
Reabilitação Urbana de Freguesia da Azinhaga	724.653,58	543.490,19	19-03-1998
Reabilitação da Rede Viária de Golegã	623.497,37	467.623,03	29-08-1996
Saneamento de Mato Miranda e Casal Centeio	309.254,70	231.941,02	29-11-1994
Feira Nacional do Cavalo - 3ª Fase - Picadeiro Coberto	103.350,92	77.513,19	19-03-1998

valores em euros

QCA III – 2000/2006

Descrição Projecto	Investimento elegível	Feder	Data de Aprovação
Área de Localização Empresarial	213.670,8	138.886,02	18-03-2003
Reabilitação Urbana da Freguesia de Azinhaga	906.114	588.974,10	15-05-2001
Piscinas Municipais de Azinhaga	420.170,06	273.110,54	02-08-2001
Estádio Municipal das Ademas – Edifício de Apoio	120.587	60.293,5	11-05-2007
Museu Rural – Pátio Agrícola	251.180	138.149	11-05-2007
Centro de Estágio Desportivo da Golegã	753.120	489.528	30-12-2006
Biblioteca Municipal da Golegã	813.686,54	357.940,71	08-11-2004
Reabilitação Urbana da Freguesia da Golegã	1.409.766,15	916.348,01	15-05-2001

valores em euros

**Contratualização - FEDER 1994/2006**

Golegã

Ortofotomapas da Sede de Concelho em 1998 e em 2006

1998



60 |

2006





RIO MAIOR

Com mais de 21.000 habitantes e uma superfície de cerca de 272,8 km², terra de vales e colinas onde se encontram a paisagem serrana e as planuras ribatejanas, o Concelho de Rio Maior, constituído por catorze freguesias, representa um espaço privilegiado de transição entre a Região do Vale do Tejo e o Litoral Oeste do País.

Os principais acessos fazem-se pela A15 (que faz a ligação da A1 à A8) e pela EN114 (Santarém - Caldas da Rainha). O Concelho de Rio Maior tem ainda como principais pontos naturais de referência a Serra dos Candeeiros, as Salinas de Fonte da Bica e o rio Maior, afluente do Tejo.

A grande aposta autárquica no sector desportivo colocou a cidade de Rio Maior no mapa do país como Capital do Desporto. Efectivamente, dispõe hoje de excelentes infraestruturas para quase todo o tipo de práticas desportivas e de estágios profissionais, e ainda de uma Escola Superior de Desporto.



Segue-se o quadro das obras financiadas pelos Fundos Comunitários e coordenadas pela CULT, no Concelho de Rio Maior.



QCA II – 1994/1999

Descrição Projecto	Investimento elegível	Feder	Data de Aprovação
Sistemas de Transportes e Caminhos Rurais	763.160,78	572.370,59	29-11-1994
Recuperação e Beneficiação da Rede Viária de Rio Maior - 1ª Fase	424.207,66	318.153,25	27-06-1996
Sistemas de Transportes e Caminhos Rurais - 2ª fase	380.662,60	285.496,95	16-12-1996
Recuperação e Beneficiação da Rede Viária de Rio Maior - 2ª fase	297.917,02	223.436,52	16-12-1996
4ª fase do Complexo de Dinam. Rio Maior - Campo de Futebol	1.334.044,95	1.000.533,71	29-12-1994
Parque Desportivo Municipal, Campo de treino, Estádio Municipal e Arranjos Exteriores	471.159,51	353.368,38	14-07-1998

valores em euros

QCA III – 2000/2006

Descrição Projecto	Investimento elegível	Feder	Data de Aprovação
Requalificação da Ribeira de São Gregório - Zona P6AA	277.872	138.936	01-03-2007
Requalificação Urbana das Entradas de Rio Maior	1.990.007	1.034.803,64	31-07-2006
Despoluição da Bacia de Rio Maior - 4ª Fase - Rede Colectora de Alfouvés e Azambujeira	209.310,55	104.655,27	18-05-2005
Despoluição da Bacia de Rio Maior - 4ª Fase	662.462,63	331.231,31	31-08-2004
Estádio Municipal -Remodelação Balneários e Infra-estruturas de Apoio ao Estádio	1.328.440	664.220	29-12-2003
Rede Viária Concelhia 2ª - fase	761.532,99	494.996,44	21-03-2002
Rede Viária Concelhia 1ª Fase	902.363,31	586.536,15	02-08-2001
Despoluição da Bacia de Rio Maior - 3ª fase	1.051.904,9	683.738,18	07-03-2001
Campos de Treinos –Conclusão	577.164,03	375.156,62	29-12-2000
Pavilhão Multiusos	3.208.866,63	2.021.585,97	29-12-2000

valores em euros



Contratualização - FEDER 1994/2006



Rio Maior

Ortofotomapas da Sede de Concelho em 2003 e em 2006

2003



64 |

2006





SALVATERRA DE MAGOS

A cerca de 50 Kms de Lisboa e a 30 Kms de Santarém situa-se, na margem sul do Tejo, o Concelho de Salvaterra de Magos, com cerca de 20.000 habitantes e uma área de 243,9 Km². Integram o Concelho seis freguesias: Salvaterra de Magos, Foros de Salvaterra, Marinhais, Glória do Ribatejo, Granho e Muge.



Salvaterra de Magos beneficia de boas acessibilidades, com ligações à A13 e à A10. Mas para além destas importantes ligações inter-regionais, beneficia ainda de ligações directas a todos os Concelhos vizinhos. No que diz respeito aos transportes ferroviários, o Concelho é atravessado pela linha de Vendas Novas que passa pelo apeadeiro de Marinhais e pela estação de Muge.



A beleza da Vila e da lezíria apresenta-se convidativa ao turismo, com o seu Cais Fluvial, a Praia Doce e a típica aldeia de pescadores do Escaroupim, para além da Barragem de Magos, que convida à pesca desportiva e aos desportos náuticos.

Segue-se o quadro das obras financiadas pelos Fundos Comunitários e coordenadas pela CULT, no Concelho de Salvaterra de Magos. •



QCA II – 1994/1999

Descrição Projecto	Investimento elegível	Feder	Data de Aprovação
Reparação da Rede Viária Municipal	311.135,16	233.352,62	29-11-1996
Abastecimento de Água a Glória do Ribatejo e Marinhais	294.290,76	220.718,07	20-12-1994
Abastecimento de Água a Foros de Salvaterra, Muge e Granho	418.990,23	209.495,12	23-12-1997
Abastecimento de Água a Sesmarias e Lagoa e ref. a Salvaterra de Magos	249.398,95	187.049,21	20-12-1994
Piscinas Municipais de Salvaterra de Magos	698.317,06	523.737,79	10-05-1996
Remodelação/Construção Rede de Águas Residuais Glória Ribatejo / Marinhais	267.355,67€	200.516,75€	04-08-1998
Remodelação Estrada Municipal – Estrada dos Ramalhais e Estrada da Fajarda	314.242,68€	235.682€	14-07-1998

valores em euros

QCA III – 2000/2006

Descrição Projecto	Investimento elegível	Feder	Data de Aprovação
Infra-estruturas da Zona Industrial de Muge	633.728,82	411.923,73	06-03-2003
Rede Viária Municipal - 2ª fase	796.448	517.691,2	21-03-2002
Pavilhão Gimnodesportivo da Glória do Ribatejo	648.437,26	421.484,22	21-03-2001
Ampliação e Beneficiação da Rede de Águas Residuais de Salvaterra de Magos	471.674,28	306.588,29	15-05-2001
Ampliação da Rede de Águas Residuais de Glória do Ribatejo	487.567,09	316.918,61	15-05-2001
Estradas de Ligação Granho a Foros de Benfica e Granho Novo a Marinhais	408.258,68	265.368,14	02-08-2001
Ampliação e Beneficiação da Rede de Abastecimento de Água a Glória, Marinhais, Muge e Salvaterra de Magos	690.835,09	449.042,8	29-12-2000
Ampliação e Beneficiação da Rede de Abastecimento de Águas a Foros de Salvaterra e Granho Novo	412.409,64	268.066,27	29-12-2000
Arranjos Urbanísticos da E.N. 367 – Marinhais	322.992	209.944,8	11-05-2007
Remodelação, Construção e Ampliação da rede de Águas Residuais de Marinhais	358.783,37	233.209,19	09-09-2005
Depósito Elevado dos Foros de Salvaterra	449.924,46	292.450,9	09-09-2005
Beneficiação da Rede Viária Estruturante do Concelho	922.391,58	599.554,53	09-09-2005
Execução da Rede de Esgotos da Várzea Fresca, Foros e Marinhais	977.933,01	635.656,46	09-07-2002
Rede Viária Municipal - 1ª fase	919.621,77	597.754,15	19-07-2001

valores em euros



Contratualização - FEDER 1994/2006



■	Reab Rede Viária
□	R. Viária Nova
■	Dren. Trat. Águas Residuais
■	Abast. Água
■	Equip. Desportivos
■	Reab. Urbana
■	Inf. e Económicas

Salvaterra de Magos

Ortofotomapas da Sede de Concelho em 1998 e em 2006

1998



68 |

2006







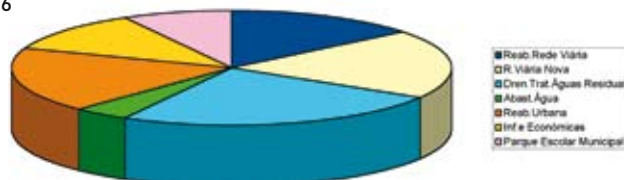
SANTARÉM

Capital de distrito, Santarém é sede de Concelho, subdividido em 28 freguesias, com 560,3 km² e mais de 63.500 habitantes. Dista de Lisboa 66 Km e do Porto 242 Km, sendo atravessado pelas auto-estradas A1 e A15, beneficiando ainda da ligação à A13 através da ponte Salgueiro Maia. Excelentes acessibilidades, portanto, a somar à linha-férrea que cruza a cidade ribeirinha, trazem a Santarém uma renovada centralidade no país. Terra de história, o centro urbano antigo desta cidade mágica e luminosa possui um património monumental notável. Apelidada de "Capital do Gótico", Santarém mostra ao viajante, logo desde o primeiro instante, a beleza das suas ruas estreitas e sinuosas, típicas de uma cidade que se desenvolveu entre muralhas. Percorrer o centro histórico é como viajar pela própria história do país, encontrando a cada virar de esquina um motivo arquitectónico de interesse. Tudo isto faz do Município de Santarém um destino turístico por excelência e um bom Concelho para viver e investir, onde o ensino superior Politécnico acrescenta saber. •

70 |



Contratualização - FEDER
1994/2006



QCA II – 1994/1999

Descrição Projecto	Investimento elegível	Feder	Data de Aprovação
E.M. 565 - Beneficiação desde E.N. 361 até E.N. 262 por Abrã e Vale d'água	481.908,60	361.428,96	16-05-1995
E.M. 566 - Beneficiação desde Mosteiros até ao Limite do concelho Rio Maior	307.783,24	230.838,68	06-12-1994
Recuperação da Rede Viária das Freguesias de Salvador, S. Nicolau e Marvila	470.745,50	353.059,13	31-05-1996
E.M. 583 - Beneficiação desde a E.N. 3 em Pernes até ao Limite do Concelho	872.143,14	654.103,61	16-05-1995
Rede Viária da Freguesia da Várzea - Beneficiação da E.M. 584/C.M. 1354	498.797,90	374.098,42	30-01-1998
Remodelação do Sistema de Abastecimento de Água à Cidade de Santarém	1.110.369,01	832.776,76	19-09-1995
Furo de Reserva de Abastecimento de água a Amiais de Baixo	51.765,25	38.821,44	14-06-1995
Conclusão do Abastecimento de Água à Freguesia de Alcanede	255.858,38	191.892,54	16-12-1996
Abastecimento de Água a Casével - sector ocidental - 2ª fase	253.469,14	190.101,85	24-02-1997
Ref. dos Sistemas de Abastecimento de Água às Zonas Rurais com Captação de Reserva	250.895,34	188.171,51	23-12-1997
Anexo ao Pavilhão Desportivo	997.595,79	748.196,85	27-10-1995

valores em euros

QCA III – 2000/2006

Descrição Projecto	Investimento elegível	Feder	Data de Aprovação
EM 594 – Correção do Traçado e beneficiação entre Santos e a EN 3 em Póvoa de Santarém	701.717,78	456.116,55	02-08-2001
Recuperação do sistema viário municipal	406.998	264.548,70	29-12-2000
Parque de negócios da Mafarra	1.956.874,76	1.271.968,59	29-12-2000
EN 365 – Beneficiação da estrada de S. Domingos	1.058.448	687.991,20	02-08-2001
Recuperação do sistema viário das freguesias rurais – 1ª fase	1.139.192,11	740.474,87	15-05-2001
Ligação do Nó da Senhora da Guia à Zona Industrial	1.006.110,28	533.238,44	29-11-2001
CM 1314 – Beneficiação do caminho municipal entre EN 362 e EN 361	667.638,49	433.965,01	05-08-2002
Parque de Negócios da Quinta da Mafarra – 2ª Fase	718.115	466.774,75	18-07-2002
Escola Básica do 1º ciclo de S. Domingos	1.380.746,51	897.485,23	12-05-2003
EM 506 – Beneficiação entre Amiais de Baixo e Cortiçal	1.103.903	717.536,95	12-05-2003
Recuperação de estabelecimentos de ensino	527.713,38	343.013,69	31-08-2004
Acesso Sul à cidade de Santarém	2.034.258,92	1.322.268,29	31-08-2004
Jardim em Vale de Santarém	550.000	357.500	09-09-2005
Saneamento e tratamento nas freguesias rurais do concelho de Santarém – 1ª Fase	673.000	437.450	21-03-2002
Remodelação do sistema de abastecimento de água ao concelho de Santarém – 2ª Fase	401.964,03	261.276,61	18-07-2002
Remodelação do sistema de abastecimento de água ao concelho de Santarém	587.109,37	381.621,09	09-11-2000
Saneamento da Ribeira de Santarém	955.681,12	621.192,72	18-07-2002
Complexo aquático municipal – arranjos exteriores	310.759,47	201.993,65	18-07-2002
Saneamento de Santarém – Sector Bairro César e Calçada da Atamarna/Interceptor de Runes	989.059,47	642.888,65	18-03-2003
Saneamento de Santarém – 1ª Fase	422.219,73	274.442,82	31-08-2004
VI Congresso Mundial das cidades taurinas	25.000	16.250	12-05-2004
Valorização de espaços públicos verdes de S. Domingos	591.215,43	384.290,02	15-05-2001
Reabilitação e ampliação do sistema de saneamento de Santarém	1.429.811,35	929.377,38	07-08-2007
Reabilitação urbana de Amiais de Baixo	552.971,40	359.431,40	05-08-2002
Requalificação dos eixos estruturantes da cidade de Santarém	1.181.965	768.277,25	26-11-2007

valores em euros

Santarém

Ortofotomapa de 1998 e Cartografia à Escala 1:2000 de 2003 da Sede de Concelho

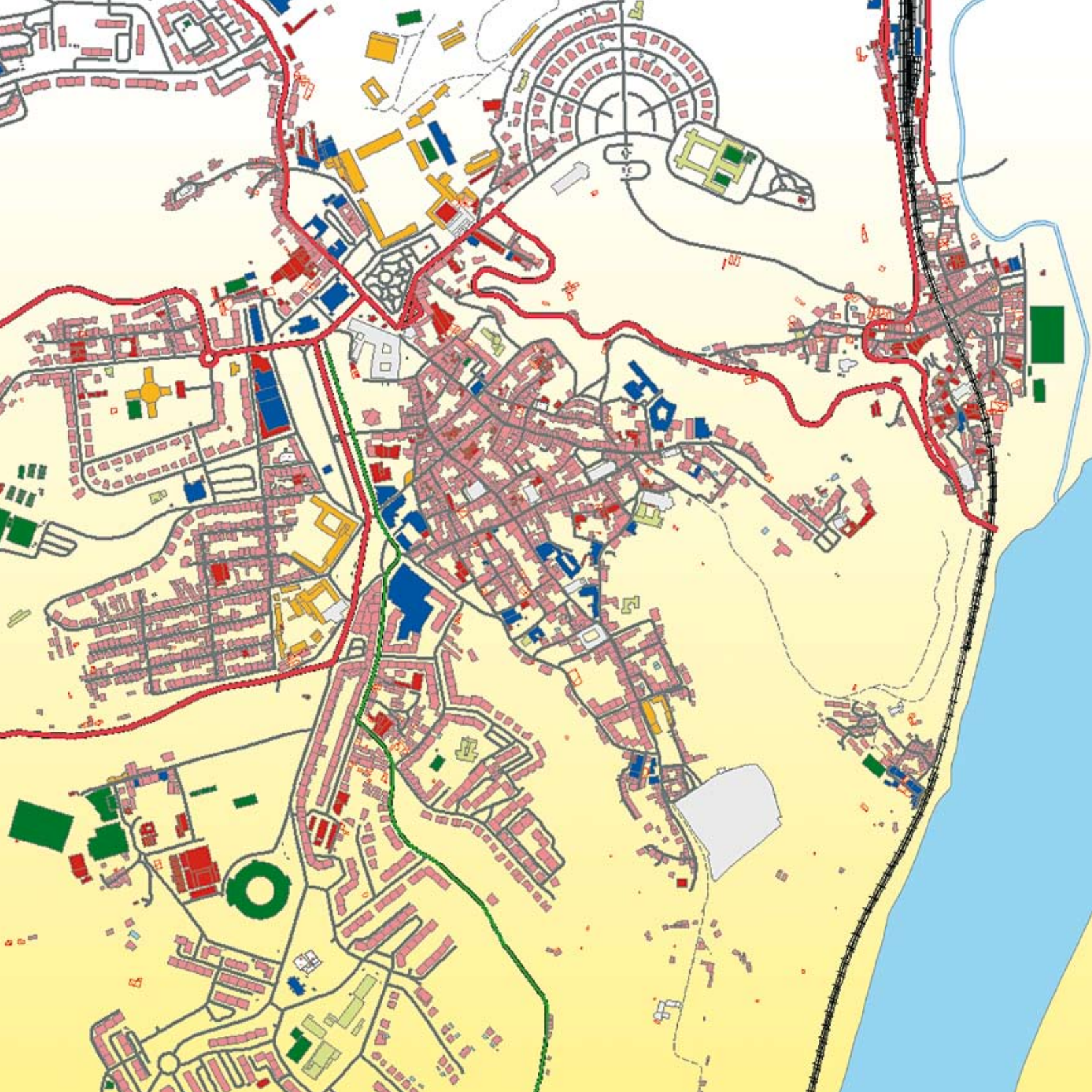
1998



72 |

2003









Planeamento e Desenvolvimento

20 anos
de associativismo municipal

O Território da CULT

Dinâmicas demográficas e urbanas da Lezíria do Tejo

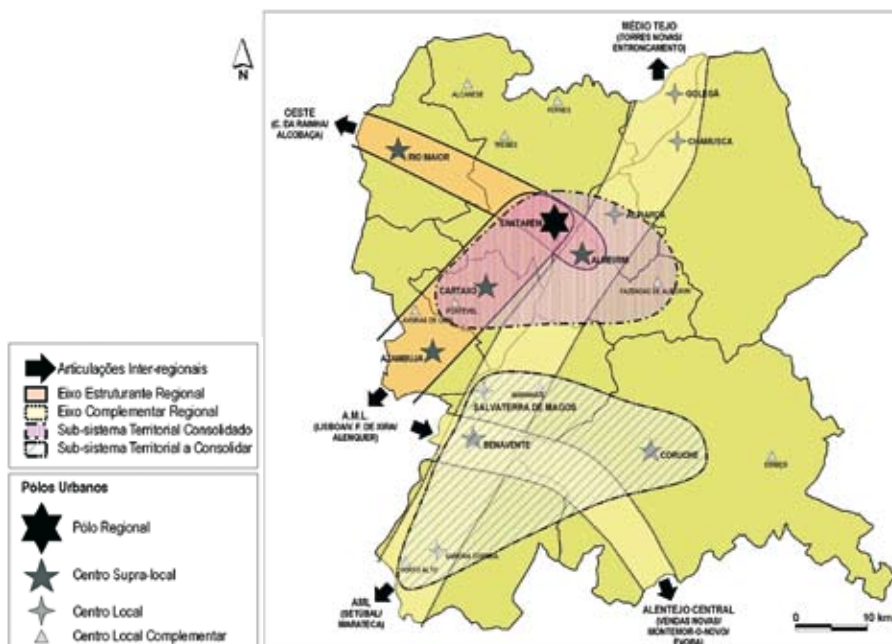
A Lezíria do Tejo, com uma área de aproximadamente 4.273 Km² e com aproximadamente 250 mil habitantes, de acordo com estimativas populacionais efectuadas pelo INE, distribuídos por 11 Municípios, constitui uma região de média dimensão no contexto nacional e regional.

A sua localização geográfica privilegiada confere-lhe um papel fulcral enquanto território de charneira, de intermediação entre sub-espacos e territórios distintos: a Área Metropolitana de Lisboa, o Oeste, o Médio Tejo e o Alentejo Central.

As transformações recentes do sistema territorial e urbano da Lezíria do Tejo têm favorecido a emergência de dois tipos de dinâmismos. Por um lado, os processos de concentração inter e intra-concelhios têm despoletado um crescente protagonismo territorial dos centros urbanos de pequena e média dimensão. Por outro, têm vindo a consolidar-se subsistemas territoriais e urbanos, sob a forma de eixos e conurbações, sustentada pelas principais vias de comunicação existentes.

Nos últimos 25 anos, a população da Lezíria do Tejo conheceu um ligei-

SISTEMA TERRITORIAL E URBANO DA LEZÍRIA DO TEJO (de acordo com AGENDA XXI da CULT)

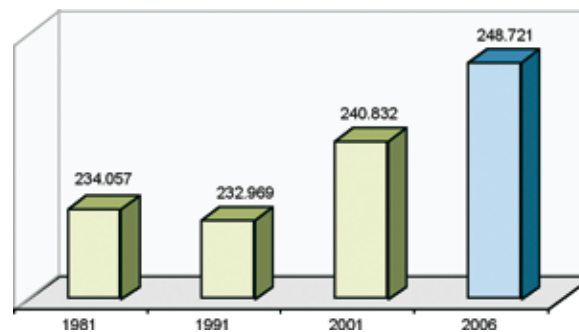


ro acréscimo populacional, fruto da capacidade que a região manifestou em atrair população de outros territórios regionais (incluindo da própria Área Metropolitana de Lisboa) bem como de população proveniente de outros países (com ênfase para as comunidades brasileira e do leste europeu).

Contudo, esta variação populacional está longe de ser uniforme na região. De facto, o Concelho de Benavente apresentou um ritmo de crescimento populacional bastante significativo, parecendo traduzir uma crescente integração no território da Área Metropolitana de Lisboa. Concomitantemente,

outros Municípios do flanco ocidental e sul da região (casos de Salvaterra de Magos, Azambuja e Cartaxo) apresentam variações populacionais positivas. Pelo contrário, os Concelhos do interior e norte da região têm vindo a apresentar quebras populacionais, designadamente os de Coruche, Chamusca e Golegã. Ainda assim, num número considerável de Municípios da Lezíria do Tejo as variações populacionais ao longo dos anos têm sido pouco significativas.

EVOLUÇÃO POPULACIONAL NA LEZÍRIA DO TEJO ENTRE 1981 E 2006



EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO E DENSIDADE POPULACIONAL NA LEZÍRIA DO TEJO

UNIDADE TERRITORIAL	População (n°)			Área (Km2)	D. Pop. (2006)	Taxa Variação	
	1991	2001	2006 *			91-01	01-06
Almeirim	21.380	21.957	22.766	222,3	102,4	2,7	3,7
Alpiarça	7.711	8.024	8.235	96,5	85,3	4,1	2,6
Azambuja	19.568	20.837	21.748	256,1	84,9	6,5	4,4
Benavente	18.335	23.257	27.098	525,2	51,6	26,8	16,5
Cartaxo	22.268	23.389	24.840	156,8	158,4	5,0	6,2
Chamusca	12.282	11.492	11.157	746,0	15,0	-6,4	-2,9
Coruche	23.634	21.332	20.191	1120,2	18,0	-9,7	-5,3
Golegã	6.072	5.710	5.589	76,1	73,4	-6,0	-2,1
Rio Maior	20.119	21.110	21.778	271,1	80,3	4,9	3,2
Salvaterra Magos	18.979	20.161	21.265	240,9	88,3	6,2	5,5
Santarém	62.621	63.563	64.054	561,8	114,0	1,5	0,8
Lezíria do Tejo	232.969	240.832	248.721	4272,8	58,2	3,4	3,3
Continente	9.371.319	9.869.343	10.110.271	89045,1	113,5	5,3	2,4

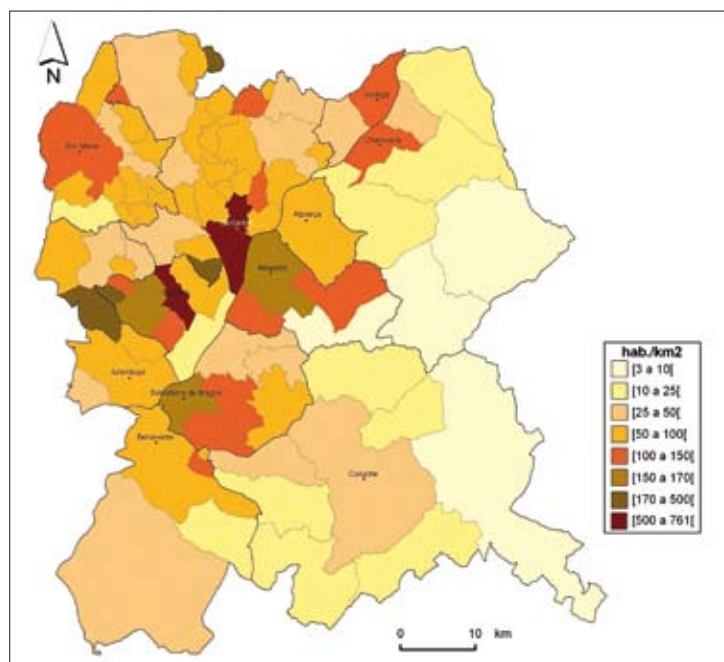
Fonte: INE * Estimativa

A sub-região da Lezíria apresenta níveis de ocupação do território distintos. Com efeito, a espacialização do indicador densidade populacional permite detectar algumas diferenciações territoriais fundamentais:

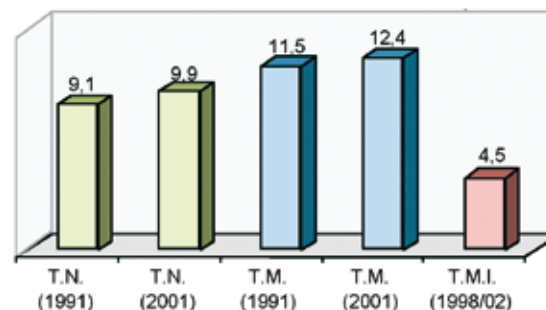
- a área central apresenta os maiores índices de ocupação humana, particularmente as três principais freguesias urbanas de Santarém e a freguesia da sede do Concelho do Cartaxo;
- existem diversas freguesias com um índice de ocupação intermédio;
- a grande maioria das 91 freguesias da Lezíria do Tejo apresenta uma densidade populacional baixa, particularmente na área oriental e meridional da sub-região.

Um dos fenómenos demográficos mais marcantes da sociedade portuguesa - a quebra dos índices de fecundidade - afectou com particular incidência a Lezíria do Tejo ao longo das décadas anteriores. Contudo, durante a última década a taxa de natalidade estabilizou em torno dos 10 %. O acréscimo registado na taxa de mortalidade durante a década de 90 (com valores acima da média nacional) reflecte o progressivo envelhecimento populacional. Não obstante, importa destacar os baixos valores da taxa de mortalidade infantil, cujos valores estão ao nível dos países mais desenvolvidos da Europa ocidental, o que reflecte as melhorias ocorridas na prestação de cuidados de saúde.

DENSIDADE POPULACIONAL POR FREGUESIA NA LEZÍRIA DO TEJO (2001)



TAXAS DE NATALIDADE, MORTALIDADE E MORTALIDADE INFANTIL NA LEZÍRIA DO TEJO (%)

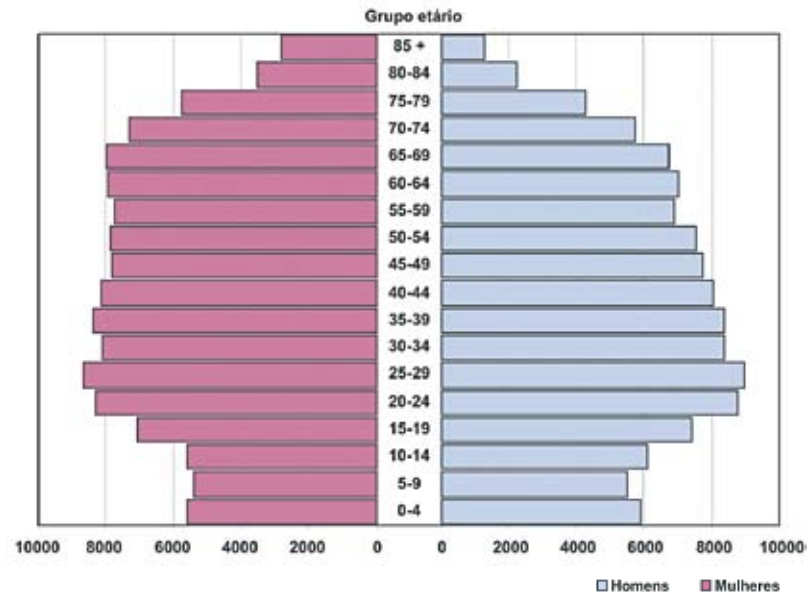


As alterações nos comportamentos demográficos geraram importantes transformações nas respectivas estruturas demográficas. Com efeito, reforçou-se a tendência, já anteriormente esboçada, para o duplo envelhecimento da população, quer pela redução da base da pirâmide quer pelo alargamento do topo da pirâmide. Em consequência do aumento do peso da população idosa em relação à jovem vai assistir-se a um progressivo incremento do índice de envelhecimento que, na Lezíria do Tejo, passou de 95% em 1991 para 145% em 2006, valor acima da média nacional.

As variações interconcelhias no índice de envelhecimento traduzem as diferentes realidades territoriais e sócio-económicas da sub-região da Lezíria do Tejo. De facto, apenas o Município de Benavente apresentava um índice de envelhecimento inferior à média nacional, constituindo assim um importante pólo de atracção e retenção de população jovem. Por sua vez, os Municípios da Chamusca e de Coruche apresentavam índices de envelhecimento bastante elevados, o que constitui um factor de entrave à modernização dos respectivos tecidos económico e social. •

José Luís Avelino
Mestre em Geografia Humana
e Planeamento Regional e Urbano

PIRÂMIDE ETÁRIA DA LEZÍRIA DO TEJO (2001)



EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DEMOGRÁFICOS NA LEZÍRIA DO TEJO (%)

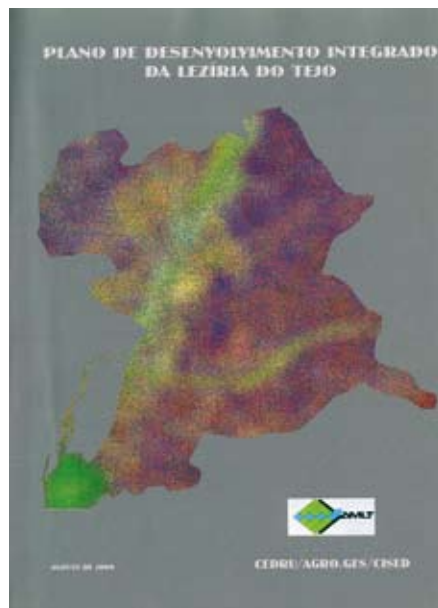
UNIDADE TERRITORIAL	Índice de Envelhecimento			Índice de Dependência Total		
	1991	2001	2006 *	1991	2001	2006 *
Almeirim	90,3	139,2	138,3	49,3	50,0	53,2
Alpiarça	127,1	180,2	183,2	55,8	56,1	57,9
Azambuja	88,9	131,6	140,8	52,7	48,3	50,0
Benavente	65,5	87,2	96,0	45,8	46,3	51,5
Cartaxo	91,7	129,2	137,3	51,4	47,9	50,4
Chamusca	106,7	183,7	224,8	55,8	54,9	54,7
Coruche	121,8	213,0	228,7	51,0	57,9	61,7
Golegã	110,6	156,9	163,2	58,0	57,9	52,8
Rio Maior	82,9	118,6	128,8	52,7	50,9	50,1
Salvaterra Magos	78,0	132,8	142,7	48,4	49,5	51,3
Santarém	101,7	146,0	148,9	54,7	52,9	53,5
Lezíria do Tejo	94,7	139,8	145,9	52,1	51,3	52,9
Continente	69,5	104,5	114,2	50,1	47,7	48,7

Fonte: INE * Estimativa

PDILT - Plano de Desenvolvimento Integrado da Lezíria do Tejo

Uma oportunidade de afirmação da Lezíria

De olhos postos no QCA 2000/2006 e num tempo de crescente competitividade entre territórios e economias, marcado na Lezíria do Tejo por uma grande abertura no contexto nacional, ibérico e europeu, o PDILT – Plano de Desenvolvimento Integrado da Lezíria do Tejo, foi uma real oportunidade de intervenção estratégica, concertada e competitiva, quer no âmbito da base económica, quer da infra-estruturação, equipamento e ordenamento territorial.



Através deste estudo abriu-se um novo percurso de oportunidades orientado no sentido do reforço das capacidades e dinâmicas do tecido produtivo local/regional, da geração de novas atractividades de pessoas, capitais e inovação e de qualificação do quadro de vida social e cultural da Lezíria.

O PDILT pretendeu configurar-se como uma ideia estratégica de desenvolvimento sustentado, equilibrado e integrado e como instrumento de concertação de intervenções materiais e imateriais que atendessem às vocações intrínsecas da Lezíria do Tejo, procurando:

- mobilizar e envolver os diversos actores locais e regionais, no processo de desenvolvimento;
- estimular formas eficazes de organização e de cooperação estratégica;
- proporcionar maior visibilidade e protagonismo interno e externo à sub-região e aos agentes locais;
- constituir um referencial de orientação e de negociação institucional.

Datado de Agosto de 2000, o PDILT foi

uma ferramenta de análise, um instrumento de intervenção, desenvolvimento e mudança, um referencial de apoio à tomada de decisão e de concertação inter-institucional.

Através do PDILT foram definidos os pontos fortes e os pontos fracos da região, Concelho a Concelho, e através dessa análise delinear-se as grandes apostas para os anos de 2000/2006. Foi um documento fundamental para a gestão dos fundos comunitários que vieram para a Lezíria durante o III Quadro Comunitário de Apoio.

O PDILT apresentou na altura 11 grandes apostas estratégicas para a Lezíria do Tejo:

- Desenvolvimento de um sistema urbano multipolar, vertebrador do território e fomentador da cooperação inter-urbana;
- Valorizar o Rio Tejo, como património natural, cultural e ambiental e como espaço de fruição, lazer e turismo;
- Superar as carências quantitativas e qualitativas existentes no domínio do saneamento básico;

- Expandir, qualificar e diversificar a actividade turística, por forma a preparar-se para o crescimento exponencial das procuras associadas aos lazeres e ao turismo;
- Promover o desenvolvimento agrícola e rural, numa óptica de valorização da excelência de uma tradição;
- Modernizar o funcionamento da Administração Pública e instituir o diálogo e a concertação inter-institucional como prática corrente;
- Transformar a Lezíria do Tejo num território coeso e fluido e, numa importante plataforma logística, afirmando a sua vocação de múltipla charneira;
- Salvaguardar e valorizar a riqueza e diversidade do património paisagístico, ambiental, histórico, construído e cultural, numa óptica de ordenamento e gestão integrada do território;
- Valorizar o potencial de recursos humanos da sub-região pelo ensino, formação e qualificação profissional, baseados numa cultura de inovação e de abertura à mudança;



- Captar e enraizar novos investimentos industriais estruturantes e reforçar as estruturas de apoio às empresas e empresários;
- Densificar as redes de equipamentos e serviços colectivos e sociais, numa óptica de racionalização da distribuição da oferta e da promoção da equidade de acesso.

Grande parte dos projectos enunciados no PDILT vieram a realizar-se quer no âmbito da contratualização, quer através do Programa Valtejo. •

Agenda XXI da Lezíria do Tejo

Impulso decisivo para um desenvolvimento sustentável



Agenda XXI é a designação dada ao programa de acções para o qual contribuíram governos e instituições da sociedade civil de 179 países. Este programa constitui a mais ousada e abrangente tentativa já realizada de promover, à escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de protecção ambiental, justiça social e eficiência económica.

A Agenda XXI tem como objectivo servir de base para a elaboração e posterior implementação de Agendas Nacionais, Regionais e Locais XXI – compromisso, aliás, assumido por todos os signatários da Agenda XXI, durante a Cimeira da Terra, em 1992.

O desejo de encontrar formas sustentáveis de desenvolvimento atravessa todos os níveis de governação política e tornou-se central às discussões sobre o futuro. O desenvolvimento sustentável transformou-se num “slogan” valorizado e recorrente – assumir que determinada medida é pouco sustentável traduz-se inevitavelmente na sua condenação.

A Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo e as Câmaras Municipais que a

CULT abrangem identificaram o desenvolvimento sustentável como o principal desígnio das intervenções estruturais comunitárias, no ciclo 2007-2013, na sua Região.

De forma a tirar partido da oportunidade do próximo período de programação financeira dos fundos estruturais – QREN 2007/2013 – havia que definir prioridades estratégicas, objectivos específicos e medidas a prosseguir. À necessidade de identificar as prioridades de investimento do próximo ciclo de intervenções estruturais, somou-se a ambição dos autarcas dos onze Municípios e da CULT em garantir a sustentabilidade das políticas públicas mediante um processo de participação alargada da população e dos agentes da Região.

A escolha pelo desenvolvimento de uma Agenda XXI Regional foi, assim, incontornável. A Agenda XXI da Lezíria do Tejo tornou-se assim na primeira Agenda XXI Regional a ser desenvolvida em Portugal.

A escolha, pela Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, do formato do processo foi particularmente feliz. Sabendo que as autoridades regionais e locais

têm um papel insubstituível na transição para uma sociedade sustentável, a CULT e os Municípios da Lezíria convidaram os agentes económicos e sociais de toda a região para um debate de ideias sobre os mais variados temas. Para tal, realizaram-se vários seminários temáticos: Agricultura e Desenvolvimento Regional; Empresas, Inovação e Competitividade; Turismo; Ensino e Qualificação; Desporto, Saúde e Acção Social; Ambiente e Património Natural; Acessibilidades, Transporte e Logística; seguidos de um seminário em cada um dos Municípios da Lezíria para apresentação e discussão dos documentos efectuados com base na primeira ronda de seminários.

Todo o trabalho com vista à elaboração da Agenda XXI da Lezíria foi efectuado em conjunto com a “Ecosphere - Consultores em Ambiente e Desenvolvimento”, empresa que procedeu ao desenvolvimento da estratégia para a sua construção e à implementação de todo o processo, amplamente participado.

A Agenda XXI é muito mais do que um plano ambiental, é a estratégia integradora de todos os planos: Sociais, Ambientais, Económicos, Urbanísticos,



entre outros. A aposta da CULT e dos seus Municípios na elaboração e implementação de uma Agenda XXI Regional constituiu um contributo inquestionável para a promoção da sustentabilidade em Portugal, sobretudo em termos de governação e da intervenção das políticas públicas.

A grande ambição que enforma a estratégia de desenvolvimento da Lezíria do Tejo é fazer da Região, no horizonte de 2015, uma das mais desenvolvidas do país, com níveis de crescimento elevados e recursos humanos altamente qualificados, com um sistema territorial e urbano coeso, moderno e competitivo, num quadro de acrescida qualidade ambiental e protecção social. Para que esta Ambição seja atingida estão delineados quatro grandes Eixos e suas

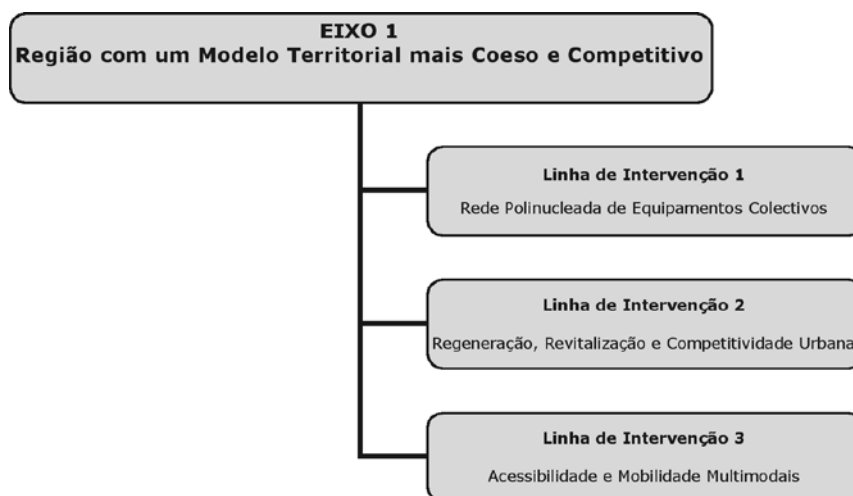
respectivas Linhas de Intervenção (ver quadros seguintes).

A implementação da Agenda 21 Regional da Lezíria do Tejo será acompanhada pela CULT, através de um aprofundado acompanhamento do progresso na concretização dos objectivos e de uma adequada coordenação da intervenção das políticas públicas que lhe são dirigidas.

EIXO 1

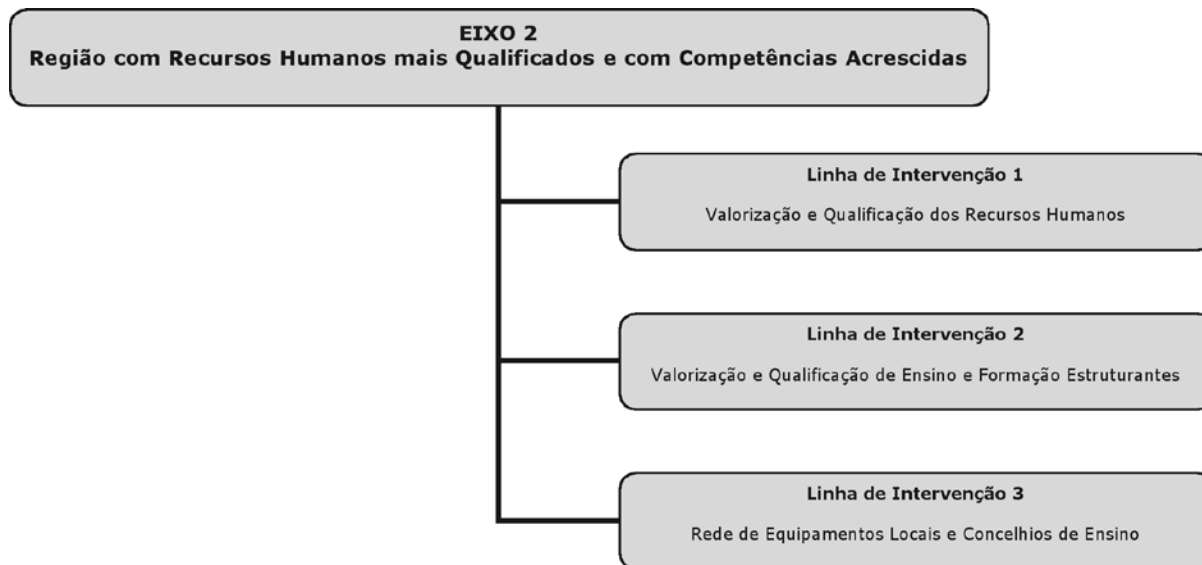
REGIÃO COM UM MODELO TERRITORIAL MAIS COESO E COMPETITIVO

O Eixo 1 da Agenda XXI da Lezíria do Tejo tem por objectivo central o reforço e a consolidação de um sistema territorial e urbano coeso, moderno e competitivo, capaz de gerar novas configurações territoriais e de promover a melhoria da qualidade de vida das populações, assumindo os princípios e dimensões do processo de desenvolvimento integrado e sustentado. O Eixo 1 encontra-se organizado em três Linhas de Intervenção:



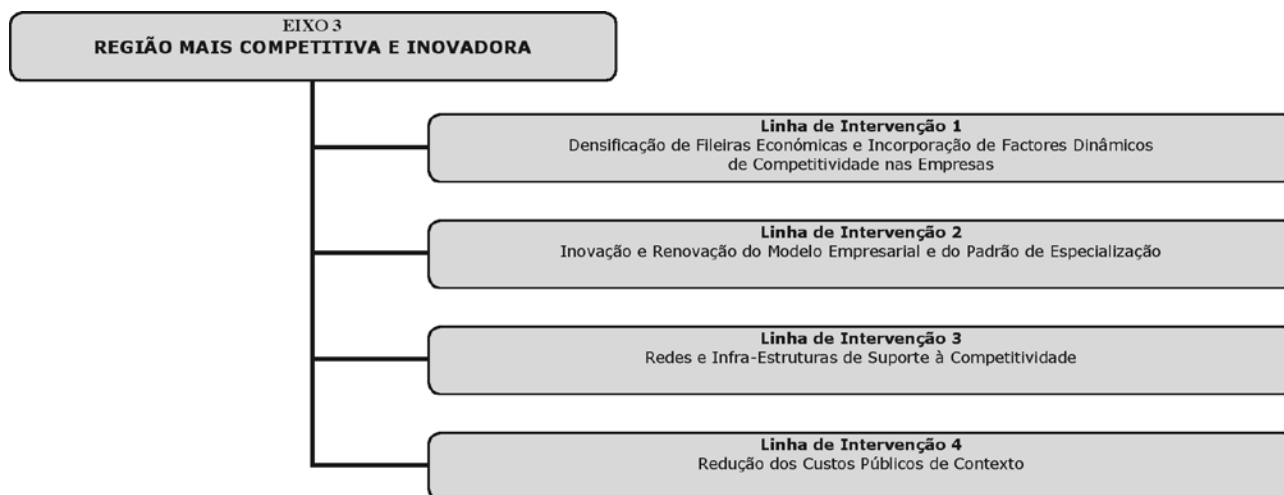
EIXO 2 **REGIÃO COM RECURSOS HUMANOS MAIS QUALIFICADOS** **E COMPETÊNCIAS ACRESCIDAS**

O Eixo 2 da Agenda XXI da Lezíria do Tejo tem como objectivo central a melhoria da qualificação dos recursos humanos da Lezíria do Tejo, contribuindo para o desenvolvimento de competências acrescidas e, por conseguinte, para o fortalecimento dos factores estratégicos de competitividade regional. Este Eixo está estruturado em três Linhas de Intervenção.



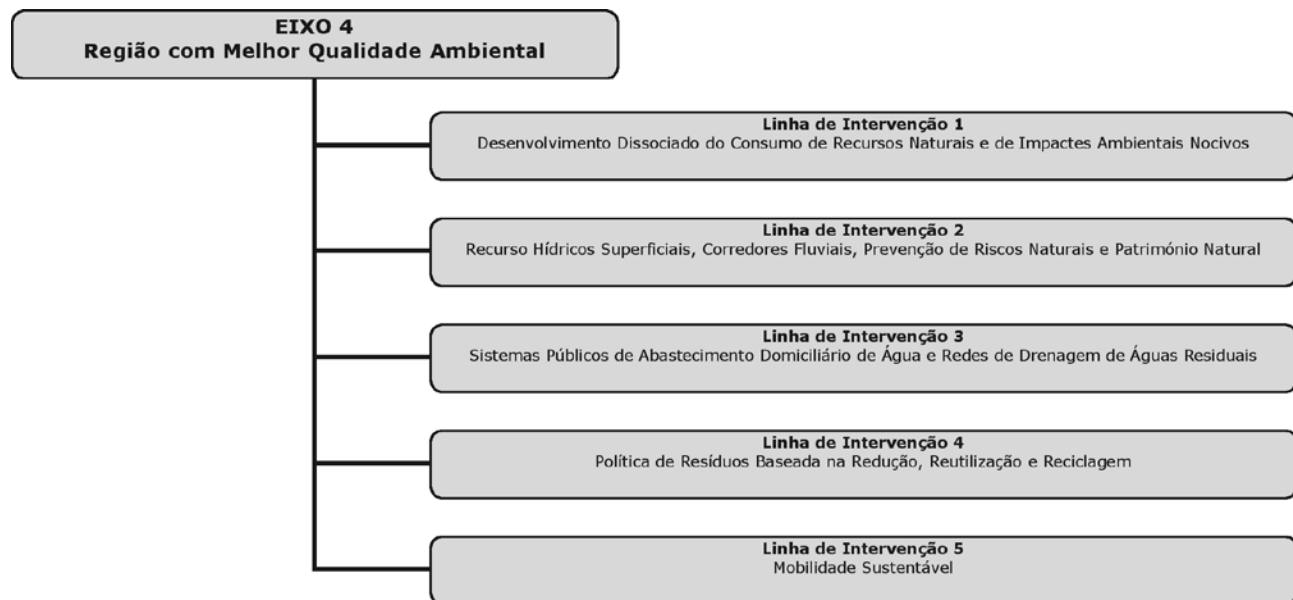
EIXO 3 REGIÃO MAIS COMPETITIVA E INOVADORA

O terceiro Eixo de Intervenção da Agenda 21 Regional da Lezíria do Tejo tem como objectivo central o reforço da competitividade desta região, apostando na inovação em actividades económicas com maior potencial de desenvolvimento competitivo e na penetração dos novos factores de competitividade no tecido empresarial e institucional. Este Eixo está estruturado em quatro Linhas de Intervenção.



EIXO 4 REGIÃO COM MELHOR QUALIDADE AMBIENTAL

Este eixo de intervenção tem como objectivo central a melhoria da qualidade ambiental do conjunto dos onze concelhos que formam a Lezíria do Tejo, em que a preservação e valorização dos recursos naturais e do património natural sejam assumidas como vectores essenciais da qualidade de vida das populações e da promoção do crescimento, quer ao nível da actividade agrícola quer ao nível do sector do turismo. O Eixo 4 da Agenda XXI da Lezíria do Tejo encontra-se estruturado em cinco Linhas de Intervenção. •



Educação

Carta Educativa da Lezíria do Tejo

A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico de cada Município.

Neste sentido, e de acordo com a transferência de competências dos seus Municípios, a CULT lançou um procedimento com vista a contratação de uma empresa especializada, para a elaboração das referidas cartas. Foi adjudicada à empresa CEDRU, Lda pelo montante global de 77.350,00 euros e após várias reuniões com os vários intervenientes (CULT, Municípios, CEDRU e DREL) as cartas educativas foram concluídas no primeiro semestre do ano de 2006 e foram homologadas pela Ministra da Educação, constituindo-se a Lezíria do Tejo em 20 de Dezembro de 2006 a primeira NUT III do país a ter as cartas dos 11 Municípios homologadas.

Tal significa no futuro um investimento global na Lezíria do Tejo na área da Educação compreendido entre os 103



e os 115 milhões de Euros, dos quais cerca de 85 a 96.580 milhões de Euros correspondem a investimento estruturante.

Parte significativa deste investimento será dedicada à construção e ampliação / requalificação de Jardins-de-Infância e escolas do 1º ciclo do ensino básico, bem como à construção de novos centros escolares ou à sua requalificação / ampliação, centros estes que integram simultaneamente a educação pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico. As

Cartas Educativas contemplam ainda a construção ou ampliação / requalificação de estabelecimentos do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e dos Ensinos Secundário e Profissional.

As Cartas Educativas homologadas tiveram também em atenção todo o parque escolar existente, pelo que estão previstos um conjunto de investimentos complementares no valor total de 18.712 milhões de Euros, destinados à requalificação do parque escolar, à sua climatização (uma das principais carê-

cias detectadas na esmagadora maioria dos estabelecimentos visitados) e apetrechamento técnico-pedagógico, bem como à reconfiguração e implementação da rede de transportes escolares.

As Cartas Educativas foram sujeitas a debates alargados, com ênfase para os Conselhos Municipais de Educação, onde vieram a obter parecer positivo. Posteriormente, foram aprovadas em reunião de Câmara e de Assembleia Municipal, tendo sido depois objecto de análise por parte do Ministério de Educação.

As Cartas Educativas são, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento de edifícios e equipamentos educativos a localizar nos diversos Concelhos. Estes instrumentos procuram dar uma visão territorializada às políticas educativas, favorecendo um ensino de qualidade e pedagogicamente enriquecedor e, ao mesmo tempo, promovendo a equipamentação do território, numa lógica de consolidação de um sistema territorial mais equilibrado, coeso e eficiente. •

INVESTIMENTO HOMOLOGADO NAS CARTAS EDUCATIVAS DA LEZÍRIA DO TEJO

Concelho	Inv. Estrut.	Inv. Comp.	Inv. Total
Almeirim	4.300 / 7.300	1.850	6.150 / 9.150
Alpiarça	4.300	700	5.000
Azambuja	13.150 / 16.150	2.240	15.390 / 18.390
Benavente	11.520	1.535	13.055
Cartaxo	12.010	1.757	13.767
Chamusca	950	790	1.740
Coruche	3.650	1.170	4.820
Golegã	700	680	1.380
Rio Maior	4.200 / 9.900	1.740	5.940 / 11.640
Salv. Magos	3.550	2.150	5.700
Santarém	26.550	4.100	30.650
Lezíria do Tejo	84.880 / 96.580	18.712	103.592 / 115.292

valores em euros

CENTROS ESCOLARES A CONSTRUIR E A AMPLIAR/ REQUALIFICAR DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

Concelho	JI		EB1		EB1/JI	
	Novo	Am/Req	Novo	Am/Req	Novo	Am/Req
Almeirim	1	-	-	-	2	-
Alpiarça	-	-	1	-	-	1
Azambuja	1	-	-	-	5	1
Benavente	2	3	2	4	1	2
Cartaxo	2	3	-	1	-	1
Chamusca	-	-	-	-	-	1
Coruche	-	-	-	-	1	2
Golegã	-	-	1	-	-	1
Rio Maior	2	-	-	-	2	4
Salv. Magos	2	-	1	-	1	-
Santarém	2	1	-	1	13	2
Lezíria do Tejo	12	7	5	6	25	15

EQUIPAMENTOS DE ENSINO A CONSTRUIR E A AMPLIAR/ REQUALIFICAR DOS 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO E DOS ENSINO SECUNDÁRIO E PROFISSIONAL

Concelho	EB I		EB 2,3		ES/3	EP	Pavilhão
	Novo	Am/Req	Novo	Am/Req	Am/Req	Novo	Nova
Almeirim	-	-	-	-	-	1	-
Alpiarça	-	-	-	-	-	-	-
Azambuja	-	1	-	1	-	1	3
Benavente	-	-	-	1	1	-	-
Cartaxo	-	1	1	-	-	-	-
Chamusca	-	-	-	-	-	-	-
Coruche	-	-	-	-	-	-	1
Golegã	-	-	-	-	-	-	-
Rio Maior	1	-	-	-	-	-	-
Salv. Magos	-	-	-	-	-	-	-
Santarém	-	-	1	-	-	1	2
Lezíria do Tejo	1	2	2	2	1	3	6

Estudo Integrado

Mobilidade e Sistema de Transportes nos Concelhos da CULT

A melhoria das condições de segurança nos serviços e nas infra-estruturas de transportes, designadamente no que se refere aos transportes públicos, tem constituído outra preocupação da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo.

Neste sentido, a CULT levou a cabo o Estudo Integrado da Mobilidade e Sistema de Transportes nos Concelhos da Lezíria do Tejo, que permitiu conhecer

com maior rigor a realidade da sub-região da Lezíria no que respeita à mobilidade e acessibilidades rodoviárias.

O estudo foi efectuado pela empresa "Tranes Consultadoria, Estudos e Projectos, Lda", com o apoio do FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) e da DGT (Direcção-Geral de Transportes Terrestres), cabendo ainda ao IEP (Instituto de Estradas de Portugal) o fornecimento de toda a informação no domínio rodoviário.

Objectivos do Estudo:

- Analisar o sistema de transportes colectivos existentes e definir uma rede básica que melhor satisfaça as necessidades actuais e potenciais da população envolvida;

- Efectuar acertos específicos das redes para cada concelho, de forma a diminuir assimetrias regionais e de equidade de serviços.

O estudo permitiu verificar as seguintes situações:

- A actual rede dos transportes públicos que serve os concelhos da Lezíria



do Tejo é essencialmente apoiada na rodovia;

- A rede dos operadores foi sendo construída ao longo do tempo, essencialmente em função dos movimentos pendulares da Região, com poucas ligações entre e com outros pólos;

- A articulação física (interfaces) e de exploração (horários) é muito fraca;

- A rede de transportes públicos raramente se adaptou à expansão urbana das sedes de concelho e de outros aglomerados de média dimensão;

- A evolução crescente da taxa de motorização da população tem resultado num aumento da utilização do automóvel e uma redução da utilização do transporte público.

Perante esta realidade, e com base no Estudo efectuado, as metas a atingir para a Lezíria do Tejo são as seguintes:

- Intensificar a articulação entre os diferentes modos de transportes públicos (ferroviário / rodoviário);



- Concretizar o Plano Rodoviário Nacional, com a conclusão dos Itinerários Complementares em projecto como sejam o IC3, o IC10 e o IC13, para que no futuro estes itinerários possam constituir a rede estrutural do sistema rodoviário da CULT;

- Intensificar as ligações em transporte colectivo, sobretudo dentro do núcleo principal, constituído pelos Concelhos de Almeirim, Alpiarça, Cartaxo e Santarém onde as relações funcionais são mais intensas;

- Melhorar a acessibilidade de cada Concelho aos hospitais de Santarém e Vila Franca de Xira, uma vez que em função das valências hospitalares, a

população tem necessidade de recorrer a cada um dos hospitais indicados;

- Aprofundar alguns serviços (por exemplo, escolar e fins de semana) e promover determinadas componentes (optimização de percursos, carreiras, frequências, horários, opções e articulação tarifária, informação ao público, qualidade dos veículos, etc.);

- Equacionar o desenvolvimento do transporte urbano/local, tendo em vista a melhoria do serviço público e da saúde económica das empresas transportadoras. •

Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Águas Residuais dos Municípios da Lezíria do Tejo

Apesar do grande esforço realizado nos últimos anos por parte dos Municípios de Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Golegã e Salvaterra de Magos, no que diz respeito ao abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, o nível actual de integração dos mesmos é ainda algo incipiente, induzindo-os a um esforço suplementar de adequação técnica ao nível da distribuição de água e recolha de águas residuais.

Face à situação actual de maturação do sector em Portugal, seria imprudente avançar com um mero sistema de abastecimento de água até aos principais reservatórios da região e de tratamento e rejeição de águas residuais para grandes aglomerados populacionais, alheado dos efeitos colaterais nas actuais estruturas municipais.

Em termos jurídicos e técnicos é possível integrar as ditas “Baixas” nas “Altas”, mas estrategicamente ninguém tem avançado com esta estratégia até à presente data (numa perspectiva supra-municipal e de simultaneidade entre o abastecimento de água e o saneamento

de águas residuais) e, na ausência de outra resposta, o modelo Intermunicipal Integrado é consistente e coerente.

A adequação dos investimentos e respectiva proposta económico-financeira a concretizar na dita “Alta” não pode estar dissociada dos grandes investimentos e reestruturação financeira a realizar na dita “Baixa” – investimentos directos ao cliente utilizador / pagador e poluidor / pagador.

Esta perspectiva integradora, quer entre infra-estruturas de “Alta” e “Baixa”, quer nas respectivas estruturas para a sua exploração, permite grandes economias de escala, uma visão racional e integrada na gestão técnico-económica dos recursos existentes e a criar, uma

delimitação legal claramente pré-estabelecida, uma maior responsabilização empresarial e uma optimização das actuais estruturas públicas.

No âmbito da concepção geral do Sistema Intermunicipal, foram estudados modelos alternativos, quer pela separação da dita “Alta” da “Baixa”, quer por uma maior integração nos sistemas de tratamento de águas residuais e de captações / origens de água.

O resultado da primeira análise foi que um modelo integrador da “Alta” com a “Baixa” é muito mais vantajoso que o da separação destes dois serviços. Este segundo modelo apresentou grandes perdas de economias de escala e de sinergias operacionais, resultando num



aumento das incertezas na materialização dos estudos de viabilidade técnico-económicos. A separação entre a “Alta” e a “Baixa” (Sistema Multimunicipal em “Alta” e um Sistema Intermunicipal em “Baixa”) introduzia um acréscimo de cerca de 30 a 40% no valor médio final do preço ao consumidor.

Com a alternativa escolhida pelos sete municípios associados deste Projecto obtém-se uma maior racionalização estrutural do sector, através da:

- integração horizontal, por agregação espacial e por agregação dos serviços de água com os serviços de águas residuais, com as correspondentes economias de escala e gama;
- integração vertical, por agregação da “Alta” com a “Baixa”, com a correspondente economia de processo.

Aliás, é de referir que no relatório do grupo de peritos (nomeado por despacho conjunto da Ministra de Estado e das Finanças, Ministro da Economia e do Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente), que apresen-



tou 7 alternativas de modelos para o reordenamento empresarial do sector das águas em Portugal, a integração horizontal e vertical é apontada como vantagem nos modelos que a contemplam e desvantagem nos modelos em que tal integração não é possível ou é bastante difícil de concretizar. Mais recentemente, o PEAASAR 2007-2013 veio dar razão à CULT.

O modelo adoptado resolve todo o tipo de constrangimentos que possam advir da falta de intervenção dos municípios, assim como resolve o problema de os municípios serem simultaneamente accionistas e clientes. A concretização deste Projecto permitirá uma conciliação perfeita entre a melhoria das actuais redes de drenagem de águas residuais e de água e os projectos de abastecimento de água e tratamento de águas residuais

em “Alta”. Só desta forma integrada é que se alcançarão resultados positivos.

Resumidamente, pretende-se com este Projecto alcançar os seguintes resultados:

- Dotar a região de mais e melhores infra-estruturas tecnicamente ajustadas às actuais e futuras necessidades em “Baixa” e em “Alta”, com uma cooperação de todos os intervenientes, atingindo as metas a que nos propomos e que a União Europeia nos obriga;
- Actualizar os actuais tarifários ao consumidor de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, pondo em prática o princípio universal da sustentabilidade dos sistemas e dos princípios do “poluidor – pagador” e do “utilizador – pagador” com uma cobran-

ça directa ao cliente real;

- Despoluir as linhas de água e as respectivas origens de água para abastecimento numa lógica de gestão integral dos sistemas com uma correcta monitorização dos modelos adoptados, do serviço prestado e da qualidade da água que abastecemos e das águas residuais que rejeitaremos para os meios receptores;

- Sensibilizar a população para a importância da nossa actividade e para os resultados que ela irá ter no ambiente que os rodeia, com uma implementação clara e objectiva dos princípios gerais de uma boa gestão integrada no combate à poluição com regras bem definidas;

- Uniformizar os processos e meios associados a este tipo de actividades, nestes Municípios, garantindo desta maneira a coerência na nossa estratégia de implementação e exploração, permitindo uma melhor regulação do sector, aferição dos níveis de desempenho e julgamento sobre o serviço que iremos prestar;

- Implementar um projecto viável, com a colaboração de toda a população, dos Municípios, dos organismos dedicados à investigação e desenvolvimento e de todas as entidades intervenientes, obtendo bons resultados ao nível operacional e cumprindo as metas que nos foram propostas pela União Europeia, pelo PEASAR e pela legislação vigente.



É nesta estratégia nacional que se insere o Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais dos Municípios da Lezíria do Tejo que será gerido por um período mínimo de 40 anos, pela empresa AR - Águas do Ribatejo, EIM, sociedade a constituir pelos Municípios de Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Golegã e Salvaterra de Magos.. Este Sistema está previsto no PEASAR, integrando-se portanto nos objectivos nele fixados, e dando assim cumprimento à legislação comunitária no domínio do ambiente, designadamente:

91/271/CEE - tratamento de águas residuais urbanas;

76/160/CEE - qualidade das águas balneares;

86/278/CEE - protecção do ambiente, e em especial dos solos, na utilização agrícola de lamas de depuração.

Com este Sistema prevê-se, ao nível do saneamento:

- Construir 17 novas ETAR's, Estações de Tratamento de Águas Residuais;

- Remodelar 13 ETAR's;

- Construir 54 KM de interceptores;

- Construir 37 estações elevatórias de esgotos;

- Remodelar 11 estações elevatórias.

Ao nível do abastecimento, prevê-se:

- Construir 29 reservatórios e reabilitar 2 reservatórios, sendo que a capacidade dos reservatórios passará de 23420m³ para 48670m³, ou seja, duplicará;

- Construir 26 estações elevatórias;

- Remodelar 1 estação elevatória;

- Construir 135 975 KM de adutores de água.

O Projecto prevê um investimento de aproximadamente 135.523 milhões de Euros para os próximos 40 anos. Com os investimentos que estão previstos, a taxa de cobertura de tratamento de águas residuais nos Municípios associados ao Projecto vai passar dos actuais 60% para 88,9%, até finais de 2010. •

Turismo

Sinalização Turística para a Lezíria do Tejo

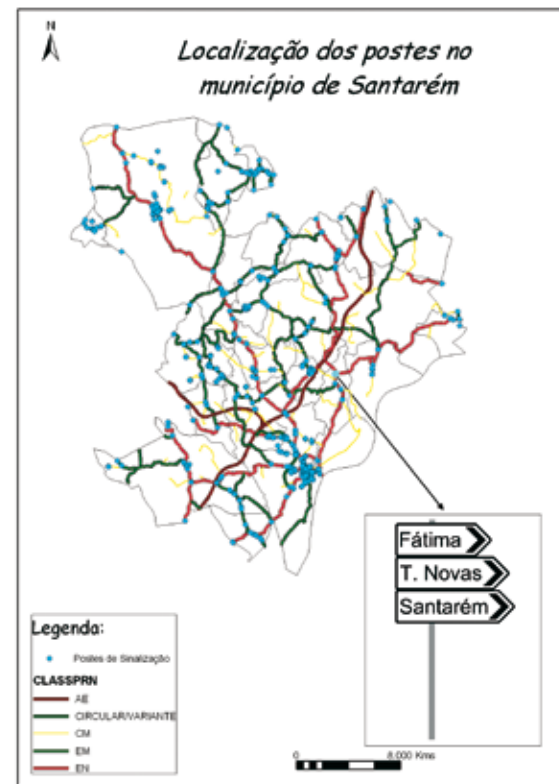
No âmbito do Programa de Intervenção para a Qualificação do Turismo (PIQTUR), a CULT está a desenvolver uma candidatura para um projecto de sinalização turística da Lezíria do Tejo.

O projecto tem como objectivo a remodelação e a implementação da sinalização turística dos Municípios de Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém, associados da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, de modo a atingir a coerência regional, a nível de sinalização turística, e tornar a região mais atractiva e dinâmica. Pretende-se que, com isto, se consiga evidenciar e enaltecer o interesse turístico de cada Município.

Através da sinalização turística da Lezíria, pretende-se ter em atenção critérios como homogeneidade da sinalização, a simplicidade da informação, a continuidade das orientações ao longo das localidades e a uniformidade de visual. Além de localidades e respectivas acessibilidades, a nova sinalética informativa e turística terá indicações referentes a património histórico, arquitectónico, natural e paisagístico, locais de interesse turístico e cultural, às quintas históricas da região, equipamentos e serviços públicos. Abrange ainda referências a actividades económicas ligadas a restaurantes, adegas, alojamento, entre outros.

Assegurar a eficácia da circulação de veículos e peões, valorizar o património natural e edificado, obter uma maior promoção das actividades económicas e uma melhoria da acessibilidade a equipamentos e serviços é o que se pretende com este projecto.

A participação do Valtejo será de 65% e ainda haverá a participação do Instituto Português de Turismo. Já estão contabilizadas mais de 5000 indicações (placas), essencialmente do tipo direccional, e prevê-se que num curto espaço de tempo o projecto se encontre concluído. •



Ruído

Mapas de Ruído dos Municípios da CULT

O novo Regulamento Geral de Ruído (RGR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro e rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 18/2007, de 16 de Março e alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de Agosto, estabelece o regime de prevenção e controlo da poluição sonora visando a salvaguarda da saúde humana e do bem-estar das populações.

No âmbito do anterior Regime Legal de Poluição Sonora aprovado pelo Decreto-lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei 259/2002, de 23 de Novembro, a CULT lançou um concurso público em 2003 para a elaboração dos Mapas de Ruído dos Municípios da Lezíria do Tejo, que ficaram concluídos em 2005.

Os Mapas Municipais de Ruído para articulação com o PDM dos Municípios são o resultado da sobreposição dos seus mapas estratégicos elaborados para os quatro tipos de fontes sonoras (tráfego rodoviário, ferroviário e aéreo, e áreas industriais). Todos os Municípios associados da Lezíria têm actualmente o seu respectivo Mapa de Ruído.

Um Mapa de Ruído é uma represen-

tação geográfica do ruído ambiente exterior, onde se visualizam as áreas às quais correspondem determinadas classes de valores expressos em dB(A), reportando-se a uma situação existente ou prevista.

Um Mapa de Ruído constitui, essencialmente, uma ferramenta de apoio à decisão sobre planeamento e ordenamento do território, que permite visualizar condicionantes dos espaços por requisitos de qualidade do ambiente acústico devendo, portanto, ser adoptado na preparação dos instrumentos de ordenamento do território e na sua aplicação.

Um Mapa de Ruído fornece informação para atingir os seguintes objectivos:

- preservar zonas sensíveis e mistas com níveis sonoros regulamentares;
- corrigir zonas sensíveis e mistas com níveis sonoros não regulamentares;
- criar novas zonas sensíveis e mistas com níveis sonoros compatíveis.

Os Mapas de Ruído são, assim, instrumentos essenciais nos Planos Muni-

ciais de Ordenamento do Território (PMOT), que devem ser acompanhados:

– pelo Mapa de Ruído (o qual pode, no Plano de Pormenor, ser substituído por relatório de recolha de dados acústicos), que fornece a localização das fontes de ruído e de áreas às quais correspondem classes de valores expressos em dB(A);

– pela carta de classificação de zonas sensíveis e mistas.

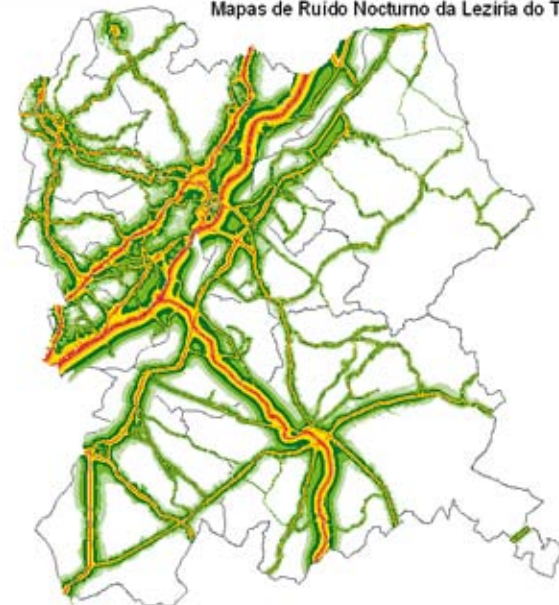
A decisão sobre a criação de novas zonas sensíveis e mistas deve ter em consideração a influência sonora das fontes de ruído simuladas no Mapa de Ruído; de igual modo, um dos critérios para a localização de novas fontes de ruído deve ser a maximização do seu afastamento a zonas classificadas.

in Directrizes para Elaboração de Mapas de Ruído – Instituto do Ambiente

Mapas de Ruído Diurno da Lezíria do Tejo



Mapas de Ruído Nocturno da Lezíria do Tejo



Intervalos de Ruído (dB)







Modernização e Inovação

20anos
de associativismo municipal



Inovação

Projecto Ribatejo Digital

A Lezíria à distância de um clique

O projecto Ribatejo Digital foi lançado pela Associação de Municípios da Lezíria do Tejo (AMLT), agora Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (CULT), e aprovado em Abril de 2002, estabelecendo desde o início uma estratégia integrada para a Região da Lezíria do Tejo.

Nesse sentido, a CULT estabeleceu parcerias com as 11 Câmaras Municipais da NUT III da Lezíria do Tejo

(Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém), bem como com todas as freguesias (91), a Região de Turismo do Ribatejo, a NERSANT (Associação Empresarial da Região de Santarém), o Instituto Politécnico de Santarém e os jornais "O Mirante" e "O Ribatejo".

A lógica do Ribatejo Digital esteve sempre apontada para a criação de uma

Região Digital, constituindo-se como o catalisador para a inovação e a competitividade na região.

O Projecto Ribatejo Digital está estruturado em 4 eixos de acção:

- Sociedade do Conhecimento para Todos;
- Modernização da Administração Local;
- Comunidade Empresarial;
- Promoção da Região.

De forma a combater a info-exclusão na região, bem como dotar a região de infra-estruturas adequadas para a utilização das novas tecnologias, nomeadamente a Internet, foi criada uma Área de Intervenção transversal a todo o projecto denominada "Sociedade do Conhecimento para Todos".



No âmbito dessa Área de Intervenção, mais de uma centena de postos de acesso à Internet foram criados nas

sedes de Concelho da Lezíria e em todas as Juntas de Freguesia da Região. Tudo isto está à disposição da população, de forma totalmente gratuita. O grande objectivo foi, fundamentalmente, criar dinâmicas de acesso à Internet em locais próximos da população, para que esta pudesse usufruir de todos os conteúdos e serviços disponíveis online, em especial os criados no âmbito do projecto.

A participação do Instituto Politécnico de Santarém, com a criação de um Campus Virtual, é considerada também uma mais-valia para o projecto, já que aproxima a Comunidade Educativa dos outros intervenientes no projecto, ao mesmo tempo que permite a modernização das infra-estruturas tecnológicas e não só.

O conceito de Secretaria Virtual, que permite aos alunos tratar de diversas questões processuais através de meios electrónicos ou ter acesso a aulas e conteúdos pedagógicos, também por esses canais, são mais valias a ter em conta para a modernização dos processos de relacionamento entre as Escolas e os alunos.

Outra mais valia, no âmbito da Sociedade do Conhecimento para Todos, é a participação dos jornais regionais "O Mirante" e "O Ribatejo" no projecto, com a criação de diários regionais on-line. Para além disso, os dois jornais ajudam a actualizar diariamente as notícias divulgadas no Portal www.ribatejodigital.pt.



Existe uma outra Área de Intervenção que é, sem dúvida, a de maior importância em todo o projecto e que tem a ver com a “Modernização da Administração Local”. É aqui que se encontram os projectos chave, aqueles que efectivamente trazem maiores benefícios no que diz respeito à modernização das Autarquias e conseqüente aproximação dos cidadãos à Administração Local.

Nesta área de intervenção foram criados sites para os Municípios que ainda não dispunham de um, ao mesmo tempo que foram reformulados os já existentes. O lançamento destes novos sites e a reformulação dos existentes tiveram como orientação estratégica a incorporação da lógica do serviço público, o munícipe como destinatário da informação, implementando serviços on-line, numa perspectiva de “balcão de atendimento”, o que permitiu também

optimizar os serviços tradicionalmente dispersos pelos vários departamentos dos Municípios.

Os serviços disponibilizados foram, entre outros:

- Consulta de informação de processos;
- Requerimentos on-line;
- Leitura de contadores e comunicação de avarias.

Ainda no âmbito da Modernização dos Serviços da Administração Local, outro objectivo da CULT era dotar a Lezíria do Tejo de um Cadastro Digital, através de:

- digitalização de todo o cadastro rústico da Lezíria;
- digitalização dos PDM.



Assim, após este processo e a partir do cruzamento de informação proveniente das cartas dos PDM e das cartas de Cadastro Rústico, os Municípios passaram a poder disponibilizar Pedidos de Informação Prévia e emitir Plantas de Localização com informação constante nos PDM e loteamentos em vigor nos concelhos.

Inserindo-se ainda no contexto da Modernização dos Serviços da Administração Local, a CULT decidiu dotar a Lezíria do Tejo de um Cadastro Urbano Digital. Para o efeito adquiriu cartografia à escala 1/2000 para os princi-



país aglomerados urbanos definidos pelos Municípios, de forma a proceder ao levantamento, georeferenciação e caracterização de edifícios e actividade económica, bem como proceder à constituição de um arquivo digital das redes de infra-estruturas (águas e esgotos).

Actualmente, com a integração do Cadastro Rústico com a Cartografia Digital, PDM's e informação levantada no terreno, a CULT e os Municípios que a integram possuem um instrumento extremamente valioso quer para o cidadão, quer para os próprios serviços das Câmaras Municipais.

A participação da NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém foi mais um valioso contributo no Projecto Ribatejo Digital, no sentido de incentivar a Modernização do Tecido Empresarial Regional, potenciando a inovação e a competitividade. Impulsionado pela NERSANT, foi criado um portal regional empresarial – www.ribatejoempresas.com –, que inclui um Portal de Apoio à Internacionalização, um Portal de Apoio ao Investimento e ainda um Portal de Informação Europeia. Neste âmbito foi também criado um marketplace regional, estando neste momento em execução alguns projectos-piloto de comércio electrónico. Foram ainda disponibilizados serviços electrónicos para as empresas que se associaram ao projecto, entre eles correio electrónico personalizado e alojamento de páginas.

Outra das áreas chave do projecto foi a criação do Portal Regional Ribatejo Digital, cujo principal objectivo é a “Promoção da Região”.

O Portal www.ribatejodigital.pt é a “porta de entrada” para a região, disponibilizando informação variada, serviços e uma série de funcionalidades, criadas a pensar nos seus visitantes.

Voltado para as pessoas e apostando fortemente nos que visitam a Lezíria, o Portal Ribatejo Digital coloca grande ênfase no Turismo, dando a conhecer a enorme riqueza natural e patrimonial da Lezíria do Tejo, bem como os seus

costumes e tradições, potenciando assim a actividade turística na região. A este nível foi fundamental a parceria com a Região de Turismo do Ribatejo, disponibilizando informação que possibilitou a criação de conteúdos bastante atractivos para os visitantes.

Outra das mais valias do Portal Ribatejo Digital é o Georibatejo. Esta aplicação

permite ao utilizador pesquisar fácil e rapidamente um conjunto enorme de conteúdos, nas suas vertentes geográfica e alfanumérica. Na prática, o utilizador pode pesquisar por temas ou directamente no mapa, podendo percorrer toda a região sem sair do conforto do seu lar.

Eis alguns exemplos de informação que

The screenshot shows the 'ribatejo digital' website. At the top, there is a search bar with the text 'pesquisa' and a 'enviar pesquisa' button. Below the search bar, the website's logo and navigation menu are visible. The main content area is divided into several sections:

- Conheça o Ribatejo:** A section with a map of the region and a list of topics: Locais de interesse, Itinerários, Costumes e tradições, Alojamento, Gastronomia, Festivais e Feiras, and GeoRibatejo.
- Balcão de Atendimento:** A section with a list of services: Cidadãos, Empresas, and Serviços Municipais On Line.
- Informações Úteis:** A section with a list of services: Cidades, Farmácias de serviço, and Contactos Úteis.
- Notícias em Destaque:** A section with a list of news items, including:
 - 19-12-2007: Instituto do Desporto inaugura instalações em Rio Maior.
 - 07-12-2007: Banda larga em 77% das freguesias portuguesas com internet.
 - 05-12-2007: Monumento de Benvenente enceta etapa do Lisboa-Óbidos.
- Eventos em Destaque:** A section with a list of events, including:
 - 10-11-2007: Exposição de Pintura e Fotografia Digital no Cartão.
 - 14-12-2007: Exposição "Não podés estar a Casa e a Terra", em Conche.

On the right side, there is a vertical sidebar with the following elements:

- A decorative graphic with the text 'Ribatejo Digital deseja a todos Boas Festas'.
- The 'agenda' logo and text: 'Agenda 21 de Lezíria do Tejo - a primeira de nível regional em Portugal'.
- A graphic with an '@' symbol and the text: 'Visite os Espaços Internet da Lezíria do Tejo'.
- A graphic with the text 'GEO Ribatejo'.
- A list of links: 'Newsletter' and 'Publicações da região'.
- A footer with the text: 'Estrutura: Governo e Estado, Educação, Comunidade, Empresas, Cultura e Lazer, Saúde, Municípios'.

pode ser encontrada:

- Pólos gastronómicos;
- Rotas Turísticas;
- Locais para dormir;
- Actividades de lazer;
- Património a visitar.

Para além disto, há todo um conjunto de funcionalidades que visam criar uma dinâmica de interacção entre o Portal e os seus utilizadores, através de sondagens, recolhas de opinião, entre outras.

Desde o início do Projecto, o Ribatejo Digital chamou a atenção de várias entidades chave na área das Tecnologias de Informação. Uma delas foi o POSI (Programa Operacional da Sociedade da Informação), actualmente denominado POSC (Programa Operacional para a Sociedade do Conhecimento), que, em Outubro de 2002, convidou o Ribatejo Digital a ser “projecto-piloto” a nível nacional. O convite foi feito a pensar no Projecto “Portugal Digital”, que o POSI pretendia implementar em todo o território nacional nos meses seguintes, servindo o Ribatejo Digital de teste de pilotagem.

Para além disso, e depois de ter sido destacado e elogiado em diversas publicações e eventos, o Ribatejo Digital foi também objecto de um Estudo de Caso levado a cabo pela empresa Mi-



crosoft, um dos maiores fabricantes mundiais de software. Ficou, assim, mais uma vez demonstrado o valor deste Projecto, que, desde o seu nascimento, tem tentado conduzir a Lezíria do Tejo para um caminho de modernização e inovação.

Através do Projecto Ribatejo Digital, a Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo demonstrou, mais uma vez, que continua a trabalhar por uma região mais competitiva e solidária, que possa servir de estímulo a todos. •

Internet gratuita para todos

Espaços Internet da Lezíria do Tejo

Os Espaços Internet da Lezíria do Tejo são parte integrante de uma rede nacional de postos públicos de acesso à Internet e foram criados com o objectivo de combater a info-exclusão e familiarizar os cidadãos com o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), em especial da Internet.

Este projecto nasceu de uma candidatura da Associação de Municípios da Lezíria do Tejo (AMLT) à Medida 2.1

– Acessibilidades, do Eixo 2 “Portugal Digital”, do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento (POSC).

Essa candidatura foi elaborada no sentido de viabilizar a instalação de Espaços Internet nos onze Municípios associados da CULT (Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém).

O projecto “Espaços Internet da Lezíria do Tejo” foi financiado pelo POSC em 70%, ficando os restantes 30% a cargo dos Municípios e da própria AMLT.

Em 2002, a AMLT viu aprovado o seu projecto Ribatejo Digital, também pelo POSC, no âmbito do qual foram criados mais Espaços Internet com vista a complementar a rede já existente.

Desde a sua criação, os Espaços Internet têm vindo a ganhar cada vez mais notoriedade, aumentando de ano para ano o número de utilizadores.

Actualmente, os Espaços Internet da Lezíria do Tejo têm à disposição um mundo de oportunidades, desde a utilização da web de forma gratuita, até



à impressão de documentos, realização de trabalhos, entre outras actividades. Além disso, em todos os Espaços da Lezíria existem pessoas habilitadas a prestar apoio na utilização do equipamento.

Nestes Espaços há também possibilidade de se obter um Diploma de Competências Básicas em Tecnologias de Informação, uma iniciativa criada pelo Governo através do Decreto-Lei nº140/2001, de 24 de Abril. Este Diploma insere-se numa estratégia de "alfabetização" da população, em termos de tecnologias da informação.

Na prática, o Diploma de Competências Básicas é obtido através de um exame realizado nos Espaços Internet, que visa avaliar as seguintes competências: escrever, imprimir e guardar um texto; pesquisar informação na Internet; receber e enviar correio electrónico.

Qualquer cidadão pode obter este Diploma. Para tal, basta dirigir-se ao Espaço Internet mais próximo da área de residência e solicitar aos monitores do Espaço a marcação de uma data para a realização do exame. Caso seja necessário, a pessoa poderá também



participar numa formação, a fim de adquirir os conhecimentos necessários para a realização do exame.

Nos Espaços Internet da Lezíria do Tejo, os visitantes podem ainda consultar o Manual de Boas Práticas no Uso da Internet, documento produzido pela AMLT e por todos os Espaços Internet da Lezíria, com o objectivo de contri-

buir activamente para uma utilização consciente e responsável da Internet. Este Manual é um pequeno contributo para sensibilizar os utilizadores dos Espaços Internet dos riscos associados à navegação na web.

Todas estas iniciativas enquadram-se numa lógica de modernização que a AMLT/CULT tem tentado seguir, de forma a conseguir um desenvolvimento saudável e assente na qualificação das pessoas, no que diz respeito às novas Tecnologias de Informação e Comunicação. •

ESPAÇOS INTERNET NA LEZÍRIA DO TEJO

Espaço Internet	Morada	Data de Abertura
Almeirim	Biblioteca Municipal - Av. 25 de Abril	16-10-2001
Azambuja	Pátio Valverde	10-12-2001
Benavente	Núcleo Agrícola (antigo matadouro) - Largo de Sto André	09-10-2001
Cartaxo	Parque Municipal Quinta das Pratas - Casa da Juventude	19-10-2001
Chamusca	Antigo Quartel da GNR - Rua Sousa Girão nº7	22-11-2001
Coruche	Museu Municipal de Coruche	21-02-2002
Golegã	Equuspolís – Rua D. João IV 2150 Golegã	04-10-2001
Rio Maior	Biblioteca Municipal Laureano Santos - Rua Dr. Fernando Sequeira Aguiar	06-12-2001
Salvaterra de Magos	Centro de Interpretação – Cais da Vala	04-12-2001
Alcanede	Junta de Freguesia - Largo D. Afonso Henriques	01-02-2003
Azinhaga	Biblioteca José Saramago - Rua da Estação	15-01-2003
Couço	Junta de Freguesia - Rua de Angola	22-02-2003
Fazendas de Almeirim	Rua Guilherme Nunes Godinho, Nº 47	21-11-2002
Pernes	Biblioteca Fixa da Gulbenkian - Rua Eng.º António Torres	20-01-2003
Samora Correia	Palácio do Infantado - Praça da República, n.º 8	07-02-2003

Modernização

Projecto Lezíria em Rede

Uma região interligada

Nos últimos anos, a CULT tem apostado, em conjunto com os seus Municípios associados, em projectos no âmbito da Sociedade da Informação e do Conhecimento, entre eles o já mencionado Ribatejo Digital e também o Projecto Lezíria em Rede.

A candidatura do Projecto Lezíria em Rede foi aprovada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) no dia 31 de Janeiro de 2007.

Os grandes objectivos do projecto “Lezíria em Rede” são:

- Criar uma rede de comunicações de alta capacidade para Municípios, empresas e outros organismos de nível regional, promovendo a articulação entre a Administração Local, Instituições de Ensino e Empresas;
- Impulsionar o desenvolvimento regional através da utilização de novas tecnologias;
- Proporcionar a todos os habitantes da região o acesso a um conjunto de serviços inovadores, com serviços e conteúdos orientados para o cidadão;



© Fotografia: Ken Hurst Agência Dreamstime.com

- Tornar os Espaços Internet e Internet nas Freguesias “postos avançados” de formação e mobilização da população.

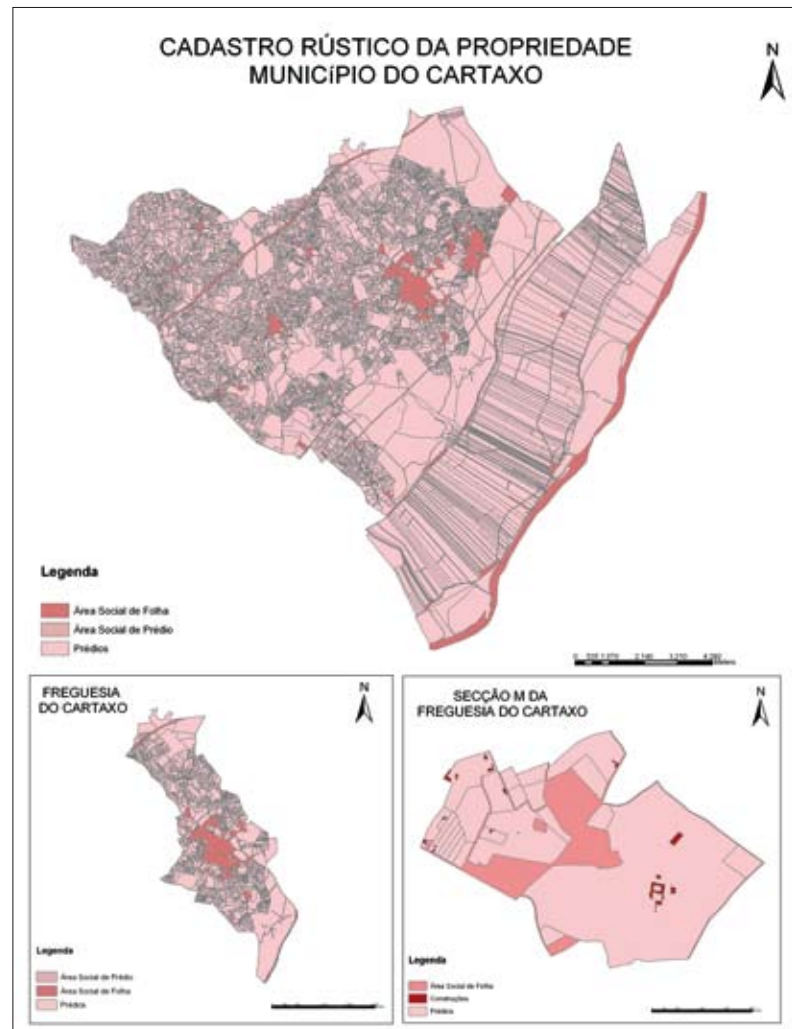
Para por em prática o Projecto Lezíria em Rede, a CULT efectuou um estudo inicial onde foram identificados, juntamente com os técnicos dos Municípios, todos os edifícios com serviços camarários a integrar na rede. Essa informação foi posteriormente georeferenciada e integrada num SIG – Sistema de Infor-

Investimento 1998/2007

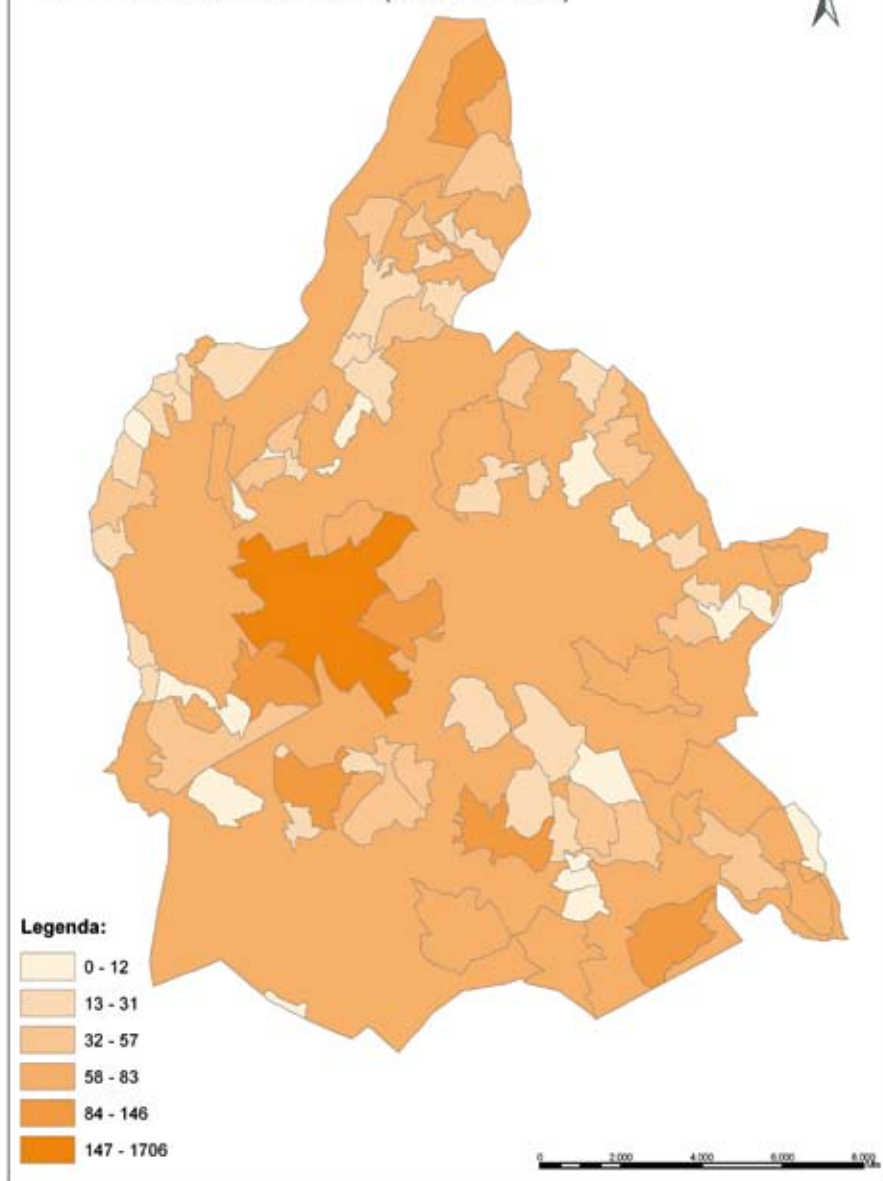
Cartografia Digital e Sistemas de Informação Geográfica

A Cartografia assume nos dias de hoje um papel mais importante do que nunca, o que se reflecte por exemplo na difusão dos equipamentos GPS, “gadgets” de fácil acesso e utilização. Mas, antes de chegarmos ao ponto de utilização da cartografia no seu modo mais prático, a navegação, podemos considerar que a cartografia se reveste de outros aspectos da maior importância ao nível da administração do território. Sendo a cartografia, num conceito mais básico e simples, a representação da superfície terrestre, que permite a reflexão não só de fenómenos físicos, como também da acção humana sobre a superfície terrestre, é, sem dúvida, também uma ferramenta imprescindível no que concerne a análise, planeamento e gestão do território.

Neste âmbito, a CULT há muito que investe na área da cartografia, de modo fornecer aos seus Municípios associados ferramentas e bases fiáveis de trabalho. O primeiro concurso de aquisição de cartografia efectuado então pela AMLT, remete a 1998 no âmbito do Protocolo Procarta realizado em parceria com o Instituto Geográfico Português (IGP). A área que foi cartografada à escala 1:10000 compreendia a totalidade do território da CULT (com excepção dos Concelhos da Azambuja e Rio Maior, que na época executaram cartografia através de um processo equivalente que decorreu na Associação de Municípios do Oeste), sendo actualmente o Modelo



Distribuição da População Jovem por Lugares no concelho de Rio Maior (Censos 2001)



Numérico Topográfico da Lezíria do Tejo parte da Série Cartográfica Nacional à escala 1:10000. Com este processo, pela primeira vez, os Municípios da Lezíria possuíam cartografia num formato digital a uma escala intermédia, permitindo tanto uma análise do território no seu conjunto, como uma análise mais detalhada – considera-se a escala ideal para base dos PDM, por exemplo. Juntamente com a cartografia 1:10000, foram executados Ortofotomapas (fotografias aéreas sequenciais realizadas numa determinada data, ortorectificadas), igualmente importantes para compreensão do território.

Já em 2007 foi lançado um novo concurso que tem em vista a actualização da cartografia à escala 1:10000 e produção de novos ortofotomapas, que assume a maior importância tendo em conta a dinâmica e as alterações constantes a que está sujeito o território.

Havendo a necessidade de obter cartografia a uma escala maior, que desse uma compreensão mais aprofundada e completa do território, a CULT avançou para a realização da Cartografia Numérica à escala 1:2000. Este processo teve início em 2003 e foi realizado em parceria com a PT Comunicações, no âmbito do projecto Ribatejo Digital e de um protocolo de cooperação com o IGP. Esta cartografia foi executada apenas para os aglomerados urbanos definidos por todos os Municípios associados da CULT, cobrindo uma área total de cerca de 44 000 ha. Sendo a cartografia à

nos serviços on-line da cada site municipal. O projecto de SIG mais significativo que a CULT desenvolveu são os Roteiros Municipais (também disponíveis para consulta nos serviços on-line). A partir de uma base geográfica (neste caso, cartografia à escala 1:10000) foi realizado um extenso trabalho de campo com o objectivo de recolher toda a informação referente à toponímia de vias, números de polícia e dados de edifícios, para além da recolha de toda a actividade económica presente em cada concelho. Todo este vasto volume de informação foi inserido e organizado em bases de dados alfanuméricas, sendo posteriormente essas bases de dados associados à informação geográfica. Assim, passou a ser possível pesquisar moradas ou actividades económicas por Concelho, com visualização dos resultados da pesquisa num mapa, ou seja ter um roteiro digital interactivo.



Cartografia à escala 1:10000 e Ortofotomapa da Sede de Concelho da Colegã

São muitos os projectos implementados com recurso a SIGs, em suma todos aqueles em que haja uma dispersão de dados e que seja necessário organizar de forma a que se compreenda como se reflectem no território. Nesse âmbito têm sido organizados SIG nos seguintes campos:

- elaboração da Carta de Ruído,
- registo de dados do domínio da Educação,
- ocupação dos Loteamentos das Zonas Industriais,

- distribuição das redes de telecomunicações no âmbito da rede de Fibra Óptica,
- localização geográfica de elevadores no âmbito de processos de inspecção,
- localização de instalações de combustíveis no âmbito de processos de licenciamento municipal
- e projecto de Sinalética Turística.

Por fim, mas não tão somente, os SIG desenvolvidos são também as ferramentas que estão por detrás das

aplicações das Plantas de Localização ou de Consulta aos PDM, igualmente disponíveis nos serviços on-line, mas mais importante ainda disponíveis nos serviços camarários permitindo uma simplificação de tarefas, assim como um aumento de eficiência para quem presta um serviço público, sendo em última análise beneficiado o munícipe. •

Cooperação transfronteiriça

Projecto eAtlasudoe

Um Atlas para a Sociedade da Informação

O projecto eAtlasudoe – Um Atlas para a Sociedade da Informação visa estudar, analisar e comparar várias áreas da Sociedade da Informação e do Conhecimento em três regiões do Sudoeste Europeu, sendo elas Lisboa e Vale do Tejo, em Portugal, Aragão, em Espanha e Midi-Pyrénées, em França.

Neste plano de acção, o projecto eAtlasudoe demonstra uma clara ambição para contribuir na elaboração de referências comuns para as três regiões em matéria de políticas públicas sobre a Sociedade da Informação ou sobre as TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação).

O projecto visa estudar, analisar e comparar as três regiões do Sudoeste Europeu já referidas, no âmbito da e-Administração e sites das autarquias locais, desenvolvimento local e regional assente nas TIC, Postos Públicos de Acesso à Internet e respectivos utilizadores, e penetração das TIC nos lares domésticos.

Este projecto é financiado pelo P.I.C. Interreg III B – Sudoe e tem como parceiros, além da CULT, o Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o Observatório

Aragonês para a Sociedade da Informação, o Grupo Sociológico de Investigação Científica da faculdade de Economia da Universidade de Saragoça, a Agência Regional para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação da região de Midi-Pyrénées e o Grupo de Investigação Socio-económica da Universidade de Toulouse Le Mirail.

No âmbito do projecto eAtlasudoe, a CULT organizou um Seminário intitulado “Sociedade da Informação e do Conhecimento: o impacto das políticas públicas em 3 regiões do Sudoeste Europeu”, que teve lugar no dia 15 de Setembro de 2006, em Almeirim, e onde estiveram presentes delegações vindas de Espanha e França.

A necessidade de abordar temas importantes no âmbito da Sociedade da Informação e do Conhecimento possibilitou a realização deste evento, onde se discutiram assuntos como a importância social do Acesso Público à Internet e apresentaram Casos de Estudo de projectos na área das TIC, com um impacto significativo ao nível do desenvolvimento local e regional nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo, em Portugal, Aragão, em Espanha, e Midi-Pyrénées, em França. •



Formação

Actividade formativa na CULT

Qualificar os Recursos Humanos

O Programa Foral pretende que os recursos humanos da Administração Local consigam responder de forma cada vez mais eficaz à crescente exigência na qualidade dos serviços prestados aos utentes.

No fundo, o objectivo do Foral é modernizar a Administração Local, aumentando decisivamente o nível de qualificação dos seus recursos humanos.

O Programa Foral pretende abranger funcionários e agentes da Administração Local, pretendendo beneficiar Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Associações de Municípios e Empresas Municipais e Inter-municipais, bem como as entidades formadoras.

A actividade formativa na CULT

A actividade formativa integra, desde o

ano de 2001, o plano de actividades da CULT, tendo-se, para o efeito, vindo a beneficiar do co-financiamento obtido com recurso à Medida 1.4 – Formação para o Desenvolvimento (FSE), Eixo Prioritário I, do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo. A acreditação como entidade formadora da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (então Associação de Municípios da Lezíria do Tejo) foi efectuada pelo Centro de Estudos e Formação Autárquica.

A actividade formativa foi introduzida na CULT, então AMLT, com o objectivo de apoiar os Municípios da região na definição e realização de estratégias integradas de actuação promotoras da qualidade e competitividade dos seus serviços e consequentemente do desenvolvimento económico-social - cultural da região.

Relativamente à avaliação que os formandos fazem, no que toca ao impacto no posto de trabalho da formação ministrada, e numa escala de 1 (Inadequada) a 4 (Muito Adequada), a maioria dos inquiridos, nos vários momentos de avaliação, avalia como adequada (3) as seguintes variáveis:

- Resposta da actividade formativa às

necessidades dos serviços;

- Mudança no desempenho de funções;
- Melhoria dos pontos fracos identificados.

A Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo continua empenhada em modernizar os serviços da Administração Local. Neste sentido continua a promover acções de formação em várias áreas, com destaque para a informática e as novas tecnologias. Outros cursos dão a conhecer aos formandos novas leis e regras da Administração Local, bem como algumas das suas competências, direitos e deveres.

Pela importância que a formação tem vindo a ter, há que dar continuidade à actividade formativa na CULT, enquanto elemento estratégico para melhoria da qualidade do serviço prestado nos Municípios da Lezíria do Tejo. •

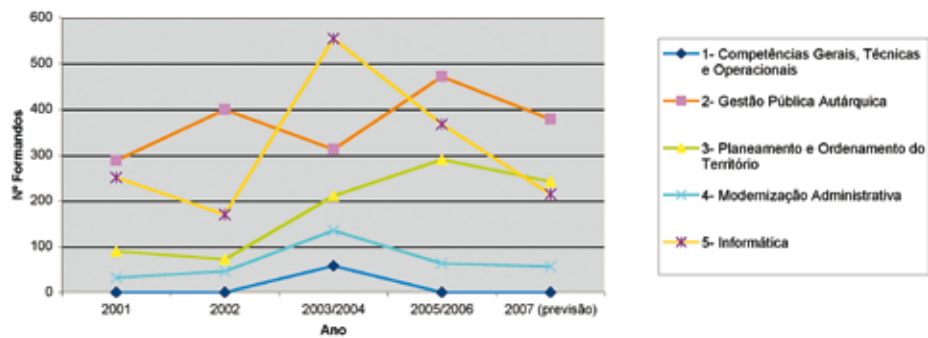


EVOLUÇÃO DA FORMAÇÃO NA AMLT/CULT

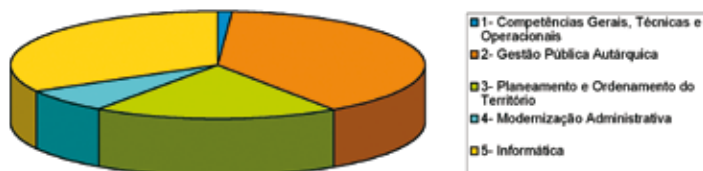
Ano	Nº de Acções	Nº de Formandos	Horas de Formação	Volume de Formação	Custo
2001	47	661	1295	18067	180.588,29
2002	51	687	1519	20160	221.922,71
2003/2004	93	1270	2303	31276	323.088,64
2005/2006	99	1191	2406,5	31409	433.454,03
2007 (Previsão)	65	890	1512	20608	454.139,64

valores em euros

Distribuição da Actividade Formativa - Número de Formandos



Distribuição da Actividade Formativa por Áreas







Sinergias/Serviços Comuns

20 anos
de associativismo municipal



Espaços verdes

Manutenção

No ano de 2006 foi lançado um concurso com vista à manutenção dos Espaços Verdes dos Municípios da Lezíria do Tejo. Foi adjudicada à empresa Plantiagro a manutenção dos Espaços Verdes da CULT, Alpiarça, Azambuja, Cartaxo, Coruche e Rio Maior. •



Elevadores

Inspeções

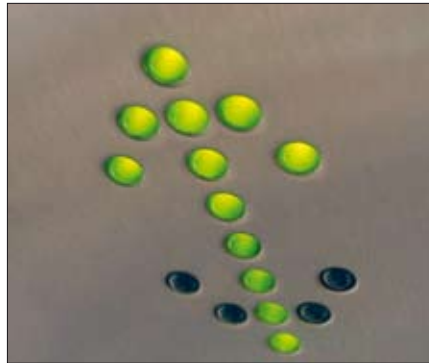
O Decreto Lei 320/2002, de 28 de Dezembro transferiu para as Câmaras Municipais a competência de efectuar inspecções periódicas, reinspecções, inspecções extraordinárias a ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes e ainda a realização de inquéritos a acidentes decorrentes da utilização ou das operações de manutenção das instalações.

Os Municípios da Lezíria do Tejo transferiram para a CULT a execução das tarefas inerentes a essa competência.

Desde o início de 2004 que a CULT gere as inspecções aos elevadores da Lezíria do Tejo, sendo efectuadas por uma Entidade Inspectora (EI) acreditada pela DGGE.

Existem mais de 1000 elevadores na Lezíria do Tejo e já foram efectuadas mais de 700 inspecções.

O contrato de manutenção dos elevadores é obrigatório e deve ser efectuado por uma empresa de manutenção (EMA) inscrita na DGE - Direcção Geral de Energia. •



Segurança em Obra

Coordenação

As condições de segurança no trabalho desenvolvido nos estaleiros de construção são frequentemente muito deficientes e estão na origem de um número preocupante de acidentes de trabalho graves e mortais.

Face à necessidade imperiosa de reduzir os riscos profissionais num sector com elevada sinistralidade laboral, a legislação impõe aos donos da obra a nomeação de um coordenador de segurança que assegurará o cumprimento do plano de segurança e saúde, bem como das outras obrigações da entidade executante, dos subempreiteiros e dos trabalhadores independentes,

nomeadamente no que se refere à organização do estaleiro, ao sistema de emergência, às condicionantes existentes no estaleiro e na área envolvente, aos trabalhos que envolvam riscos especiais, aos processos construtivos especiais, etc.

Os Municípios são entidades que, em virtude das suas atribuições e competências, são donos de obras públicas que as executam por administração directa ou em regime de empreitada.

Por várias razões entre as quais avultam as de natureza económica e financeira, os Municípios consideraram que havia ganhos de escala e eficiência se fosse a CULT a desenvolver este trabalho para os Municípios associados.

Assim, desde Julho de 2005 que a CULT tem nos seus quadros dois Técnicos que têm vindo a desenvolver actividades de Coordenação de segurança nas Empreitadas cujos Donos de Obra são os Municípios e para as quais estes solicitem colaboração.

Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho

Os recursos humanos desempenham um papel fundamental no funcionamento de qualquer organização. As Autarquias não são excepção, pelo que





a valorização e melhoria das condições de trabalho destes é uma prioridade. Consta-se mesmo que se trata de uma obrigação legal o desenvolvimento de competências ou a afectação de um serviço, com vista a assegurar que a prestação do trabalho por parte dos colaboradores decorra em condições que garantam um nível elevado de higiene, segurança e saúde.

A Junta da CULT, partindo do pressuposto que haveria ganhos de escala e eficiência, delegou na CULT a organização dos procedimentos legais para a aquisição de tal serviço. Assim, desde 2007 que a maioria dos Municípios que integram a CULT tem vindo a integrar

no conjunto de actividades do Município:

- Avaliação e acompanhamento das condições de higiene e segurança dos postos de trabalho;
- Acções de formação dos riscos para a segurança e saúde e das respectivas medidas de prevenção;
- Exames médicos de admissão, periódicos, ocasionais. •

Combustíveis

Licenciamentos

O Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de Novembro estabeleceu que é da competência das Câmaras Municipais:

1. O licenciamento de instalações de armazenamento de combustíveis;
 - a. Capacidade GPL < 50 m³ (Butano e Propano) e Parques de armazenamento de garrafas de GPL (reservas para fins comerciais)
 - b. Combustíveis líquidos < 200 m³ (gasolinas, petróleos de iluminação, carburantes, jet-fuel, gasóleos e fuelóleos)
 - c. Outros Produtos derivados do Petróleo < 500 m³ (Óleos e massas lubrificantes, parafinas, asfaltos e solventes)
2. O licenciamento de postos de abastecimento de combustíveis não localizados nas redes viárias regional e nacional

Desde o final de 2004 que a CULT analisa e emite pareceres técnicos sobre os processos de instalação de combustíveis dos seus Municípios, tendo já sido instruídos 126 processos de instalações de combustíveis (81 reservatórios de GPL, 5 parques de garrafas, 6 reservatórios de gasóleo, 32 postos de abastecimento e 2 postos de abastecimento de GPL), 166 pareceres e 14 vistorias, aos quais 7 foi atribuída licença (2 reservatórios e 5 postos de abastecimento). •



Ruído ambiente

Medições acústicas

O novo quadro legal relativo a ruído ambiente consiste no Decreto-lei n.º nº9/2007, de 17 de Janeiro, que aprova o Regulamento Geral de Ruído (RGR) e no Decreto-lei nº 146/2006, de 31 de Julho, que transpõe a Directiva nº2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Junho, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente (adiante designado por DRA).

A CULT adquiriu ainda os equipamentos necessários e formou os seus técnicos para prestar serviços em toda a Lezíria, por forma a responder às reclamações de ruído de actividades licenciadas pelos Municípios associados.

A CULT realiza medições acústicas de verificação de incomodidade desde meados de 2003, tendo elaborado mais de 60 relatórios. •

Telecomunicações Móveis

Melhores tarifários

A CULT, no âmbito do trabalho desenvolvido junto dos Municípios, de forma a obter economias de escala, verificou que um conjunto de Municípios tinha o mesmo fornecedor de telecomunicações móveis. No entanto, devido à dimensão de cada um deles, as condições (tarifários) eram bastante diferentes entre eles. Assim, e uma vez que todos tinham contratos em vigor, foi efectuada uma renegociação das condições dos contratos, daí resultando uma poupança global de cerca de 30% do valor de facturação

global de 7 Municípios e da CULT.

Em 2006, após terminarem as fidelizações existentes, foi deliberado pela Junta da CULT lançar um Procedimento por Negociação sem Publicação Prévia de Anúncio sob a forma de Agrupamento de Entidades Adjudicantes (constituído pela CULT e Câmaras Municipais de Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã e Rio Maior), ao abrigo do qual foram consultados os 3 operadores móveis presentes no mercado.

A adjudicação foi efectuada à TMN, por deliberação da Junta da CULT de 22/02/2007, sendo que as condições resultantes deste procedimento, face às anteriormente em vigor, significaram uma poupança de cerca de 40%.

Se considerarmos as duas acções desenvolvidas nesta área, concluiremos que em pouco mais de 3 anos, a CULT e os Municípios associados conseguiram uma redução de cerca de 70% nos custos com comunicações móveis. •



Seguros mais económicos

No âmbito das competências atribuídas à CULT pelos Municípios associados, foi efectuado um levantamento exaustivo de todos os elementos relativos aos seguros existentes em cada um dos Municípios que compõem a Comunidade Urbana.

O principal objectivo deste trabalho foi, além da inventariação de todos os seguros existentes, possibilitar o lançamento de um procedimento com vista à diminuição dos custos associados a esta área específica, resultando daí óbvios benefícios para os Municípios da Lezíria do Tejo.

Assim, foi decidido que o procedimento a adoptar deveria ser um Concurso Público Internacional, lançado no dia 8 Abril 2005, sob a forma de Agrupamento de entidades adjudicantes para a obtenção de propostas, representado pela Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (n.º 3 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho).

No dia 24 de Novembro de 2005 foi deliberado em reunião de Junta da CULT adjudicar à empresa Fidelidade Mundial a prestação de serviços na área dos seguros, que se traduziu em cerca de um terço de poupança para cada um dos Municípios associados. •



Comunicações Telefónicas

no Pré-Escolar e no Ensino Básico

Os custos com as comunicações telefónicas dos Jardins-de-infância e Escolas do Ensino Básico são, há já algum tempo, responsabilidade das Câmaras Municipais. Havendo cada vez uma maior preocupação em racionalizar custos, os Municípios entenderam, no seio da Junta da CULT, procurar garantir também nesta matéria algumas poupanças, ficando a CULT incumbida dessa tarefa.

Dos levantamentos efectuados, concluiu-se que o fornecedor de telecomunicações da esmagadora maioria das escolas era a PT Comunicações.

Perante esta situação, a CULT procurou negociar com esta empresa condições mais vantajosas para as escolas, apelando também à vertente social desta empresa, que tem aliás um conjunto de iniciativas importantes realizadas junto de escolas e outras instituições ligadas à Educação.

Com esta conjugação de factores, conseguiu-se facilmente chegar a um acordo que resultou na celebração de um Protocolo, no qual se estabeleceu que as Câmaras Municipais ficariam isentas do pagamento da instalação de linhas telefónicas e respectivas assinaturas mensais, quando estas se destinassem a escolas ou jardins de infância.



Como facilmente se perceberá, tendo em conta o número de Jardins-de-infância e Escolas do Ensino Básico existentes na região, esta medida teve (e tem) um impacto bastante significativo nos custos que os Municípios suportam com telecomunicações. •





Cronologia

1986/2007

20 anos
de associativismo municipal

Cronologia

Principais datas e actividades

Marcas na vida da AMLT/CULT

1986

Em Abril de 1986 são iniciados os contactos para a formação de uma Associação de Municípios abrangendo a área geográfica da Lezíria do Tejo.

1987

A Associação de Municípios da Lezíria do Tejo é constituída a 22 de Janeiro de 1987.



A Escritura da constituição da AMLT é publicada no Diário da República a 27 de Março de 1987.

1989

AMLT começa a acompanhar todos os passos dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do PDR e POIVT. Foi, assim, possível chegar-se à elaboração de propostas consensuais entre os municípios do Vale do Tejo, cujos princípios fundamentais acabaram por ser consagrados no POVT – Programa Operacional do Vale do Tejo.

AMLT participa no Colóquio Parlamentar sobre Regionalização do Continente, da iniciativa da Assembleia da República.

1990

AMLT participa em várias actividades no âmbito do Programa Operacional do Vale do Tejo, entre elas reuniões de trabalho com as Câmaras Municipais, Associação de Municípios do Médio Tejo, CCRLVT e Secretariado Técnico da Unidade de Gestão. Ainda neste âmbito, elaborou estudos e prestou assessoria aos municípios associados.

AMLT colabora na organização da sessão sobre o Projecto de Navegabilidade do Tejo, realizada em Santarém, no Teatro Sá da Bandeira.

AMLT organiza deslocação a Bruxelas, para a negociação do POVT.

AMLT participa na II Feira dos Municípios Portugueses, com stand próprio.

1991

Ano dominado pelas tarefas emergentes do POVT – Programa Operacional do Vale do Tejo. A AMLT participou em 26 reuniões (da Unidade de Gestão, Comité de Acompanhamento, Inter-municipais, etc) sobre o Programa e fez dezenas de deslocações ao Secretariado para tratar de aspectos gerais relacionados com projectos específicos. Desta forma, a AMLT passou de 19 projectos aprovados no início do ano para 155 aprovações no final desse mesmo ano.

AMLT participa no 2º Encontro (COPRAI) e Encontro Final (Fórum Picoas) do Projecto JADE.

A 27 de Junho a AMLT participa no Seminário “Desenvolvi-

mento Regional e Regionalização” realizado no Seixal, organizado pela Associação de Municípios de Setúbal.

AMLT faz intervenção em Seminário organizado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, em Ponta Delgada, subordinado ao tema “A ANMP e as Associações de Municípios – Formas de Acção e Colaboração”, que decorreu entre 8 e 10 de Novembro.

1992

A 19 de Maio, a AMLT realiza encontro/debate sobre Licenciamento de Obras Particulares, realizado no auditório do Museu Distrital, em Santarém, com a colaboração da DGAA, CCRLVT e ATAM.

1º Concurso de Fotografia da AMLT

A AMLT promove, em Outubro de 1992, um concurso de fotografia com o tema “Vale do Tejo: ter ou não ter Ambiente”.

O objectivo foi chamar a atenção para os aspectos mais “bonitos” e também para os mais “feios” da região da Lezíria do Tejo, na firme convicção de que todos queremos deixar aos nossos filhos um Vale do Tejo preservado e com futuro.

Recordamos aqui as fotografias premiadas:

1º Prémio - Secção Ambiente Preservado

“Encruzilhadas”

João Paulo Lopes C. Santiago





2º Prémio

Secção Ambiente Preservado

"A Pesca – enguias, barbos, carpos, sável, bordalos, tainhas e outras espécies... ainda existem!"

Alexandre Miguel C. Santos Oliveira



2º Prémio

Secção Ambiente Degradado

"Uma Cabana, o Tejo e o Monstro"

Manuel Dias Serras Raposeiro



3º Prémio

Secção Ambiente Preservado

"Máriza"

Eduardo Correia Mendes



3º Prémio

Secção Ambiente Degradado

"A Máscara da Morte"

Francisco Lopes



1º Prémio

Secção Ambiente Degradado

"Espécie em Perigo de Propagação"

Eduardo Correia Mendes



Menção Honrosa

"Palavras para Quê"

Manuel Dias Serras Raposeiro



AMLT organiza, entre 23 e 24 de Outubro, o Seminário “Vale do Tejo: Preparar o Futuro”, com o mote “Desenvolvimento Regional – Das Palavras aos Actos”. O documento preparatório deste Seminário, aprovado pelo Conselho de Administração da AMLT ainda em 14 de Maio, apontava para a importância da preparação do Quadro Comunitário de Apoio (QCA) para o período de 1993-1997. E, depois de uma breve análise às potencialidades da região, concluía com importante recomendação: Esta pode ser uma oportunidade excelente para se gerarem os consensos sobre os principais estrangulamentos, as melhores soluções e... meter mãos à obra!

A Associação de Municípios da Lezíria do Tejo e a Associação de Municípios do Médio Tejo reúnem, a 4 de Dezembro, com Ministro do Planeamento e Administração do Território para entrega de contributos para o PDR e QCA II (1994/99) e debate das estratégias de desenvolvimento para o Vale do Tejo.

1993

AMLT efectua reuniões com vista à preparação do PDR e QCA II – 1994/99.

AMLT organiza viagem fluvial intitulada “Regularizar é Preciso – Tejo – Um Rio, Uma Riqueza”. Esta viagem efectuou-se entre Vila Franca de Xira e Lisboa (Cais das Colunas), e nela se pretendeu envolver, além dos Municípios do Vale do Tejo, os Órgãos de Comunicação Social, as Associações Empresariais e Sindicais, Deputados, Associações de Desenvolvimento Regional, entre outras. Na mesma campanha foi entregue ao Ministro do Planeamento e Administração do Território, por uma delegação de Municípios do Vale do Tejo, uma jaqueta de forçado com a frase “Está na hora de pegar de caras os problemas da Bacia Hidrográfica do Tejo”, tentando assim chamar a atenção do Poder Central para tão grave problema.

1994

Celebração do Contrato Programa do Sub-Programa A – Vale do Tejo, do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Com a celebração deste Contrato, a 6 de Julho, a Administração Central transferiu para as Associações de Municípios da Lezíria e do Médio Tejo a responsabilidade da gestão técnica, administrativa e financeira da componente do Sub-Programa A – Reforço da Coesão do Território Regional e Melhoria da Qualidade de Vida – Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, relativa à Sub Região do Vale do Tejo para o período de 1994 a 1996.

Em Outubro deste ano, a AMLT contratualiza conjuntamente com a Associação de Municípios do Médio Tejo (AMMT) a gestão técnica, administrativa e financeira de parte do Sub-Programa A do PORLVT.

1995

Realização de 15 reuniões no âmbito da gestão do Contrato Programa do Sub-Programa A – Vale do Tejo, do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Na sequência destas reuniões foram aprovadas 28 candidaturas aos fundos comunitários do QCA II.

No âmbito do Sub-Programa B – Vale do Tejo do PORLVT, as Associações de Municípios do Vale do Tejo (AMLT e AMMT) desenvolvem um Estudo, em resposta ao repto lançado pela CCDDR-LVT que pretendia que, num universo de 27 candidaturas de piscinas dos Municípios da Região de Lisboa e Vale do Tejo, apenas fossem seleccionadas duas ou três, em virtude da exiguidade de verbas existentes na Medida dos equipamentos sociais. As Associações de Municípios do Vale do Tejo aceitaram o repto e elaboraram um estudo, no qual, utilizando vários critérios com determinadas ponderações, foram seleccionadas seis candidaturas. Após várias reuniões entre os Municípios do Vale do Tejo, seguidas de reuniões com a Associação de Municípios do Oeste, as seis candidaturas foram aprovadas na Unidade de Gestão, sendo quatro das quais para o Vale do Tejo.

No âmbito do Sub-Programa C – Vale do Tejo do PORLVT, aprovado o Plano Director de Resíduos Sólidos Urbanos da Sub Região da Lezíria do Tejo, elaborado pela AMLT, no montante de 77.500 Euros de investimento total, no âmbito do Sub Programa C do PORLVT. O objectivo principal do Plano consistiu em analisar a situação existente ao nível dos Resíduos Sólidos na área dos municípios associados da AMLT, com excepção de Vila Franca de Xira e Azambuja, identificando os principais problemas e estrangulamentos existentes e perspectivando soluções integradas para a resolução dos mesmos. Fundamentalmente pretendeu-se criar um instrumento de apoio à tomada de decisão sobre as acções de desenvolvimento a levar a cabo na região no âmbito dos resíduos sólidos, nomeadamente aquelas que poderiam integrar Programas Comunitários.

Participação dos Municípios associados da AMLT na Feira do Ambiente, em UTREQUE, e numa Directoria para Acções

Inovadoras do FEDER/Projecto-Piloto, em Bruxelas, com o objectivo de recolher informações e conhecimentos vantajosos para a região.

AMLT participa, através de stands de publicitação de acções desenvolvidas pelos municípios associados, nas seguintes festas e feiras:

- FESTAMB – Alcanena;
- Feira da Ascensão – Chamusca
- FRIMOR – Rio Maior
- Festas Populares de Coruche
- ALPIAGRA – Alpiarça

1996

Participação da AMLT em reuniões com a NERSANT – Associação Empresarial da Região de Santarém, no âmbito do Gás Natural.

Participação da AMLT em reuniões com o Ministro do Equipamento, Planeamento e da Administração do Território e com o Secretário de Estado para o Desenvolvimento Regional, para abordagem de assuntos de interesse para a região – PORLVT / Sub-Programas A, B e C.

Participação da AMLT em reuniões com o Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente, para abordagem de assuntos de interesse para a região, nomeadamente Aterros Sanitários Intermunicipais e Candidaturas de Sistemas de Saneamento Básico.

Participação da AMLT em reuniões com o Secretário de Estado dos Recursos Naturais, para análise de questões relacionadas com ETAR's.



AMLT organiza a 14 de Março o 1º Seminário Interno, no Luso, em conjunto com a AMMT – Associação de Municípios do Médio Tejo. Os Seminários Internos continuam a ocorrer regularmente, com o objectivo de discutir questões ligadas com o presente e futuro dos Municípios associados da Lezíria. Neles participam todos os Presidentes de Câmara, bem como alguns Vereadores e técnicos das Autarquias.

Os referidos Seminários têm ocorrido em vários locais, desde o Luso e Monsaraz a Évora e Sesimbra.

1997

AMLT elabora um documento por Município, intitulado “O Concelho em Números”. Reuniu-se num único documento, Concelho a Concelho, uma série de informações estatísticas que se encontravam dispersas por várias instituições e publicações.

AMLT lança o Plano de Desenvolvimento Integrado da Lezíria do Tejo – PDILT, e o Sistema de Informação Geográfica da Lezíria do Tejo – SIG, cujas candidaturas foram aprovadas na Unidade de Gestão do PORLVT.

AMLT participa, na EXPONOR/Porto, na Exposição Nacional de Municípios, subordinada ao tema “20 anos de Poder Local – Vinte Anos de Progresso”. Na sequência da exposição elaborou-se uma revista para as Associações de Municípios da Lezíria do Tejo e do Médio Tejo, bem como folhetos com a caracterização sócio-económica por Município.

Preparação do concurso para a implementação dos Aterros Sanitários e constituição da RESIURB.

AMLT desenvolve contactos com o CNEMA para a aquisição de dois lotes de terreno, com vista à criação de um Centro de Serviços da Sub-Região da Lezíria do Tejo.

Participação da AMLT em reuniões com a NERSANT – Associação Empresarial da Região de Santarém, no âmbito do Gás Natural.

Participação da AMLT em reuniões com o Secretário de Estado dos Recursos Naturais, para análise de questões relacionadas com ETAR's.

1998

AMLT inicia a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Lezíria do Tejo – PDILT. O objectivo do documento era constituir-se um instrumento de Planeamento, através do qual seriam definidas estratégias integradas de desenvolvimento, na perspectiva da potenciação das complementaridades e diferenças existentes entre os diversos municípios, por forma a conseguir-se um desenvolvimento equilibrado do todo territorial.

Adjudicado o voo para a realização da fotografia aérea, para

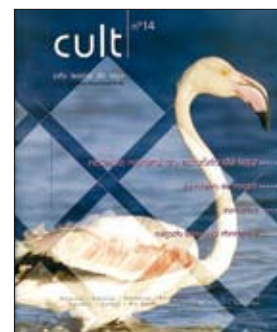
a elaboração da Cartografia Digital à escala 1:10000 e 1:2000 da Lezíria do Tejo.

Adquiridos dois lotes de terreno no CNEMA com vista à criação de um Centro de Serviços da Sub-Região da Lezíria do Tejo.

Adjudicada a elaboração de um documento intitulado “Plano de Acção a Curto Prazo para o Vale do Tejo”, que consubstanciou técnica e financeiramente o reforço de verbas para o Vale do Tejo (Sub Programa A).

Estudo para a manutenção das NUT III da Lezíria do Tejo, Médio Tejo e Oeste como regiões de Objectivo 1. A AMLT participou na elaboração deste documento, adjudicado pela AMMT, o qual serviu de base para reuniões efectuadas com a Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional e o Ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território. Com este documento, as Associações de Municípios pretendiam que a NUT II de Lisboa e Vale do Tejo fosse desagregada em duas NUT II – Área Metropolitana, por um lado, e Vale do Tejo e Oeste, por outro.

Lançado o primeiro número da Revista Info Lezíria do Tejo, através da qual se pretendia dar a conhecer a actividade da AMLT e dos municípios associados.



AMLT efectua diversas reuniões com a NERSANT e Associações Leader, com vista à constituição de uma Agência de Desenvolvimento. Por convite da NERSANT, a AMLT fez-se ainda representar na Futurallia'98, realizada em Poitiers. Aproveitando essa realização, efectuaram-se também reuniões com a Agência de Desenvolvimento IDELUX e com o Centro Tecnológico de Orleans (Tecnopolo).

1999

Ano das negociações das verbas do QCA III. A este nível, a AMLT, conjuntamente com as Associações de Municípios do Médio Tejo e do Oeste, efectuaram inúmeras reuniões com a Ministra do equipamento, do Planeamento e Administração do Território e com o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, tendo-se obtido um excelente acordo para estas Sub-Regiões, tendo sido disponibilizadas verbas superiores às do QCA II.

AMLT procede à elaboração da terceira e última fase do PDILT – Plano de Desenvolvimento Integrado da Lezíria do Tejo.

No âmbito da Cartografia Digital à escala 1:10000 e 1:2000 é adjudicado o fornecimento de cartografia à escala 1:10000. Por outro lado, celebrou-se com o IPCC – Instituto Português de Cartografia e Cadastro, um protocolo de cooperação técnica com vista à homologação da referida cartografia à escala 1:10000.

AMLT realiza Seminário em Sesimbra, onde apresentou ao Presidente da CCDR-LVT os domínios estratégicos de intervenção para o QCA III.

Visita à região de Emília Romagna, em Itália, para efeitos de Planeamento Comparado, tendo-se trocado experiências com a Agência de Desenvolvimento ERVET, nos seguintes domínios: Desenvolvimento Económico; Ambiente; Reabilitação Urbana; Novas Tecnologias.

AMLT participa, em Roterdão, no 2º Encontro da Infoville – Projecto Comunitário relativo às Cidades Digitais.

AMLT procede à constituição da INOVARTEJO – Agência de Desenvolvimento Regional, em parceria com a NERSANT e as Associações LEADER do Distrito de Santarém.

Realização de várias reuniões com os municípios associados, com vista à elaboração do Programa Estratégico e Operacional da Lezíria do Tejo 2000/2006, documento de suporte à contratualização do Eixo 1 do futuro PORLVT do QCA III.

MARÇO

Tem início a obra para a construção do Centro de Serviços da Lezíria do Tejo, no CNEMA.

2000

AMLT efectua reuniões com a PT, tendo-se acordado uma parceria para a execução da cartografia à escala 1:10000 e 1:2000 dos principais aglomerados urbanos.



AMLT publica em Revista e em CD-ROM o documento "O Concelho em Números", com a caracterização sócio-económica da Lezíria, Concelho a Concelho.

AMLT edita folheto promocional para cada um dos municípios associados e realiza filme promocional da Lezíria do Tejo.



AMLT participa na Comissão Organizadora do 1º Torneio Internacional de Futebol do Vale do Tejo.

AMLT efectua reuniões com o Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, com vista ao desenvolvimento e acompanhamento da eventual criação do Sistema Multimunicipal de Águas e Esgotos.

AMLT elabora Programa Estratégico e Operacional da Lezíria do Tejo (2000-2002), documento estruturado após inúmeras reuniões com os Municípios associados e que serviu de suporte à contratualização das verbas do QCA III.

AMLT adjudica concurso com vista ao aproveitamento turístico da Vala de Alpiarça.

MAIO

AMLT organiza visita de uma delegação do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT) a alguns Concelhos da Lezíria. Esta visita ocorreu no âmbito da participação da referida delegação no XII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, em Vilamoura. O objectivo da visita à Lezíria do Tejo foi facultar aos timorenses o contacto próximo com a realidade da democracia portuguesa e com o funcionamento dos seus mecanismos, assim como possibilitar aos

jovens daquele País, ao abrigo das bolsas de geminação entre Autarquias, a frequência de cursos em Portugal.

7 JUNHO



Inaugurada a nova Sede da AMLT, na Quinta das Cego-nhas, pelo Ministro-Adjunto e da Administração Interna, Fernando Gomes. Na cerimónia de inauguração foi apresentado publicamente o PDILT – Plano de Desenvolvimento Integrado da Lezíria do Tejo, e foi efectuada uma homenagem aos fundadores da Associação.

2001

Ano de arranque do QCA III. AMLT assina Contrato Programa com a CCDRLVT para a gestão técnica e financeira das Medidas 1, 2 e 3 do Eixo 1 do PORLVT.

AMLT participa nas Comissões Organizadoras do Torneio Internacional de Futebol do Vale do Tejo e da Taça Latina de Andebol – Torneio do Vale do Tejo.

AMLT adere à empresa Municípiã, SA, uma empresa com bastante experiência em projectos de Sistemas de Informação Geográfica.

AMLT assina Contrato Programa com a CCRLVT para a Gestão Técnica e Financeira das Medidas 1, 2 e 3 do Eixo 1 do PORLVT.

AMLT participa na Comissão de Avaliação de Candidaturas relativas ao projecto "Capital Local com Finalidade Social".

JUNHO

AMLT participa na Feira Nacional de Agricultura, em Santarém, onde divulgou, na sua sala de exposições, os seus Municípios associados, os seus principais projectos e actividades. No mesmo espaço, a AMLT possibilitou o acesso gratuito à Internet a todos os visitantes.



AMLT elabora candidatura, aprovada pelo Programa Operacional da Sociedade da Informação (POSI), relativa à criação de Espaços Internet nas Sedes de Concelho da Lezíria do Tejo. Na sequência da aprovação da candidatura, a AMLT estabeleceu um protocolo com o Ministério da Ciência e Tecnologia. A cerimónia de assinatura do protocolo decorreu em Julho, nas instalações da AMLT, com a presença do Ministro da Ciência e Tecnologia.

Arranca em Outubro a constituição da rede de Espaços Internet da Lezíria do Tejo, com a abertura inicial de onze espaços localizados nas sedes de concelho dos municípios associados da AMLT.



Em Dezembro, os Espaços Internet da Lezíria do Tejo promovem a concessão gratuita do Diploma de Competências Básicas em Tecnologias da Informação, uma iniciativa criada pelo Governo através do Decreto-Lei nº140/2001, de 24 de Abril.

O Diploma de Competências Básicas era obtido através de um exame realizado nos Espaços Internet, onde eram avaliadas as seguintes competências: escrever, imprimir e guardar um texto; pesquisar informação na Internet; receber e enviar correio electrónico. Este Diploma inseriu-se numa estratégia de "alfabetização" da população, em termos de tecnologias da informação.



A 28 de Dezembro é aprovada a candidatura à Medida 1.4 – Formação para o Desenvolvimento (FSE), Eixo Prioritário I, do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, através da qual a formação aos funcionários e agentes da Administração Local passa integrar o plano de actividades da AMLT. Para tal, a AMLT foi acreditada como entidade formadora junto do Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA).

2002

Abrem ao público mais 8 Espaços Internet na Lezíria do Tejo, no âmbito do Projecto Ribatejo Digital.



Em Março a AMLT participa na OVIBEJA, em Beja, onde teve em exposição um stand de divulgação dos seus Municípios associados, principais projectos e actividades.

Em Abril é aprovado o Projecto Ribatejo Digital. A lógica do Projecto esteve sempre apontada para a criação de uma Região Digital, constituindo-se como o catalisador para a inovação e a competitividade na região.

Projecto Ribatejo Digital é apresentado a 17 de Setembro, nas instalações da AMLT, com a presença do Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro, José Luís Arnaut.



Em Outubro, o Projecto Ribatejo Digital passa a projecto-piloto para todo o País, a convite do Gestor do POSI – Programa Operacional da Sociedade de Informação, Jaime Quesado. O convite foi feito a pensar no Projecto “Portugal Digital”, que o POSI pretendia implementar em todo o território nacional nos meses seguintes, servindo o Ribatejo Digital de teste de pilotagem.

AMLT assina a 17 de Dezembro com o Governo um contrato-programa para o período de 2003/2006, numa cerimónia que contou com a presença do Ministro das Cidades, Isaltino Morais, e do Secretário de Estado da Administração Local, Miguel Relvas. O contrato atribuiu à AMLT responsabilidades de gestão técnica, administrativa e financeira do Eixo 1 (Medidas 1, 2 e 3), correspondentes a investimentos no valor de 27 milhões e 300 mil Euros em acessibilidades e equipamentos (medida 1), valorização ambiental e patrimonial (medida 2) e capacidade institucional (medida 3).



banos dos Concelhos da Lezíria do Tejo. Para além da cartografia, o protocolo abrangeu ainda a digitalização de todo o Cadastro Rústico da Lezíria.

Delegação da França visita a 30 de Abril as instalações da AMLT, com o objectivo de conhecer todo o trabalho efectuado pela Associação.



Assembleia Intermunicipal da AMLT delibera a 27 de Maio iniciar o processo para a criação da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo.

2003

AMLT opta por criar a CULT, no âmbito da Lei nº11/2003 de 13 de Maio, a qual estabelece o regime de criação, o quadro de atribuições e competências das Comunidades Intermunicipais de direito público e o funcionamento dos seus órgãos, conjugada com a Lei nº 10/2003, de 13 de Maio, que estabelece o regime de criação das Áreas Metropolitanas.

AMLT assina a 25 de Março o protocolo de cooperação com o IGP – Instituto Geográfico Português – para a produção de cartografia digital à escala 1:2000 para os aglomerados ur-



AMLT recebe exposição integrada no Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, entre os dias 7 e 15 de Junho. Os visitantes tiveram oportunidade de ver trabalhos realizados por utentes de vários centros de recuperação de deficientes do Distrito de Santarém, sendo eles a APPACM – Santarém e os Centros de Recuperação Infantil de Tomar – CIRE, Almeirim - CRIAL, Benavente – CRIB, Fátima – CRIF e Rio Maior – Ninho, Centro de Educação Especial. Milhares de pessoas visitaram esta exposição, que contou também com a presença do Ministro da Agricultura, Armando Sevinate Pinto. Durante a exposição, os visitantes tiveram ainda a oportunidade de assistir a crianças/jovens/adultos com deficiência a efectuarem trabalhos de artesanato e pintura.

OUTUBRO

A partir de Outubro todas as Juntas de Freguesia das 11 Autarquias da Lezíria do Tejo passam a ter postos de acesso gratuito à Internet, onde o principal objectivo é proporcionar a todos o acesso mais fácil às novas tecnologias de informação e comunicação. Foi mais uma iniciativa integrada no Projecto Ribatejo Digital.

2004

CULT participa a 26 de Março no Encontro Nacional de Espaços Internet, Auditório do Núcleo Central do Tagus Park, em Oeiras, onde a CULT apresentou o Manual de Boas Práticas no Uso da Internet, documento produzido pela CULT e por todos os Espaços Internet da Lezíria do Tejo, com o objectivo de contribuir activamente para uma utilização consciente e responsável da Internet.

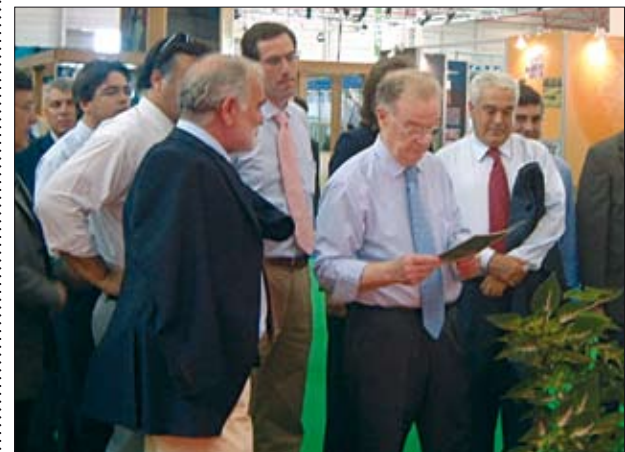
Assinada a 29 de Março a escritura pública para a constituição da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (CULT).



Reunião a 23 de Abril da Comissão Instaladora da Junta da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, com a presença do Presidente da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo, António Fonseca Ferreira.



AMLT apresenta a 5 de Maio, em Bruxelas, o projecto das "Águas do Ribatejo", numa reunião com representantes da Comissão Europeia.



CULT participa na Feira Nacional de Agricultura, em Santarém, onde teve em exposição um stand de divulgação dos seus principais projectos e actividades.

Assembleia da CULT reúne a 29 de Julho, e pela primeira vez, como órgão deliberativo da CULT, constituída por 35 membros provenientes das várias forças político-partidárias.



AMLT apresenta em Setembro uma candidatura a apoios do Fundo de Coesão para o projecto “Águas do Ribatejo”.

CULT participa na Alpiagra – XXII Feira Agrícola e Comercial de Alpiarça, onde teve em exposição um stand de divulgação dos seus principais projectos e actividades.

CULT organiza a 16 de Setembro, em conjunto com o ISQ – Instituto de Soldadura e Qualidade, um Seminário sobre “Novas Competências Legais das Autarquias”, com a presença de cerca de 30 pessoas, entre vereadores e técnicos das Câmaras Municipais da Lezíria. O Seminário teve como objectivo apresentar as competências técnicas do ISQ no âmbito das novas competências legais das autarquias, entre elas os combustíveis, elevadores, ruído, recintos de espectáculo, de divertimentos públicos, recintos desportivos e recreativos, licenciamento industrial, radiocomunicações e segurança alimentar, e também focar as obrigações legais das autarquias enquanto utentes e as necessidades de for-

mação dos funcionários das autarquias.

Comissão Europeia aprova a 23 de Dezembro a candidatura de sistemas de tratamento de águas residuais, apresentada pela CULT ao Fundo de Coesão, uma das componentes base da criação do Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento da Lezíria do Tejo.

2005

CULT participa em Huesca (Aragão, Espanha), num Encontro entre Observatórios no âmbito do projecto eAtlaSudoe. Organizado pelo Observatório Aragonês da Sociedade da Informação (OASI), realizou-se nos dias 3 e 4 de Maio de 2005, no Parque Tecnológico Walqa, em Huesca, um Encontro entre 3 das entidades que participam no projecto eAtlasudoe. As entidades presentes foram o OASI, a Agência Regional de Desenvolvimento e Pesquisa da Sociedade de Informação (ARDESI), da região Midi-Pyrénées, em França, e a CULT.

Este encontro serviu, principalmente, para preparar todo o material necessário para realizar alguns dos estudos a ser feitos no âmbito do projecto eAtlaSudoe.

Em dois dias de trabalho, estas três entidades conseguiram obter uma grelha de indicadores comuns para a análise dos Websites Municipais e também para fazer um inquérito aos lares, a efectuar nas regiões da Lezíria do Tejo, em Aragón (Espanha) e Pirinéus (França).

CULT participa na 17ª Festa do Vinho, 4º festival Nacional de Vinhos, no Cartaxo, onde teve em exposição um stand de divulgação dos seus principais projectos e actividades.

CULT lança em Junho o Concurso Público Internacional para a selecção de um parceiro privado, com vista à criação de uma empresa intermunicipal de capitais maioritariamente públicos, para a gestão, exploração e construção de infra-estruturas de abastecimento de água e de saneamento básico na Lezíria do Tejo.

Apresentado a 27 de Julho o Portal Ribatejo Digital e novos

Sites dos 11 Municípios da CULT, com a presença do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Mariano Gago, e do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, João Ferrão. A cerimónia teve lugar no Teatro Sá da Bandeira, em Santarém.

Delegação da Bulgária visita a 14 de Outubro as instalações da CULT, com o objectivo de conhecer todo o trabalho efectuado pela Comunidade, desde a gestão dos Fundos Comunitários à criação da Empresa Intermunicipal Águas do Ribatejo.

CULT assina a 21 de Outubro o protocolo para a transferência das verbas do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA), para investimentos na rede escolar e na área do saneamento básico. Os municípios da Lezíria do Tejo receberam mais 8,9 milhões de euros, tratando-se de uma espécie de tributo ao mérito da CULT pela boa execução dos fundos comunitários, que teve à sua disposição no III QCA.

Os onze municípios da Lezíria do Tejo, em parceria com a CULT, iniciam em Novembro a elaboração da Agenda 21 da Lezíria do Tejo, a primeira de nível regional em Portugal. À necessidade de identificar as prioridades de investimento do QREN 2007-2013, somou-se a ambição dos autarcas e da CULT em garantir a sustentabilidade das políticas públicas mediante um processo de participação alargada da população.

Membros da Junta da CULT tomam posse a 10 de Novembro, sendo eles os onze Presidentes das Câmaras associadas da Comunidade, após as eleições autárquicas.

Projecto Ribatejo Digital é apresentado a 23 de Novembro nas Jornadas "Administração Local", organizadas pela Interface, onde estiveram reunidos alguns dos 25 projectos das Cidades e Regiões Digitais. As Jornadas tiveram lugar no Hotel dos Templários, em Tomar.

Delegação da Lituânia visita a 24 de Novembro as instala-

ções da CULT, com o objectivo de conhecer todo o trabalho efectuado pela Comunidade, desde a gestão dos Fundos Comunitários à criação da Empresa Intermunicipal Águas do Ribatejo.



CULT participa no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a 9 e 10 de Dezembro, no Centro de Congressos da Alfândega, no Porto. No evento, a CULT teve em exposição um stand de divulgação do Projecto Ribatejo Digital.

Mário Soares visita a 29 de Novembro e pela primeira vez as instalações da CULT, no âmbito da sua candidatura à Presidência da República.



CULT recebe a 6 de Dezembro a delegação do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento. A Comissão de Acompanhamento do POSC escolheu a Lezíria do Tejo para realizar a sua 11ª reunião de trabalho. Do programa da reunião fez parte uma visita à Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, onde foram apresentados os Projectos da CULT na área da Sociedade da Informação e do Conhecimento - o Projecto Ribatejo Digital e a Rede de Espaços Internet.

2006

CULT leva a cabo o Estudo Integrado da Mobilidade e Sistema de Transportes nos Concelhos da Lezíria do Tejo, que

permite conhecer com maior rigor a realidade da sub-região da Lezíria no que respeita à mobilidade e acessibilidades rodoviárias.

Ainda em Janeiro, o Ribatejo Digital é objecto de um Estudo de Caso levado a cabo pela empresa Microsoft, um dos maiores fabricantes mundiais de software.

Delegação da Estónia visita a 16 de Janeiro as instalações da CULT, com o objectivo de conhecer todo o trabalho efectuado pela Comunidade, desde a gestão dos Fundos Comunitários à criação da Empresa Intermunicipal Águas do Ribatejo.

Em Fevereiro, dá-se o início operacional da elaboração da Agenda 21 Regional da Lezíria do Tejo, marcado por um clima de enorme entusiasmo e empenho de todos os intervenientes no projecto.



Presidente da CCDR-Alentejo, Maria Leal Monteiro, visita a 6 de Junho as instalações da CULT. O objectivo foi discutir a preparação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e o futuro Programa Operacional do Alentejo.

CULT apresenta a 15 de Setembro o Projecto Lezíria em Rede. Este projecto visa criar uma rede de comunicações de alta capacidade para Municípios, empresas e outros organismos de nível regional, impulsionar o desenvolvimento regional através da utilização de novas tecnologias e proporcionar a todos os habitantes da região o acesso a um conjunto de serviços inovadores.



A CULT organiza, ainda a 15 de Setembro, um Seminário intitulado “Sociedade da Informação e do Conhecimento: o impacto das políticas públicas em 3 regiões do Sudoeste Europeu”, que teve lugar no Cine-Teatro de Almeirim e onde estiveram presentes delegações vindas de Espanha e França. Este Seminário ocorreu no âmbito do projecto eAtlasudoe – Um Atlas para a Sociedade da Informação, do qual a CULT é parceira.



Ribatejo Digital e Espaços Internet da Lezíria do Tejo são representados e divulgados no SITIC - Salão Internacional de Tecnologias de Informação e Comunicação, na FIL, em Lisboa, entre 2 e 5 de Novembro. O stand do Ribatejo Digital foi visitado pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Mariano Gago, e pelo Ministro da Administração Interna, António Costa. Neste evento, a CULT participou ainda na Conferência “Rede de Espaços Internet”, onde deu “Exemplos de Actividades e de Boas Práticas em Espaços Internet”.



Homologadas em Dezembro as Cartas Educativas dos onze Municípios associados da CULT. A CULT tornou-se assim a primeira NUT III do País a ter todas as Cartas Educativas homologadas.

A partir de Dezembro, o Ribatejo Digital passa a oferecer serviços inovadores através dos sites das Câmaras Municipais da Lezíria do Tejo disponibilizam, a pensar nos seus habitantes. Efectuar download de formulários, consultar o estado do processo de licenciamento de uma obra, pesquisar onde fica o supermercado mais próximo, imprimir uma planta de localização. São apenas alguns exemplos de serviços camarários disponíveis na web.

2007

A 31 de Janeiro é aprovada a candidatura do projecto “Lezíria em Rede – 1.ª fase”, pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT).

O projecto contempla a interligação dos edifícios camarários dos Municípios da Lezíria do Tejo, com recurso a tecnologias de fibra-óptica, nuns casos, e tecnologias wireless, noutros casos.

A CULT realiza durante três meses (Janeiro Fevereiro e Março) sete seminários sobre variadas temáticas, como o Ensino, Acessibilidades, Competitividade, Ambiente, Desporto, Saúde, Acção Social, Turismo e Agricultura. O objectivo foi motivar a discussão sobre assuntos fundamentais para o futuro da Lezíria, com vista à elaboração da Agenda XXI da Lezíria.



CULT participa a 3 de Outubro nas Jornadas de Toponímia do Vinho, no Cartaxo. O encontro reuniu profissionais de diversas áreas, desde historiadores, geógrafos, informáticos, juristas, designers, paisagistas, técnicos dos CTT, entre outros, e teve como principal objectivo reflectir sobre temáticas relacionadas com a toponímia, a história, a geografia, e os sistemas de informação urbana, bem como valorizar a tradição vinícola do concelho do Cartaxo. A Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo esteve representada nestas Jornadas, com a apresentação dos contributos que a CULT tem dado no que toca a Sistemas de Informação Urbana e outras medidas adoptadas ao nível da promoção das novas tecnologias ao serviço da toponímia e da cartografia, de que é exemplo o projecto Ribatejo Digital.



A 13 de Dezembro é constituída a Empresa AR - Águas do Ribatejo EIM, da qual fazem parte os Municípios de Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Golegã e Salvaterra de Magos. •





A CULT
vista por dentro

20anos
de associativismo municipal

Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo

Organização e Competências

Pertencem à Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo os Municípios de Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém.

A área geográfica da CULT, com 4 267 km², corresponde à NUT III da Lezíria do Tejo, onde residem 240 842 habitantes (de acordo com os Censos 2001).

ORGANIZAÇÃO DA CULT

A Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo é composta por três órgãos: a Junta da Comunidade Urbana, a Assembleia da Comunidade Urbana e o Conselho da Comunidade Urbana.

A Junta da Comunidade Urbana, como órgão executivo, é constituída pelos presidentes das onze Câmaras Municipais associadas, que entre si elegem um presidente e dois vice-presidentes.

A Assembleia da Comunidade Urbana, como órgão deliberativo, é constituída por 35 membros. A Mesa de Assembleia é composta por um presidente e dois vice-presidentes, eleitos de entre os 35 membros.

O Conselho da Comunidade Urbana, como órgão consultivo, é presidido pelo presidente da Junta de Comunidade

Urbana e composto pelos membros da Junta, Presidente da CCDD-LVT e pelos representantes dos organismos públicos regionais.

COMPETÊNCIAS DAS COMUNIDADES URBANAS

No que diz respeito às atribuições, compete às Comunidades Urbanas:

- Articular os investimentos municipais de interesse supra municipal;
- Coordenar as actuações entre os Municípios e os serviços da Administração Central, nas seguintes áreas:

- 1) Infra-estruturas de saneamento básico e de abastecimento público;
- 2) Saúde;
- 3) Educação;
- 4) Ambiente, conservação da natureza e recursos naturais;
- 5) Segurança e protecção civil;
- 6) Acessibilidades e transportes;
- 7) Equipamentos de utilização colectiva;
- 8) Apoio ao turismo e à cultura;

9) Apoios ao desporto, à juventude e às actividades de lazer;

- Planear a gerir de forma estratégica, económica e social;
- Gestão territorial na área dos Municípios integrantes.

A estas atribuições juntam-se outras de carácter mais específico, sobretudo no que toca às atribuições que os Municípios podem transferir para a CULT, desde que daí resultem ganhos de eficiência, eficácia e economia.

Nesta matéria, as Câmaras Municipais da Lezíria do Tejo estabeleceram como prioridade transferir atribuições e competências relativas ao planeamento e ordenação, à participação em organismos e à negociação de bens e serviços, para efeitos de economia de escala. O objectivo é negociar produtos e bens para todas as Autarquias, para que aqueles fiquem mais baratos.

A CULT tem como missão executar políticas, planos, programas, projectos e acções que contribuam para o desenvolvimento integrado e sustentável da Lezíria do Tejo, tornando esta região cada vez mais competitiva e solidária no contexto nacional. •

Quem é quem

Junta da Comunidade Urbana

A Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo é composta pelos presidentes das Câmaras de cada um dos Municípios integrantes, os quais elegem de entre si, um presidente e dois vice-presidentes.

| 153



Presidente da Junta da CULT
José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes

Presidente da Câmara Municipal de Almeirim



Joaquim Ramos

Presidente da Câmara Municipal de Azambuja



Dionísio Mendes

Presidente da Câmara Municipal de Coruche



Vice-Presidente da Junta da CULT
António José Ganhão

Presidente da Câmara Municipal de Benavente



Sérgio Carrinho

Presidente da Câmara Municipal da Chamusca



José Veiga Maltez

Presidente da Câmara Municipal da Golegã



Vice-Presidente da Junta da CULT
Joaquim Rosa do Céu

Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça



Paulo Caldas

Presidente da Câmara Municipal do Cartaxo



Carlos Nazaré

Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior



Ana Cristina Ribeiro

Presidente da Câmara
Municipal de Salvaterra
de Magos

Quem é quem

Assembleia da Comunidade Urbana



**Francisco Moita
Flores**

Presidente da Câmara
Municipal de Santarém














Presidente da Assembleia
da Comunidade Urbana
Idália Maria Marques Salvador
Serrão de Menezes Moniz



Vice-Presidente da Assembleia
da Comunidade Urbana
José Manuel Bento Sampaio



Vice-Presidente da Assembleia
da Comunidade Urbana
Manuel Correia Nunes

Ordem	Fotografia	Candidatos Eleitos	Forças Políticas	Assembleia Municipal
1º		Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz	PS	Santarém
2º		Carlos Alberto Salvador Pernes	CDU	Benavente
3º		Armindo Castelo Bento	PS	Almeirim
4º		Helder Nuno Jesus Cruz de Oliveira Pombo	PSD	Santarém
5º		António José Pereira Góis dos Santos Nascimento	PS	Cartaxo
6º		José Luís Marques Cabrita	CDU	Santarém
7º		Victor Manuel Marques Damião	PS	Rio Maior
8º		António Mário Valada Rodrigues Figueiredo	PSD	Rio Maior
9º		José Joaquim de Jesus Braz	CDU	Chamusca
10º		António Pratas Cardoso	PS	Azambuja
11º		Bruno Miguel Lince Mariano Medinas	PS	Golegã

12º



Manuel Santos Coelho

CDU

Coruche

13º



Manuel Correia Nunes

PSD

Salvaterra de Magos

14º



Luísa Pinheiro Portugal

PS

Coruche

15º



Isabel Maria Pinto de Almeida

BE

Salvaterra de Magos

16º



António José Rodrigues

CDU

Azambuja

17º



Vera Lúcia Pedro Coelho Santos Veríssimo Noronha

PS

Alpiarça

18º



Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias

PSD

Cartaxo

19º



Carlos Manuel Luís Catalão

PS

Santarém

20º



Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes

CDU

Santarém

21º



Fernando Manuel Duarte dos Santos

PS

Cartaxo

22º



Jaime Manuel Teodoro Santos

PSD

Santarém













23º



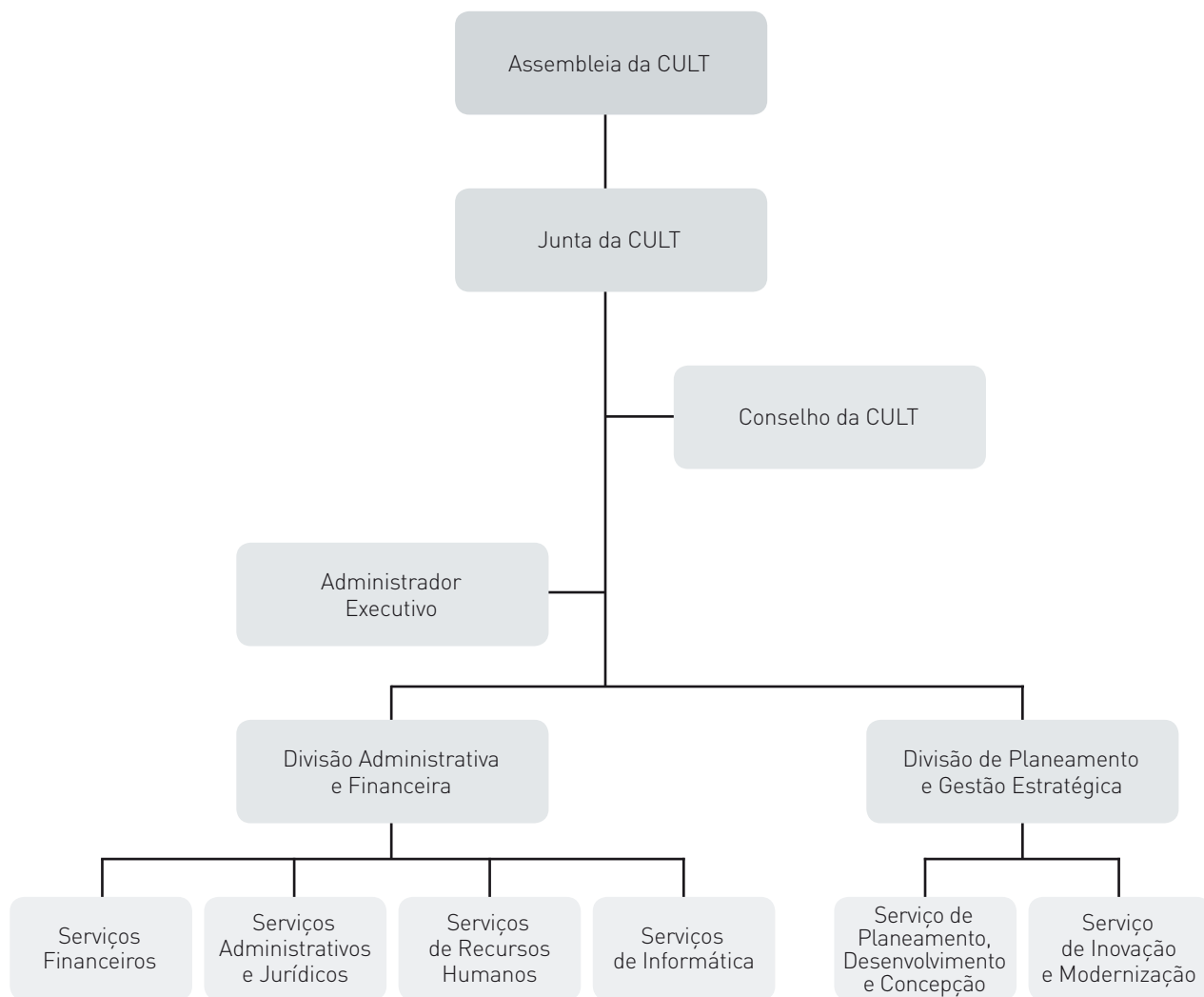
Carlos Manuel Russo Mota

PS

Almeirim

24º		João Pedro Antunes Osório	CDU	Alpiarça
25º		António Maria de Almeida Calado Maia	PS	Rio Maior
26º		José Manuel Bento Sampaio	CDU	Almeirim
27º		Maria Margarida Avelar Santos Nunes Netto	CDS-PP	Benavente
28º		Luís Manuel Leandro da Silva	PSD	Azambuja
29º		José Francisco Dias Nunes	PS	Benavente
30º		Rui Augusto Nabais	PS	Azambuja
31º		Rogério Mendes Coito	CDU	Cartaxo
32º		Pedro Filipe de Oliveira Soares Malaca	BE	Santarém
33º		João Miguel Gonçalves Lopes	PSD	Almeirim
34º		Carlos José Pratas da Silva	PS	Chamusca
35º		Júlio do Carmo Cabecinha Rosado	CDU	Benavente

Organograma da CULT



A Equipa CULT



Contactos

da Lezíria do Tejo

Câmara Municipal de Almeirim

Morada: Rua 5 de Outubro,
2080-052 Almeirim
Site: www.cm-almeirim.pt
Telefone: 243594100
Fax: 243594138

Câmara Municipal de Alpiarça

Morada: Rua José Relvas, 374,
Apartado 25, 2090-106 Alpiarça
Site: www.cm-alpiarca.pt
Telefone: 243559100
Fax: 243559105

Câmara Municipal de Azambuja

Morada: Praça do Município,
2050-315 Azambuja
Site: www.cm-azambuja.pt
Telefone: 263400400
Fax: 263401271

Câmara Municipal de Benavente

Morada: Praça do Município,
2130-038 Benavente
Site: www.cm-benavente.pt
Telefone: 263519600
Fax: 263519648

Câmara Municipal de Cartaxo

Morada: Praça 15 Dezembro,
Apartado 55, 2070-050 Cartaxo
Site: www.cm-cartaxo.pt
Telefone: 243700250
Fax: 243700269

Câmara Municipal de Chamusca

Morada: Rua Direita de S. Pedro,
2140-098 Chamusca
Site: www.cm-chamusca.pt
Telefone: 249769100
Fax: 249760211

Câmara Municipal de Coruche

Morada: Praça da Liberdade,
2100-121 Coruche
Site: www.cm-coruche.pt
Telefone: 243610200
Fax: 243610201

Câmara Municipal de Golegã

Morada: Largo D. Manuel I,
2150-128 Golegã
Site: www.cm-golega.pt
Telefone: 249979050
Fax: 249979059

Câmara Municipal de Rio Maior

Morada: Praça da República,
2040-320 Rio Maior
Site: www.cm-riomaior.pt
Telefone: 243999300
Fax: 243992236

Câmara Municipal de Salvaterra de Magos

Morada: Praça da República,
2120-072 Salvaterra de Magos
Site: www.cm-salvaterrademagos.pt
Telefone: 263500020
Fax: 263500029

Câmara Municipal de Santarém

Morada: Praça do Município,
2005-245 Santarém
Site: www.cm-santarem.pt
Telefone: 243304200
Fax: 243304244

CULT

Morada: Quinta das Cegonhas,
Apartado 577, 2001-907 Santarém
Site: www.cult.pt
www.ribatejodigital.pt
Telefone: 243 303 240
Fax: 243 303 249

Ficha Técnica

Propriedade | CULT

Edição | Imagens & Letras

Design Editorial | Forad'oras Lda

Coordenação | António Torres

Redacção | Clara Lopes

Colaboração | Ana Garcia, Anabela Franco, Bruno Romão, Carla Fonseca, Cláudio Guedes, João Paulo Ferreira, Joaquim Leitão, Jorge Baptista, José Luís Moreira, Mafalda Santos, Maria Emília Portela, Maria João Coelho, Maria João Faria, Mariana Melo, Mário Ferreira, Miguel Carrinho, Natasha Oliveira, Rui Manhoso, Sónia Serra

Agradecimentos | Câmaras Municipais da Lezíria do Tejo; Fundadores da Associação de Municípios da Lezíria do Tejo; Membros da Assembleia da CULT; Região de Turismo do Ribatejo; José Luís Avelino; Francisco Pereira

Depósito Legal | 00000/07

ISBN | 978-989-8153-029

Tiragem | 1.500 exemplares

Produção | Imagens e Letras - Edições e Publicações, Lda

Edição | Dezembro de 2007

POR
LVT

Co-financiado pela Comunidade
Europeia
FEDER - Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional
FORDT - Programa Operacional de
Região de Lisboa e Vale do Tejo



CULT

FUNDAÇÃO CULTURAL DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA